Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.947 • 1,30€ • Terça-feira, 14 de Abril de 2020 • **Director:** Manuel Carvalho **Adjuntos:** Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro **Directora de Arte:** Sónia Matos

Centeno avisa
Ter a economia parada um mês custa "6 a 7 mil milhões de euros"

Destaque, 13

Sérgio Rebelo
"Há empresas que deixaram de ser viáveis. Crédito não vai ajudar"

Economia, 26/27

74% dos portugueses têm medo de ir a hospitais e centros de saúde

Covid-19 afasta utentes dos cuidados de saúde, 32% dos doentes crónicos preferiram ficar em casa. Conclusões são do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica **Destaque, 2 a 15 e Editorial**

DANIEL ROCHA

Educação
Novas regras prejudicam alunos que querem melhoria de nota para entrar na universidade

Um quarto dos alunos não fez os trabalhos de casa

p2/3

Governo vai reabilitar 6 mil km de ribeiras

Investimento total, por parte do Ministério do Ambiente, ronda os 75 milhões de euros ao longo dos próximos anos **p24**

Morreu Sarah Maldoror, pioneira do cinema africano

1929-2020 Encenadora e cineasta activista, autora de títulos centrais do cinema africano anti e pós-colonial morreu em Paris **p30/31**

Houve 699 denúncias de pornografia infantil em 2019

Relatório anual das estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima é publicado nesta terça-feira **p22**

ISNN-0872-1548

Sem tempo ou sem apoio: um quarto dos alunos não fez trabalhos em casa

“Falta de tempo” é a principal justificação dos estudantes para não conseguirem responder às tarefas, mas há quem se queixe de não perceber o que é pedido pelos professores

Samuel Silva

Um quarto dos estudantes não fez os trabalhos que lhes foram enviados pelos professores durante as duas primeiras semanas de suspensão das aulas, revela um inquérito feito pelo Observatório de Políticas de Educação e Formação. “Falta de tempo”, justifica-se a maioria. O “verdadeiro teste” ao ensino à distância começa hoje com o arranque do 3.º período, adverte Ana Benavente, que coordena esta investigação.

Ainda que a maioria dos alunos tenha conseguido completar as tarefas enviadas pelos seus professores, 25% dos inquiridos revelam não ter conseguido realizar os trabalhos em casa durante o período de suspensão das aulas. A maioria (42,1%) evoca “falta de tempo”, mas mais de um terço dos alunos (33,7%) diz ter “dificuldade em perceber o que é pedido pelos professores”. Este é o segundo conjunto de resultados de um inquérito *online* que este centro de investigação tem vindo a promover para avaliar os impactos da covid-19 no sistema de ensino.

Os números agora divulgados mostram a importância do apoio doméstico ao estudo em contexto de ensino à distância, tendo 24,2% dos alunos dito não terem feito todos os trabalhos enviados pelos professores por “ausência de apoio/ajuda suficiente”.

Ainda segundo o Observatório, três quartos dos alunos foram ajudados por alguém durante o período em que tiveram aulas em casa, sobretudo às disciplinas de Português (62,2% dos estudantes necessitaram de apoio) e Matemática (70,4%). Cerca de 15% dos alunos declaram precisar de ajuda diária para dar conta das tarefas inerentes às aulas em casa.

Nos casos em que os alunos precisam de ajuda, recorrem sobretudo às suas famílias, com destaque para as mães (77,5%). Seguem-se os pais (41,3%) e os irmãos ou outros familiares, que totalizam 18,1%. Mesmo em contexto de confinamento, cerca de 20% dos alunos tem tido ajuda de um explicador.

Estes resultados mostram como o ensino à distância está a pôr em causa a equidade na educação, não só em termos de acesso às tecnologias, mas também do apoio que cada família consegue garantir aos seus filhos, defende a antiga secretária de Estado da Educação Ana Benavente. Estes dados podem até pecar por defeito, uma vez que, sendo respondido *online*, “o inquérito está distorcido porque só respondem as famílias com acesso às tecnologias”, contextualiza a coordenadora do Observatório, coordenado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

“Se é assim com estas famílias, como será com as que ficam de fora”, acrescenta Benavente. Estas “contradições” podem tornar-se mais evidentes a partir de hoje, quando começa o 3.º período, que, para os alunos do ensino básico será feito em exclusivo em regime de ensino à distância. “Este é que é o verdadeiro teste. Nos primeiros 15 dias [antes das férias da Páscoa], houve muita boa vontade e um enquadramento um pouco lúdico. Agora, será tudo diferente.”

Este é que é o verdadeiro teste. Nos primeiros 15 dias, houve muita boa vontade e um enquadramento um pouco lúdico. Agora, será tudo diferente

Ana Benavente
Investigadora

Queixas de professores

O 3.º período arranca com as aulas à distância para todos os alunos. Os estudantes dos três primeiros ciclos terão o apoio da nova Telescola – agora designada #EstudoEmCasa – a partir do início da semana seguinte, como complemento ao trabalho que os professores terão de continuar a fazer com os alunos.

A uma semana do início da emissão das aulas pela televisão, os conteúdos programáticos continuam desconhecidos dos professores, lamentaram os directores escolares. “Para os professores poderem organizar melhor as aulas, era importante que soubéssemos quais os conteúdos programáticos que serão

PAULO PIMENTA

Os valores pecarão por defeito, uma vez que o inquérito é realizado *online* e apenas abrange famílias com acesso às tecnologias

exibidos na televisão", sublinhou Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), em declarações à Lusa. Até ao momento, o Ministério da Educação divulgou apenas a grelha e o calendário das aulas que a RTP Memória vai transmitir para os alunos do 1.º ao 9.º anos.

Refeições para 20 mil

As escolas públicas vão continuar a servir refeições aos alunos carenciados até ao final do ano lectivo. A medida, que já tinha vigorado nas duas semanas antes das férias da Páscoa para os alunos com o escalão A da acção social escolar, vai agora ser alargada também aos estudantes com escalão B, fruto do prolongamento da suspensão das aulas presenciais nos próximos meses.

Esta determinação do Ministério da Educação (ME) já foi transmitida às escolas e foi confirmada pelo PÚBLICO junto de fonte da tutela. Após a suspensão das aulas presenciais, por causa da pandemia da covid-19, o Governo tinha determinado que os alunos mais carenciados deviam continuar a ter acesso às refeições que habitualmente faziam nos estabelecimentos de ensino.

A medida destinava-se até aqui aos estudantes com escalão A, que pertencem às famílias com menores rendimentos. O alargamento para os beneficiários de escalão B duplica o universo de alunos que podem ser apoiados. Nas duas semanas de férias da Páscoa, que terminaram ontem, as escolas serviram, em média, 10 mil refeições diárias.

Este serviço está a ser prestado por cerca de 700 escolas — o país tem 811 agrupamentos de escolas públicas.

As refeições escolares foram um dos serviços excepcionais que o Governo determinou que as escolas deviam continuar a prestar depois da suspensão das aulas presenciais, no âmbito das medidas de contenção da covid-19, no mês passado.

samuel.silva@publico.pt

Alunos que querem subir notas prejudicados com novo sistema

Samuel Silva

Centenas de alunos que esperavam usar os exames para melhorar a média de entrada na universidade apanhados de surpresa

É um efeito colateral das mudanças que o Governo implementou nos exames nacionais deste ano lectivo. As provas que os alunos vão fazer em Julho não vão servir, desta vez, para aumentar as notas internas do ensino secundário. As provas valem apenas como específicas para o ingresso no ensino superior e só nessas condições podem ajudar a subir as médias. Centenas de estudantes que se preparavam para fazer melhorias de nota foram apanhados de surpresa.

Para os alunos dos cursos científico-humanísticos, os exames nacionais pesam, habitualmente, duas vezes no apuramento da média de acesso ao ensino superior. Contam uma primeira vez para a classificação final das disciplinas em que há prova nacional, com um peso de 30%. A restante nota resulta da média de frequência nos dois ou três anos que durou essa "cadeira".

Depois, a mesma prova conta uma segunda vez no caso de ser também prova de ingresso — ou específica — exigida pelo curso superior a que o estudante deseja concorrer. Nesse caso, o exame nacional passa a pesar 35% a 50% da média de acesso. Este ano, fruto das medidas de contenção da covid-19, apenas esta segunda componente vale.

Por isso, os alunos que esperavam fazer os exames para melhorar a média interna do ensino secundário — fruto do peso de 30% que as provas têm na classificação — não poderão fazê-lo. Quem já tiver concluído o ensino secundário e quiser, este ano, candidatar-se novamente ao ensino superior, para entrar num novo curso ao qual possa ter falhado o acesso no ano passado por algumas décimas, por exemplo, ficará com a mesma média de secundário. Só pode por isso subir a sua nota final de acesso recorrendo ao "peso" do exame específico exigido para o curso a que pretende candidatar-se. Isto vale sendo aluno interno ou aluno externo.

Esta explicação foi dada pelo secretário de Estado da Educação, João Costa, no domingo, durante numa conversa *online* no canal do Instagram da plataforma Inspiring Future, que auxilia os jovens na hora de escolherem o seu futuro profissional. A novidade apanhou muitos estudantes, que esperavam fazer melhoria de nota neste ano lectivo, de surpresa e tem motivado protestos.

"A melhoria da classificação final da disciplina por exame é, para muitos alunos do ensino secundário, a única opção viável de melhoria da sua média interna, de modo a poderem ingressar no curso superior almejado", defendem os estudantes numa petição *online* em que pedem ao Governo que reconsidere esta medida. Ao início da noite de ontem, o abaixo-assinado tinha já cerca de 2000 subscritores.

Estes argumentos são semelhantes aos de dezenas de mensagens de estudantes que chegaram ao *email* do PÚBLICO desde domingo e também encontram eco em fóruns de estudantes *online* e em grupos especializados nas redes sociais.

À TSF, na manhã de ontem, o ministro da Educação admitiu que alguns alunos possam considerar "injusta" a solução, mas garantiu que a prioridade do Governo foi "assegurar, pelo menos, a realização dos exames nacionais" do ensino secundário, independentemente da evolução da pandemia. O gabinete de Tiago Brandão Rodrigues não respondeu às questões feitas pelo PÚBLICO sobre esta matéria.

Face às mudanças nos exames, o Governo vai também alargar de novo o prazo de inscrições. A data já tinha sido mudada (de 24 de Março para 3 de Abril), no mês passado, na sequência do encerramento das escolas, o que obrigou a que o processo passasse a ser feito em exclusivo *online*.

Os alunos terão agora um novo período, que ainda não é conhecido, que lhes permite corrigir as escolhas já feitas. Na prática, os estudantes podem "desinscrever-se" dos exames de que não necessitem, mantendo apenas aqueles que querem usar como específica.

A maioria das licenciaturas exige apenas uma prova de ingresso. Isto quer dizer que alguns estudantes do 12.º ano podem nem vir a fazer nenhum exame nacional este ano, caso a disciplina específica tiver sido uma das que foram sujeitas a exame no 11.º ano. Por exemplo, a generalidade dos cursos de Arquitectura aponta Geometria Descritiva como prova de acesso. Também Biologia e Geologia, Física e Química e Filosofia são provas feitas no 11.º ano.

Nas engenharias são exigidas pela generalidade das instituições de ensino superior duas provas de ingresso. Em cursos mais exigentes, como os de Medicina, são pedidas conjuntamente três provas (Biologia e Geologia, Física e Química e Matemática A).

Já há uma petição a correr que conta com duas mil assinaturas

Diário da pandemia

Celebrar Abril no Parlamento
O PSD vai defender que se realize a tradicional sessão solene do 25 de Abril na Assembleia da República, mas com muito menos deputados e convidados. Outros partidos são mais radicais e só querem um representante por bancada no hemiciclo (IL) ou uma mensagem presidencial (CDS).

Portugal está a sair-se bem no travão à covid-19 mas sobretudo por más razões

O isolamento dos idosos e um interior despovoado ajudam a explicar o combate à propagação do novo coronavírus. A baixa escolaridade pode ser uma pista para a eficácia da contenção

Natália Faria

O isolamento dos idosos e a falta de coesão territorial, marcada por um arreigado despovoamento do interior, são algumas das especificidades portuguesas que, no actual contexto de pandemia, jogam a favor de Portugal no combate à propagação do novo coronavírus. Ao PÚBLICO, um historiador, um médico de saúde pública, um virologista, um sociólogo e um geógrafo admitem ainda que a baixa escolaridade da população, que favorece a cultura dos ecrãs e a consequente "domesticidade", ajudam a explicar a manutenção de uma curva epidemiológica "achatada", a par da menor propensão dos portugueses para o uso de transportes públicos e das descontinuidades territoriais que, como no Alentejo, criam "vazios" entre as aldeias, protegendo os idosos que lá vivem "e que não saem para lado nenhum".

É verdade que, como vem sendo apontado na imprensa internacional, o país tem uma única fronteira terrestre e beneficiou do facto de ter sido o último da Europa Ocidental a detectar o seu primeiro caso de infecção (a 2 de Março, num médico que tinha chegado de férias do Norte de Itália). E também é indesmentível que quando, no dia 13 de Março, o primeiro-ministro, António Costa, declarou o "estado de alerta" e anunciou o fecho de todas as escolas (que se efectivou no dia 16), Portugal não registava nenhuma morte associada à covid-19 e somava apenas 112 casos confirmados de infecção. Ora, num vírus cujo calcanhar de Aquiles é a exigência de contacto próximo entre as pessoas para se propagar, "o isolamento social funcionou particularmente bem, porque foi declarado na altura certa e os portugueses seguiram-no à risca", sublinha o virologista e investigador do Instituto de Medicina Molecular Pedro Simas.

Em Espanha, onde já se ultrapassou as 17 mil mortes, as escolas só foram fechadas 11 dias depois do primeiro óbito. No Reino Unido, o intervalo foi de 18 dias. E em França, já com mais de 14 mil mortes, passou um mês entre o primeiro óbito e o fecho de escolas. Daí também que não seja a existência de uma única fronteira terrestre que explica o "sucesso" e a eficácia do isolamento social português. Afinal, como nota o geógrafo e coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, João Ferrão, "o Reino Unido é uma ilha sem nenhuma fronteira terrestre e está como está". Por outro lado, a República Checa, que tem várias fronteiras, está "numa situação muito semelhante à nossa", em termos de curva epidemiológica.

Segundo os especialistas, parte do sucesso português decorre de fragilidades e assimetrias que, noutras circunstâncias, fariam o país corar de vergonha. Aqui cabem desde logo o isolamento e a invisibilidade dos idosos. "É curioso: todos defendemos a importância do envelhecimento activo e todos criticamos o facto de os idosos portugueses serem muito pouco activos, e agora constatamos que, se fossem activos, estaria a ser muito pior", nota João Ferrão.

Num interior "despovoado de jovens e de população em idade activa e sobrecarregado de velhos", como caracteriza o historiador Manuel Loff, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a população está mais protegida do contágio. Afinal, ao contrário dos italianos e dos espanhóis, os idosos portugueses destas regiões "têm poucos contactos sociais e saem pouco". "O nosso historial de pessoas da terceira e quarta idades em algum isolamento pode ter-nos protegido", admite também Bernardo Gomes, médico de saúde pública e professor na Faculdade de Medicina e no Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, para acrescentar: "O facto de muitos portugueses se deslocarem de carro e de termos um transporte público algo subaproveitado é igualmente um padrão que, não sendo muito favorável para nós enquanto portugueses, nos pode também ter ajudado."

Metrópoles e fronteira

Além dos primeiros casos detectados no Porto, os primeiros grandes focos de transmissão ocorreram em Felgueiras e Lousada, a par de Ovar. E João Ferrão nem precisa de olhar para o mapa de contágios para explicar porquê. "Apesar de ser novo, o avanço do coronavírus obedeceu ao padrão geográfico que seria de esperar, ou seja, começou por afectar as zonas mais abertas ao exterior: além das áreas metropolitanas, os concelhos com muita indústria exportadora e as regiões transfronteiriças." O que aconteceu a seguir, prossegue o também ex-secretário de Estado do Ordenamento e das Cidades, foi a também previsível "expansão em mancha de óleo destes primeiros focos de infecção para as cidades de 'segunda linha' como Coimbra e Viseu, por exemplo, e os 'corredores internacionais', como o eixo Lisboa-Badajoz e alguns dos concelhos atravessados pelo IP5, que liga Aveiro a Vilar Formoso, onde, apesar das restrições, continuou a haver um grande movimento de camionetas".

Se os idosos portugueses fossem mais activos e não vivessem tão isolado

> **Neste contexto de pandemia, ironicamente, a geografia e a falta de coesão territorial jogaram a favor do país**
> **João Ferrão**
> Geógrafo

A terceira fase da propagação – explicita ainda Ferrão – pauta-se por "casos aleatórios em territórios de baixa densidade", nomeadamente os ligados aos lares de idosos mas também ao regresso de emigrantes. "Trás-os-Montes tem uma grande mancha de infecção por causa desta abertura ao exterior por via dos emigrantes, alguns dos quais estão reformados e regressaram fora do período de férias, numa altura em que não tinham sintomas, acabando depois

Camião da esperança
A partir de quinta-feira vai circular pelas grandes zonas urbanas o chamado "camião da esperança", uma unidade móvel de informação e rastreio para realizar dezenas de testes diários à covid-19, que tem como um dos mecenas a KPMG.

Carteiros vão pedir cartão
Um diploma do Governo propõe que, para evitar o contacto directo entre os carteiros e os cidadãos, os CTT dispensem a assinatura nas notificações, passando a pedir apenas a identificação verbal e a indicação do número do cartão de cidadão ou passaporte, por exemplo.

MANUEL ROBERTO

s, a propagação do vírus teria sido mais rápida e maior

por criar os tais focos aleatórios de propagação do vírus", precisa. Por causa destes "focos aleatórios que nunca se sabe onde vão aparecer", Ferrão avisa que nem os territórios de baixa densidade populacional podem dizer que escaparam. "Parece que escaparam mas há a tal possibilidade de emergirem situações aleatórias que nunca se sabe onde ou quando vão aparecer", ressalva.

Apesar destas aleatoriedades, os números conhecidos tornam seguro afirmar, por exemplo, que os idosos do Alentejo estão muito mais protegidos do que os dos vales do Ave e do Sousa. E a explicação obedece igualmente àquilo a que o geógrafo chama o clássico "padrão geográfico de difusão de doenças infecciosas": "Ao contrário do Vale do Ave ou do Vale do Sousa, que têm um povoamento muito disperso, e em que as fábricas se misturam com as casas e com os campos, o Alentejo tem um povoamento concentrado, com aldeias muito grandes e fechadas sobre si próprias. Há uma espécie de vazio, ou descontinuidade, entre cada uma das aldeias. E estes 'vazios' funcionam como protecção das comunidades", sublinha. Se assim não fosse, com um envelhecimento que, segundo o Instituto Nacional de Estatística, atinge os 203 idosos por cada cem jovens, "o Alentejo estaria a viver uma calamidade. E não está".

Em síntese, "neste contexto de pandemia, ironicamente, a geografia e a falta de coesão territorial jogaram a favor do país", concluí João Ferrão. O geógrafo não nega, ainda assim, que o *timing* escolhido para a declaração do "estado de emergência" e a subsequente obediência generalizada dos portugueses ao confinamento social foram igualmente determinantes para travar a escalada dos contágios.

Cultura *indoor*

De onde vem a pronta obediência dos portugueses à ordem para se fecharem em casa? "Talvez daquilo a que os sociólogos da cultura chamam a 'domesticidade cultural'", adianta o sociólogo João Teixeira Lopes, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. "Os portugueses têm, até pela baixa escolaridade em geral, uma enorme adesão às práticas culturais *indoor* e à cultura de ecrã. No caso dos mais velhos, isto prende-se com a televisão e, no caso dos mais novos, com os computadores, os *tablets* ou os *smartphones*. Essa cultura favorece o ficar em casa."

A segunda hipótese, e que radica igualmente na baixa escolaridade, prende-se com a adesão aos *media* tradicionais. "Esses *media* tradicionais têm tido nesta questão um papel muito activo, pedagógico e até mesmo moralista, basta ver os *pivots* dos grandes telejornais. Portanto, o facto de em Portugal, mais do que noutros países, haver ainda um televisionamento e uma audição de rádios muito fortes – e mesmo na busca de notícias *online* há uma grande procura dos *media* tradicionais – pode ajudar a explicar esta maior conformação às directrizes emanadas de cima", sustenta João Teixeira Lopes.

Num país de "baixa conflitualidade social e habituado a questionar pouco o exercício de autoridade e a sacralizar o que vem de cima", João Teixeira Lopes chegou a temer que o maior peso comparativo das famílias tradicionais jogasse contra os portugueses na luta contra o vírus. "Apesar de a redução das famílias portuguesas ser muito acentuada, por causa da baixa natalidade e do crescimento das famílias monoparentais, as gerações em Portugal contactam mais dentro da família, o que poderia aumentar potenciar os riscos de contágio. Mas isso também não se verifica por causa da tal sincronização cultural ligada à adesão aos *media*, em que, no caso dos mais velhos, há uma sobreexposição aos programas da manhã e da tarde dos principais canais lhes fazem chegar uma espécie de cartilha de comportamentos nesta questão da covid-19." **com Rita Ferreira**

nfaria@publico.pt

"O lado solar"

Rodrigo Bravo

"Concha, não sentes que estamos ainda mais amigos?" Esta pergunta que fiz à minha filha de 12 anos define, de certa forma, a minha quarentena, e sinto o mesmo pelo Xá, de 11 anos, o Ró, de nove, e a Paz, de seis anos. Estamos mais amigos, mais unidos, com um objetivo comum: ultrapassarmos juntos este desafio.

E que desafio! Por cada dia de quarentena faturo zero, sou consultor na área de recursos humanos e comentador de eventos de *surf* para a televisão. Foi tudo adiado. Um dos ensinamentos que retirei das várias lesões que tive, enquanto *skater*, foi que quanto mais grave é a lesão, menor é a dor, a variável "preocupação" entra na equação e é essa preocupação que nos torna mais lúcidos ao ponto de atenuar a dor.

Outro grande desafio desta quarentena é ser solteiro e pai de quatro crianças. O despertador toca todos os dias às 7h e começo as minhas rotinas que vão até às 9h, quando eles acordam. Não consigo andar em casa de pijama, arranjo-me como se de um dia normal se tratasse, depois começo com as arrumações e limpezas, deixo as coisas para o almoço mais ou menos preparadas e faço o pequeno-almoço, sempre grandes pequenos-almoços e todos juntos à mesa para começarmos o dia com boa energia.

Depois são os estudos, a parte mais difícil do meu dia, os dois mais velhos, 6.º e 7.º ano, precisam apenas de algumas coordenadas, mas aos mais novos, 1.º e 4.º ano, o acompanhamento é total. Tem sido a minha maior prova, mas uma vez superada sentimo-nos bem, e esse sentimento de superação é mais um fator que tem contribuído de uma forma positiva nestes dias.

Segue-se o almoço, que é sagrado. São três vezes por dia que nos sentamos todos juntos à mesa e falamos sobre os mais variados temas. Na parte da tarde terminamos as tarefas escolares e damos início às atividades. A que tem mais sucesso é a volta de bicicleta por trilhos ao lado de nossa casa. A nossa casa de fim de semana perto de Sesimbra é mais um dos fatores críticos de sucesso do nosso isolamento. Numa casa no campo, espaçosa e com as portas abertas para o jardim, não nos sentimos fechados. No fim do dia acendemos a lareira, jogamos jogos, jantamos e vemos televisão.

Os dias têm sido sempre dedicados a eles, passados dez dias de isolamento reparei que ia no minuto 10 do primeiro episódio da série *Chernobyl* e tinha lido metade de uma página de um livro.

Com quatro filhos as coisas nem sempre correm bem, também discutimos, gritamos, choramos, mas todos os dias tento que se respeitem mais, que tenham mais paciência e compreensão uns pelos outros, por mim e pelo mundo. As pequenas batalhas que vamos ultrapassando diariamente têm sido de extrema importância tanto para a educação deles como para o meu próprio conhecimento. Vejo esta quarentena como um grande desafio para as famílias, estou certo de que para a minha vai trazer muitas melhorias em todos os sentidos, no final vamos estar mais fortes, mais unidos e mais sábios. E a Concha respondeu que sim: "Sim pai, também sinto que estamos mais amigos."

Consultor em recursos humanos

Mais de 70% dos portugueses têm medo de ir aos hospitais e centros de saúde

Por causa do Sars-Cov-2, 26% dos portugueses deixaram mesmo de recorrer aos estabelecimentos de saúde. Entre os doentes crónicos, foram 32%

Natália Faria

As salas de espera vazias tornaram-se um denominador comum a hospitais, centros de saúde e consultórios médicos. Por causa do coronavírus, 74% dos portugueses estão com medo de se deslocar aos serviços de saúde, segundo um inquérito do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião (Cesop) da Universidade Católica. Pior do que isso, 26% dos inquiridos dizem mesmo que, por causa do novo coronavírus, deixaram de recorrer aos serviços médicos.

Esta falta de comparência tanto pode ter sido motivada pelo medo como pelo adiamento de exames, consultas ou intervenções – a terceira e última parte deste inquérito feito para o PÚBLICO e RTP e que se baseia em perguntas feitas a 1700 pessoas, numa amostra representativa da população, entre os dias 6 e 9 de Abril, não escrutina as razões, mas permite verificar que, entre as pessoas que dizem pertencer a grupos de risco, sobem para 32% os que deixaram de recorrer ao médico.

Esta debandada ocorre na mesma altura em que 23% da população assume que o seu estado geral de saúde física está pior do que antes da crise sanitária as ter fechado em casa. E, ao contrário do que se poderia pensar, não são os mais idosos a declarar sentirem-se pior. É entre os jovens com idades entre os 18 e os 24 anos que se concentra a maior percentagem (33%) dos que acusam a deterioração do seu estado de saúde. Nos que têm 65 ou mais anos, refira-se, a proporção desce para os 17%.

Se o corpo e a saúde de uma percentagem significativa dos portugueses começam a acusar os efeitos da pandemia, a cabeça também parece ameaçar colapsar. Pelo menos, para os 35% que, questionados sobre o seu estado de saúde mental, dizem estar pior. E, mais uma vez, não são os mais velhos os mais afectados. Apenas 25% dizem sentir-se pior do que há um mês, quando, no intervalo dos 35 aos 44 anos, a percentagem é de 49%. Um pouco mais abaixo, no grupo dos que têm entre 25 e 34 anos, são 44% os que acusam a degradação do estado de saúde mental, numa proporção que se repete no grupo etário imediatamente abaixo, entre os 18 e os 24 anos de idade.

A ansiedade e a tristeza são os estados de espírito mais referidos quando a pergunta foi :"Nas últimas semanas, por causa de toda esta situação de isolamento social, que sentimentos lhe têm surgido mais vezes?" – surgem referidos em 12% das respostas dadas. Logo a seguir, vêm a preocupação (11%), o medo e a saudade (ambos presentes em 10% das respostas). E os dados sugerem que são as mulheres, mais do que os homens, a assumirem-se afectadas por estes sentimentos. Um exemplo: entre os 12% da população que se declaram ansiosos, 17% são mulheres e apenas 7% homens. Mais uma vez, os idosos parecem estar relativamente imunizados face ao medo e à ansiedade, já que é entre os 25 e os 44 anos que surgem as maiores percentagens dos que se assumem mais afectados.

Há, porém, um sentimento que é mais preponderante entre os mais velhos: a saudade. E a explicação não há-de ser difícil de encontrar, já que os mais idosos tendem a estar mais sozinhos em casa e com as visitas dos netos suspensas. De resto, entre os 14% de inquiridos que vivem sozinhos, 39% têm 55 ou mais anos.

O inquérito do Cesop permite também agora concluir que a falta de espaço dentro de casa não parece ser um problema, já que 95% declararam que a dimensão da casa permite que cada membro da família tenha, nem que seja por algumas horas, o seu próprio espaço para ficar sozinho. Do mesmo modo, foi muito reduzida a percentagem dos que disseram ter medo de que o temperamento de alguém da família pudesse degenerar em violência: 5%. Este receio parece estar mais presente entre pessoas com filhos (6%) do que entre os que não têm filhos (4%), bem como entre os que têm rendimentos abaixo dos mil euros mensais (7%). Mas, aqui, os próprios autores do inquérito aconselham cautela com a generalização das conclusões, dada a redução da amostra para estes subgrupos.

Quanto à qualidade das relações dentro da família posta sob o mesmo tecto durante as 24 horas do dia, a maior parte dos que vivem acompanhados (83%) garante estar igual. Mas os dados também indicam que no caso das pessoas que vivem com filhos a qualidade das relações poderá estar a alterar-se mais depressa: 12% dos que vivem com filhos consideram que a relação entre os membros da família piorou, enquanto entre os que não têm filhos foram 9% os que consideraram que a interacção familiar sofreu um declínio.

nfaria@publico.pt

Vive sozinho ou com outras pessoas dentro da mesma casa?

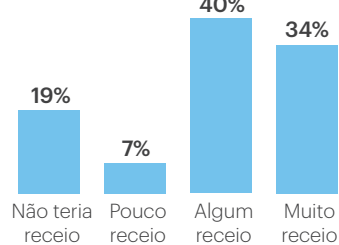
Como avalia a qualidade* das suas relações dentro do agregado familiar?

*em relação a antes da crise sanitária

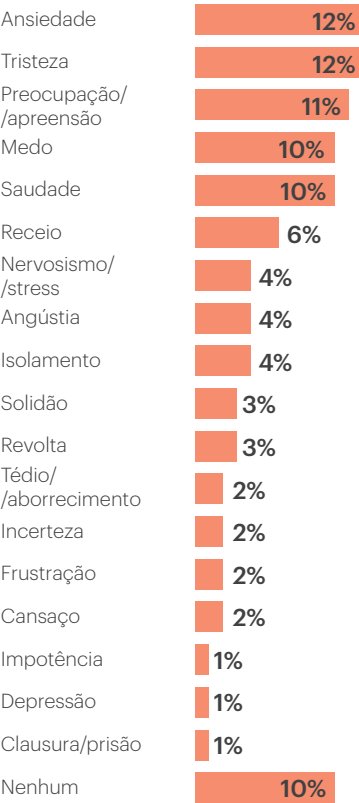
Quanto à sua saúde física sente-se melhor, igual ou pior do que estava há um mês?

Quanto à sua saúde mental sente-se melhor, igual ou pior do que estava há um mês?

Se precisasse de ir a um centro de saúde ou hospital, acha que teria receio de ir?

Não teria receio	Pouco receio	Algum receio	Muito receio
19%	7%	40%	34%

Deixou de ir a algum centro de saúde, clínica ou hospital?

74% Não
26% Sim

Que sentimentos lhe têm surgido mais vezes?

Este inquérito foi realizado pelo Cesop – Universidade Católica Portuguesa para a RTP, PÚBLICO e parceiros e patrocinadores da universidade, entre os dias 6 e 9 de Abril de 2020. O universo alvo é composto pelos indivíduos com 18 ou mais anos residentes em Portugal. Os inquiridos foram seleccionados aleatoriamente a partir duma lista de números de telemóvel e telefone fixo, também ela gerada de forma aleatória. Todas as entrevistas foram efectuadas por telefone e os inquiridos foram informados do objectivo do estudo e demonstraram vontade de participar. Foram obtidos 1700 inquéritos válidos, sendo 57% dos inquiridos mulheres, 34% da região Norte, 20% do Centro, 33% da A.M. de Lisboa, 7% do Alentejo, 3% do Algarve, 2% da Madeira e 2% dos Açores. Todos os resultados obtidos foram depois ponderados de acordo com a distribuição da população residente por sexo, escalões etários, grau de escolaridade e região com base nas estimativas do INE. A taxa de resposta foi de 49%. A margem de erro máximo associado a uma amostra aleatória de 1700 inquiridos é de 2,4%, com um nível de confiança de 95%.

Fonte: Cesop - Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica PÚBLICO

A pandemia veio reforçar o poder dos Estados e aumentar a sua interdependência. Como pode ser-se mais forte e mais dependente em simultâneo?

Geopolítica do coronavírus

Opinião
Helena Carreiras
e Andrés Malamud

Analisemos três questões sobre o mundo que aí vem: as novas ameaças, a crise das organizações internacionais e o papel dos Estados.

Perante novas ameaças, novas estratégias

As questões de política internacional costumam distinguir-se entre alta e baixa política. A alta política diz respeito à sobrevivência e segurança dos Estados; a baixa política, a tudo o resto (como o comércio ou a cultura). Esporadicamente, alguns temas de baixa política adquirem relevância estratégica e passam a considerar-se de alta política, num processo designado por "securitização". A pandemia veio transformar a saúde pública numa área de alta política. No entanto, ao contrário de ameaças clássicas como as militares, a proteção contra as pandemias não requer o exercício de poder *sobre* outros Estados, mas *com* outros Estados. A saúde pública não é um bem privado, coletivo ou de clube, mas de rede.

Os bens privados são aqueles que um Estado possui em exclusividade e de cuja utilização pode excluir terceiros. É o caso de um porta-aviões nuclear.

Os bens coletivos são aqueles que um conjunto de Estados produz mas de cujo usufruto não pode excluir terceiros. As regulações marítimas e a estabilidade financeira internacional são bons exemplos. Os bens coletivos geram incentivos para a defeção (ou seja, para não pagar por eles porque se lhes pode aceder de qualquer forma). Para isto há duas soluções: uma consiste em monitorizar e punir a defeção; outra em aceitá-la. Puni-la requer autoridade, aceitá-la requer liderança. A liderança consiste na decisão de um país ou grupo de países aceitar pagar um custo desproporcionado (mas ainda assim conveniente) pela produção do bem coletivo. Os Estados Unidos cumpriram até há pouco esse papel, mas deixaram de o fazer.

Os bens de clube são aqueles que um grupo de Estados possui em exclusividade e de cujo usufruto pode excluir terceiros. Um exemplo pode encontrar-se na ação de organizações regionais, as quais defendem prioritariamente os seus membros. Pertencer tem os seus privilégios.

Os bens de rede são aqueles cuja utilidade aumenta com a sua difusão: quanto mais usuários os possuam, melhor para todos. O exemplo mais elucidativo são as vacinas e a imunização em geral. Não é indiferente a cada país que os outros estejam sãos ou doentes: convém-lhes que estejam sãos, seja por razões sanitárias, seja por razões económicas.

Quando o objetivo é que todos tenham algo, a estratégia apropriada é a cooperação e não a competição. As novas ameaças são "males de rede", cuja capacidade de dano aumenta com a sua difusão. Não existindo liderança internacional clara, enfrentá-las exige cooperar em rede mais que em clubes.

A crise das organizações internacionais

O efeito paradoxal da pandemia é que, embora a sua superação exija cooperação internacional, o seu combate imediato incita ao isolamento nacional. O impacto destes incentivos cruzados sobre as organizações tem sido assimétrico: embora quase nenhuma tenha estado à altura, as organizações políticas responderam pior que as técnicas. Assim, as Nações Unidas (ONU) têm tido um papel secundário, enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) se constituiu como referência para a maior parte dos Estados. A nível regional aconteceu algo semelhante: enquanto a resposta dos órgãos políticos da União Europeia (UE), a Comissão e o Conselho, tem sido controversa e insuficiente, a do Banco Central Europeu (BCE) foi inicialmente deficiente mas posteriormente corrigida. E é do BCE, em última instância, que depende a sobrevivência do euro, cuja implosão poderia ser uma sequela mortífera do coronavírus.

ALBERT GEA /REUTERS

Duas lições podem retirar-se desta experiência. A primeira é que a cooperação técnica se mostrou mais útil e mais efetiva do que a cooperação política. A segunda é que a bifurcação entre as dimensões política e técnica poderá dar lugar a uma globalização "desacoplada", em que as esferas de influência dos Estados Unidos e da China não se distinguirão por alinhamentos ideológicos, mas regulatórios, com padrões técnicos e desenvolvimentos tecnológicos incompatíveis. Podemos estar a caminho de um mundo dividido não entre liberalismo e autoritarismo, mas entre algo tipo "*Mac y PC*", no qual ficar de fora ou jogar ao meio não seja uma opção. A eleição de qualquer dos dois tem um preço, porque os Estados Unidos continuarão a controlar a divisa global enquanto a China definirá preços e decidirá investimentos.

O papel dos Estados

A pandemia não afeta todos igualmente, porque o contexto local bifurca os impactos globais. Os países desenvolvidos enfrentam uma dupla crise: sanitária e económica. Mas a crise nos países menos desenvolvidos é tripla: sanitária, económica e social. A informalidade dos mercados laborais e a precaridade dos Estados de bem-estar multiplicam as penúrias e dificultam as soluções. Embora a resposta à emergência exija mais Estado, as capacidades estatais não se constroem à pressa. O Estado não apenas cuida; também pode esmagar – por ação quando é totalitário, por omissão quando é débil.

A pandemia incentivará o fortalecimento do poder estatal, do qual existem dois tipos: o despótico e o infraestrutural. O poder despótico é a capacidade do Estado para atuar coercivamente sem restrições legais ou constitucionais. O poder infraestrutural é a sua capacidade para penetrar na sociedade e organizar as relações sociais. Uma vez mais, trata-se da distinção entre o poder *sobre* os outros e o poder *com* os outros. Os Estados mais eficazes serão aqueles que mais cedo operem uma abertura inteligente, e não aqueles que mais marcialmente mantenham o encerramento.

O retorno do Estado não implica necessariamente o retorno do nacionalismo. O Estado é um instrumento (de ação coletiva), a nação é um sentimento (de pertença coletiva). A eficácia do Estado é independente da emotividade excludente do nacionalismo – embora a emotividade não excludente do patriotismo seja sempre benvinda.

A pandemia veio reforçar o poder dos Estados ao mesmo tempo que aumenta a sua interdependência. Como pode ser-se mais forte e mais dependente em simultâneo? Este é o paradoxo da interdependência: a capacidade de um Estado não aumenta com o isolamento, mas com a gestão inteligente dos fluxos com o exterior, sobretudo dos bens de rede (poder *com* outros).

As ameaças do futuro envolvem a rivalidade geopolítica e a competição tecnológica: sem cooperação, as perspetivas do mundo que vem são sombrias. Porque as necessidades do futuro incluem melhores capacidades estatais, menos nacionalismo e mais cooperação internacional funcional: científica, sanitária e financeira. E, desejavelmente, mais democracia – mas este é já um juízo normativo.

Helena Carreiras é directora do Instituto da Defesa Nacional. **Andrés Malamud** é investigador principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Beijo na cruz em Vila Verde
Um lar de idosos em Freiriz, no concelho de Vila Verde, permitiu que os utentes beijassem um crucifixo como forma de celebrar o dia de Páscoa. No directo, colocado no Facebook, é possível ver os idosos a beijar a cruz, nas mãos de uma funcionária que vai passando uma compressa.

As festas de coronavírus são uma má ideia

Não é só entre os mais jovens que a ideia de despachar já a covid-19 tem aflorado nas conversas, diz uma epidemiologista canadiana. Uma ideia “absurda”, nas palavras do presidente do conselho bioética

Isabel Salema

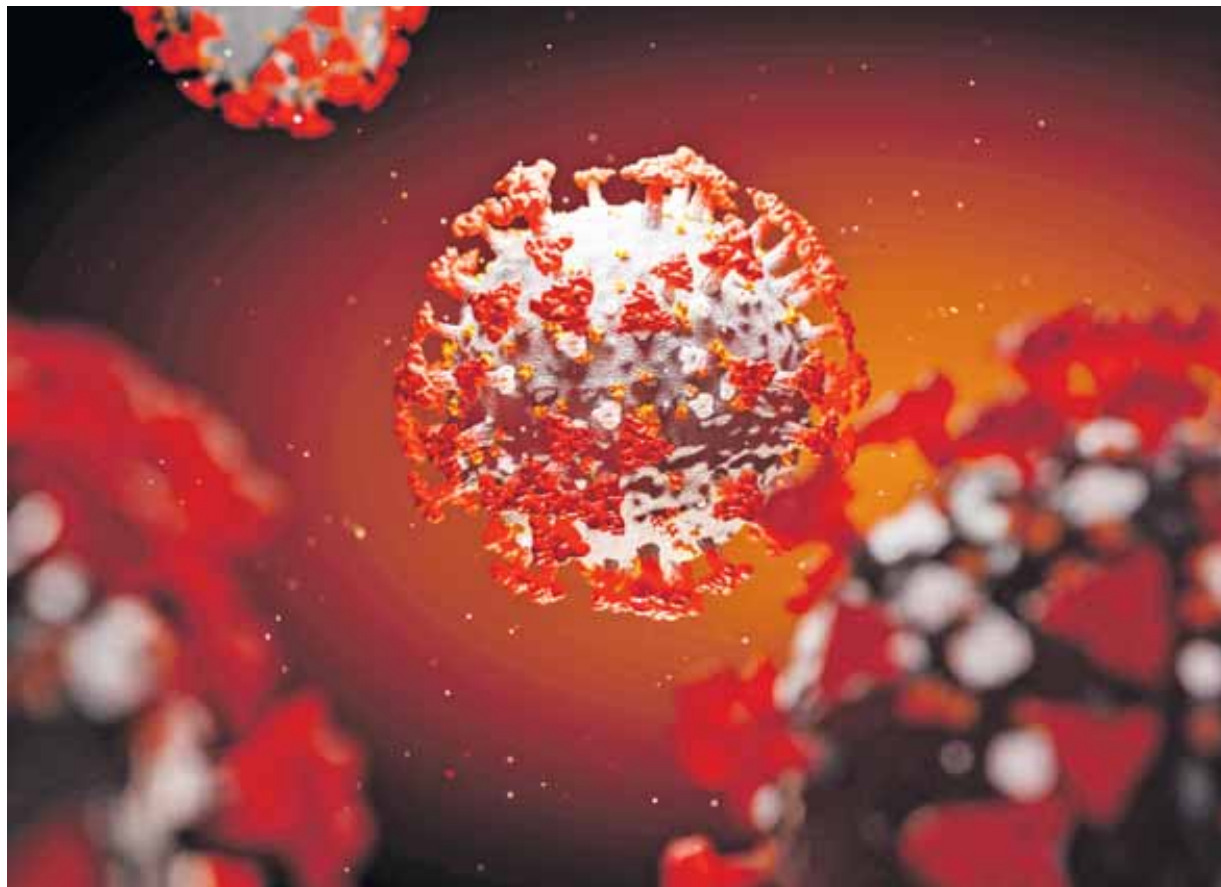
Parece uma piada mas não é: há quem pense em organizar “festas de coronavírus” em que pessoas saudáveis se misturam com pessoas infectadas para apanhar o vírus da covid-19. O objectivo seria ganhar um certificado de imunidade, permitindo uma saída mais cedo do isolamento social imposto por vários governos em todo o mundo.

“Não sabemos quão comuns são estes comportamentos, mas a discussão está a ter lugar entre jovens que ouviram a mensagem de que correm um risco menor do que as pessoas mais velhas”, diz a epidemiologista Greta Bauer ao PÚBLICO, que assinou na semana passada um artigo de opinião no jornal *New York Times* a alertar para os riscos da infecção deliberada. Uns dias antes, o mesmo jornal noticiara que o Twitter tinha bloqueado um *site* conservador que promovia um programa de “infecção voluntária” e que um jovem ficara infectado no Kentucky depois de ter estado presente numa “festa coronavírus”.

“Infelizmente, muita gente não sabe o que não sabe. Retiveram a informação sobre as mortes, mas não conseguem raciocinar sobre possibilidades como imunidade a curto prazo, reservatórios virais [em que o vírus fica latente e pode ressurgir] ou sequelas nos órgãos. Além disso, somos mesmo maus a perceber o risco e percentagens de 1% e 3% até as multiplicarmos”, continua esta professora na Universidade de Ontário Ocidental, no Canadá. Mas não são só as pessoas jovens a considerar a infecção intencional: “Há quem queira ganhar imunidade para conseguir cuidar melhor de outras pessoas e servir a comunidade. Ou quem deseje regressar ao seu trabalho ou a outras actividades importantes.”

Em Portugal, o presidente da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública, Ricardo Mexia, não se deparou com esta discussão sobre a infecção deliberada, mesmo quando se discutiu a realização dos primeiros testes de imunidade à população portuguesa marcados para o final do mês, o que tem sido associado em alguns países à criação de certificados de imunidade para para aligeirar as medidas de confinamento social.

Com a Espanha a ensaiar um regresso parcial ao trabalho esta semana, o perigo dos certificados poderem dar a origem a infecções voluntárias foi denunciado pela Sociedade Espanhola de Medicina Preventiva, Saúde Pública e Higiene. “Confesso que não ouvi falar de pessoas que se infectem deliberadamente”, afirma Ricardo Mexia, lembrando que não é nada linear que a estratégia faça sentido, porque é difícil manter estanque uma exposição deste género. “Haverá sempre pessoas que não sendo directamente envolvidas nesses potenciais contactos voluntários acabam por ser vítimas da doença.”

Greta Bauer explica porque razão as “festas de coronavírus” – uma estratégia inspirada na era pré-vacina para doenças como a rubéola ou a varicela – são, de facto, uma ideia “horrível” com os sistemas de saúde tão sobrecarregados. “Qualquer pessoa que se infecte intencionalmente e obrigue a uma hospitalização está a tirar uma cama de hospital a alguém que não conseguiu evitar a infecção”, frisa a epidemiologista canadiana.

Depois, ainda não há a certeza de que é possível obter imunidade de grupo natural, porque isso depende de uma resposta imunitária sustentada a longo prazo capaz de evitar a reinfecção. “Se a imunidade tiver uma duração muito curta, uma pessoa que tenha sido infectada – intencionalmente ou não – pode ficar susceptível a ser novamente infectada logo depois da recuperação.” A epidemiologista espera que a covid-19 não tenha uma imunidade tão curta e que os casos de aparente reinfecção que têm sido relatados se devam a outras causas como erros com testes.

Infelizmente, muita gente não sabe o que não sabe

Greta Bauer
Epidemiologista

O problema dos casos graves

Com a imunidade a durar um pouco mais, talvez cerca de um ano, a covid-19 pode tornar-se uma doença sazonal como acontece com a constipação causada por outros membros da família dos coronavírus. “No entanto, enquanto as constipações causam uma doença moderada e não ficamos normalmente preocupados quando somos novamente infectados, esta é uma doença muito mais grave com potenciais sequelas a longo prazo para a saúde e com risco de morte. Se a imunidade durar mais naqueles que desenvolveram casos graves, então poderemos ver uma doença sazonal com uma menor proporção de casos graves ao longo do tempo”, lembra Greta Bauer, acumulando argumentos contra ter uma infecção nesta fase inicial da pandemia.

Outra razão para procurar achatar a curva de crescimento da pandemia, a estratégia comum à maioria dos países, é tentar evitar que os casos graves se alarguem até se conseguir melhorar a forma de os tratar, evitando mais mortes: “Estão a ser conduzidos e planeados testes clínicos. Nos próximos meses, teremos provavelmente medicação eficaz para reduzir os riscos dos resultados mais graves como a morte ou as sequelas nos órgãos. É mais provável que aqueles que forem infectados mais tarde recebam tratamentos mais eficazes, reduzindo os resultados negativos e o stress do sistema de saúde.”

Sem vacina e sem imunidade de grupo natural de longo prazo garantida, os governos têm também de fazer algumas experiências para ver como a pandemia evolui e correr, de certa forma, alguns riscos, reconhece Greta Bauer: “As estratégias sociais para aliviar e apertar o distanciamen-

Novo hospital em Ovar
O hospital de campanha de Ovar para doentes com covid-19 entrou ontem em funcionamento. A extensão do Hospital de Ovar estará equipado para receber doentes infectados com o novo coronavírus e terá capacidade para acolher quase 40 doentes.

100
pessoas já estão infectadas com a covid-19 nos Açores.

Sem abrigo com mais apoio
Lisboa conta a partir desta segunda-feira com um espaço para acolher pessoas em situação de sem abrigo diagnosticadas com covid-19 e que estejam assintomáticas ou com sintomas ligeiros. O espaço foi cedido pela Mesquita Central de Lisboa e tem actualmente oito camas.

Autocarro covid-19
Um autocarro adaptado a unidade móvel de testes à covid-19 vai percorrer as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) de Matosinhos para testar cerca de mil utentes e 700 funcionários, revelou esta segunda-feira a autarquia.

ATS

to social são como abrir devagar uma válvula de escape para controlar a taxa a que as pessoas ficam infectadas e desenvolvem imunidade. O que é importante é fazê-lo a um ritmo que quem ficar doente possa ter acesso a oxigénio, ventiladores e a qualquer medicamento eficaz que seja identificado num futuro próximo.”

Para Jorge Soares, presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV), órgão que divulgou este mês um parecer sobre a covid-19, é simplesmente “estúpido” tentar ganhar imunidade através da infecção deliberada. “Isso não é um problema ético, é um problema de bom senso. Andamos aqui a fazer o discurso de que as pessoas devem estar confinadas e manter a distância social, por isso qualquer movimento em sentido contrário é totalmente absurdo”, diz. “A minha autonomia de me querer juntar com pessoas para ganhar imunidade encontra-se limitada pelo facto de eu ir prejudicar terceiros. As primeiras preocupações são sempre a vida humana, porque esse é um bem maior. Numa segunda fase, é preciso ter em atenção a economia porque o prejuízo pode ser de tal monta que agrave o problema da vida humana com factores que a fragilizem como a fome.”

Mesmo a longo prazo, Jorge Soares considera situações como esta que procuram adquirir imunidade através do contágio voluntário “muito arriscadas”. Inglaterra, com muito experiência em saúde pública e na prestação de cuidados de saúde, inverteu a estratégia inicial de não encerrar escolas ou *pubs* e decretou também o isolamento social. “Começou por dizer que ia dar uma protecção especial aos mais vulneráveis e que o resto ia conhecer uma infecção muito moderada, ligeira, ou nem ia sentir nada. Tiveram de corrigir essa trajectória porque a consequência é uma sobrecarga dos serviços de saúde que praticamente paralisa o sistema.”

Sem memória de pandemia

Uma imunidade alargada vai demorar a ser alcançada, concorda o presidente do CNECV. “Estamos numa situação difícil de não termos imunidade promovida através de uma vacina, que só virá na melhor das expectativas no fim do ano, e de termos como imunes só as pessoas que tiveram doença ou as assintomáticas. Pensamos que essas pessoas são uma porção relativamente pequena da população geral. A primeira grande dificuldade é mobilizar as pessoas para assumirem atitudes que são difíceis do ponto de vista pessoal, porque toda a sua vida foi conduzida para o exercício de uma liberdade individual que hoje é muito dominante.”

Uma das maiores dificuldades é uma grande parte da população estar a ter com a covid-19 a primeira experiência com uma infecção emergente que ameaça a sua comunidade, diz Greta Bauer. “As gerações mais antigas estavam habituadas a ter de pensar sobre o risco de surtos de uma infecção respiratória e a fazer quarentenas. Estivemos livres dessa ansiedade nesta era pós-vacina.”

Mas se é difícil ser paciente nesta primeira fase em que ainda não conhecemos o agente patogénico, apesar da velocidade a que a ciência do SARS CoV-2 se tem desenvolvido, “é importante percebermos que, ao contrário das gerações mais antigas, vamos encontrar uma solução rapidamente, devido às tecnologias disponíveis”.

isabel.salema@publico.pt

Máscaras para todos em locais fechados e movimentados

Teresa Sofia Serafim

O uso de máscaras na comunidade deve ser uma medida suplementar de protecção, de acordo com as indicações da DGS

A Direcção-Geral da Saúde (DGS) lançou novas indicações para utilização de máscaras na comunidade, segundo as quais deve ser considerado o uso de máscaras por qualquer pessoa em espaços interiores fechados com múltiplas pessoas. E avisa-se: o uso de máscaras na comunidade deve ser uma medida adicional de protecção e, de forma a dar prioridade a profissionais de saúde e doentes, pode ser considerado o uso de máscaras não cirúrgicas. Esta indicação pode já ser posta em prática, mas, como é ainda desejável que as pessoas fiquem em casa, será sobretudo mais aplicável quando as medidas de confinamento começarem a ser levantadas.

O anúncio das novas indicações sobre as máscaras foi feito na conferência de ontem pela ministra da Saúde, Marta Temido, que começou por esclarecer que há três tipos de máscaras: os respiradores, equipamentos de protecção individual para profissionais de saúde; as máscaras cirúrgicas, dispositivos que evitam a transmissão de agentes infecciosos das pessoas que as usam para as restantes; e as máscaras não cirúrgicas, feitas de diferentes materiais têxteis e destinadas à população geral.

Marta Temido precaveu que as máscaras cirúrgicas se destinam a profissionais de saúde, a pessoas com sintomas respiratórios, pessoas que circulem em instituições de saúde e a pessoas mais vulneráveis sempre que saiam de casa, nomeadamente idosos ou pessoas com doenças crónicas. A DGS tinha já alargado o uso de máscaras a elementos de alguns grupos profissionais, como bombeiros, profissionais de forças de segurança, distribuidores de bens essenciais ao domicílio ou trabalhadores de lares.

Ontem, Marta Temido anunciou o alargamento pelas mesmas palavras que constam na própria informação da DGS (sem carácter de obrigatoriedade): “De acordo com o princípio básico da precaução em saúde pública, e face à ausência de efeitos adversos associados ao uso de máscara, deve ser considerada a sua utilização de máscaras por qualquer pessoa em espaços interiores fechados com múltiplas pessoas (supermercados, farmácias, lojas ou estabelecimentos comerciais, transportes públicos, etc.)” Destaca-se ainda que esta é uma “medida adicional de protecção, pelo que não dispensa a adesão às regras de distanciamento social, de etiqueta respiratória, de higiene das mãos e a utilização de barreiras físicas, tendo que ser garantida a sua utilização adequada”.

Tal como o Centro Europeu de Controlo de Doenças (ECDC) num relatório recente tinha assinalado que não há provas científicas directas que permitam uma recomendação a favor ou contra o uso de máscaras não cirúrgicas (ou comunitárias), estas máscaras podem ser consideradas para uso na comunidade nas situações destacadas pela DGS, de forma a dar prioridade às máscaras cirúrgicas para profissionais de saúde e doentes. A directora-geral da Saúde, Graça Freitas, já tinha dito na última sexta-feira que Portugal ia seguir as recomendações do ECDC.

As indicações da DGS seguem-se assim às recomendações do ECDC que salientava o uso de máscaras na comunidade “pode ser considerado” e que isso deve ser feito sobretudo quando se visitam espaços movimentados e fechados (como supermercados) ou quando se usam transportes públicos.

No documento da DGS referem-se ainda que estudos recentes mostram que “as máscaras cirúrgicas podem reduzir a detecção de ARN de coronavírus em aerossóis, com uma tendência para redução em gotículas respiratórias, sugerindo que as máscaras cirúrgicas podem prevenir a transmissão de coronavírus para o ambiente”, vindas de pessoas sintomáticas, assintomáticas ou pré-sintomáticas.

Mesmo assim, realça-se que a eficácia do uso generalizado de máscaras na prevenção da infecção não está provada e alerta-se que o seu uso na comunidade implica o domínio das técnicas de colocação e remoção.

PAULO PIMENTA

Uso de máscara não descarta medidas como a etiqueta respiratória

teresa.serafim@publico.pt

Voltar ao trabalho de máscara e mais 11 medidas pedidas ao Governo e ao Presidente

Um conjunto de 167 personalidades (economistas, sindicalistas e profissionais de saúde, entre outros) pressionam Marcelo e Costa a avançar para alternativa ao actual isolamento

Marta Moitinho Oliveira

Um conjunto de 167 personalidades, tais como empresários, economistas a profissionais de saúde, assinam uma carta na qual defendem um regresso à "normalidade possível" que respeite regras de saúde pública. Entre os signatários da carta estão dois parceiros sociais representantes de patrões e sindicatos, António Saraiva, da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), e Carlos Silva, da UGT.

A carta (em PDF) foi enviada ao Presidente da República, ao presidente da Assembleia da República e ao primeiro-ministro, e deixa um conjunto de 12 sugestões no dia em que Espanha regressa gradualmente ao trabalho. A intenção é que, "havendo garantias de saúde pública, em consonância com o parecer dos técnicos especialistas, o estado de emergência venha a ser levantado gradualmente com a mitigação da epidemia".

"É fundamental criarmos uma alternativa a novos períodos de *lockdown* – que se apresentam como um modelo cego e com impacto sem retorno na economia de um país", dizem os signatários, referindo como exemplos vários países (Japão, Singapura, Coreia do Sul) que "mostram ser possível, com medidas de contenção muito rigorosas, manter a economia em funcionamento sem *lockdown* e, ao mesmo tempo, conter a propagação do vírus num patamar inferior a um número restrito de casos por dia".

O conjunto de medidas adoptadas para poder relançar o funcionamento da economia coloca o foco principal na necessidade de evitar um novo surto. "A abordagem do *phase-out* do *lockdown* exigirá, contudo, a implementação de medidas de contenção adicionais para prevenir novos surtos que obriguem a períodos de *lockdown* intermitente."

ADRIANO MIRANDA

Várias personalidades pedem uso de máscara para os primeiros a regressar ao trabalho

Isto porque os signatários da carta acreditam que "não é possível suspender a actividade económica até que não exista qualquer risco de contágio. O nosso modelo de sociedade não suportaria uma espera tão prolongada. Mas também consideramos que seria uma atrevida inconsciência retomar a actividade sem adoptar cuidados adicionais que garantam que não teremos um ressurgimento a curto e médio prazo".

Por isso, os signatários desta carta deixam uma lista indicativa de 12 medidas:

1) Uso obrigatório de máscaras por parte de toda a população para reduzir a transmissão do vírus. No caso de se verificar a escassez de máscaras, as mesmas devem ser confeccionadas em casa seguindo as instruções do Conselho das Escolas Médicas Portuguesas e de entidades internacionais como o Centers for Disease Control and Prevention (CDC) dos EUA.

2) Diagnóstico precoce de covid-19 testando todos os casos suspeitos num prazo máximo de 24 horas desde a manifestação dos sintomas, bem como a massificação da utilização de teste serológicos;

3) Desenvolvimento de sistemas de autonotificação para rapidamente identificar casos suspeitos de covid-19;

4) Para cada caso positivo, e sob a supervisão da comissão de protecção de dados, solicitação, pelas autoridades de saúde aos operadores de redes móveis, da lista dos cidadãos que terão sido potencialmente expostos a risco de contágio, nos 14 dias anteriores à realização do teste com resultado positivo entretanto confirmado. Os delegados de saúde deverão notificar (por SMS ou contacto telefónico) cada cidadão em risco e, consequentemente, emitir um "certificado de isolamento profiláctico de 14 dias", à semelhança do que já hoje é praticado;

5) Isolamento obrigatório de todos os casos confirmados (positivos);

6) Utilização de equipamento de protecção individual que confere protecção máxima por todos os profissionais de saúde, seja em zona covid-19 seja em zona não-covid-19, para evitar contágio de profissionais por doentes covid-19 que não se enquadrem na definição de caso suspeito em vigor;

7) Capacitação de profissionais de saúde e de grupos específicos (em escolas/empresas/comunidade) para identificação precoce de casos suspeitos de covid-19 na comunidade, e reporte às entidades de saúde competentes;

8) Disponibilização de solução de base alcoólica em locais públicos com dispensador *contactless*;

9) Manutenção de todas as medidas de distanciamento social que não tenham impacto económico, tais como o regime de teletrabalho sempre que possível;

10) Ponderação individual do *phase-out* de cada medida de *lockdown*;

11) Criar estrutura de laboratórios e médicos sentinelas para identificação de transmissão do vírus SARS-CoV-2;

12) Decisão de abertura, consubstanciada, em qualquer circunstância, num plano integrado a desenvolver e que passará por efectivar novos investimentos no Serviço Nacional de Saúde, reforçar a economia, potenciar o nosso tecido produtivo nacional, salvaguardar o nosso sistema de ensino, garantir a segurança interna, para além das medidas de contenção da epidemia que a cada momento se considerem necessárias.

Além de António Saraiva (CIP) e de Carlos Silva (UGT), assinam a carta Vítor Sobral (*chef* de cozinha), Álvaro Covões (promotor de eventos culturais), Alexandre Fonseca (presidente da Altice Portugal), Miguel Almeida (presidente da Nos), Pedro Santa Clara (economista e professor na Nova SBE), Ana Galvão (locutora de rádio) e Luís Palha (presidente da Pharol).

marta.oliveira@publico.pt

No essencial [o estado de emergência] apenas tem acrescentado mais limitações a direitos, liberdades e garantias, em particular dos trabalhadores

Jerónimo de Sousa
Secretário-geral do PCP

Costa em videoconferência com 25 economistas e académicos

São José Almeida e Marta Moitinho Oliveira

Para preparar o regresso gradual à normalidade, o Governo vai reunir-se hoje com economistas, por videoconferência

O primeiro-ministro, António Costa, reúne-se hoje por videoconferência com 25 economistas e académicos "sobre a actual e futura situação económica e financeira" e as "medidas para promover o relançamento da actividade económica". Nos encontros estará presente o ministro de Estado da Economia e da Transição Digital, Pedro Siza Vieira.

De manhã, o tema é as "Perspectivas para a economia portuguesa em contexto de crise pandémica". Neste debate, participam Nuno Alves, do Banco de Portugal; Nazaré da Costa Cabral, do Conselho de Finanças Públicas; Carlos Coimbra, do INE; António da Ascensão Costa, do ISEG; e João Borges de Assunção, da Universidade Católica Portuguesa.

Da parte da tarde o tema é o "Relançamento da actividade económica em contexto de crise pandémica", e os intervenientes serão: Catarina Reis e Francisca Guedes de Oliveira, da Universidade Católica; Luís Catão e António Afonso, do ISEG; Ricardo Paes Mamede e Alexandra Ferreira Lopes, do ISCTE; Miguel Ferreira e Susana Peralta, da Universidade Nova SBE; Fernando Alexandre e João Cerejeira, da Universidade do Minho; José Caetano e Miguel Rocha de Sousa, da Universidade de Évora; Pedro Gil e Pedro Teixeira, da Universidade do Porto; Pedro Bação e Tiago Sequeira, da Universidade de Coimbra; João Amador, do Banco de Portugal; Miguel St. Aubyn, do Conselho Finanças Públicas; Ricardo Reis, da London School of Economics e Miguel Faria e Castro, da Federal Reserve Bank of St. Louis.

RUI GAUDÊNCIO

Primeiro-ministro conduzirá reuniões a partir de São Bento

Na quinta-feira faz um mês que as escolas deixaram de ter aulas presenciais. Com o fecho das escolas, os pais passaram a ficar em casa em regime de teletrabalho ou apoiados por uma medida extraordinária e temporária aprovada pelo Governo que garante 66% do vencimento-base.

Recessão é cenário

No dia 19 de Março, o Governo aprovou regras que concretizaram o estado de emergência. Foi nesta altura que a paralisação económica se generalizou, ficando a funcionar apenas os serviços essenciais, como supermercados, mercearias, bombas de combustível, hospitais, farmácias, entre outros.

O Governo admitiu que o confinamento terá um impacto significativo na economia, colocando o cenário de recessão em cima da mesa. O Banco de Portugal prevê que este ano o PIB contraia 3,7% e que a taxa de desemprego ultrapasse os 10%. As quebras no PIB sucedem-se por toda a Europa. Em França, o Governo espera a maior crise económica desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Com empresas a fechar, trabalhadores em *layoff*, quebras de rendimento e aumento do desemprego, o impacto da crise pandémica na economia já levou as autoridades a começar a pensar em cenários de regresso à normalidade.

É neste contexto que o primeiro-ministro, António Costa, se reúne com economistas. O objectivo é preparar a saída do confinamento.

Ontem foi conhecida uma carta já assinada por mais de 160 personalidades que defendem um conjunto de 12 medidas para que seja possível relançar a economia sem pôr em perigo a saúde pública (ver texto da página ao lado). Uma das medidas passa pelo uso obrigatório de máscara por toda a população para ir trabalhar. Também a ministra da Saúde, Marta Temido, revelou ontem a recomendação para o uso de máscara social em locais fechados após o confinamento.

Em Espanha, os sectores da indústria e construção que encerraram no fim de Março voltaram ontem ao trabalho com uso de máscara.

sao.jose.almeida@publico.pt

Controlo de fronteiras continua pelo menos até 15 de Maio

Luciano Alvarez

O controlo de fronteiras com Espanha e a limitação a nove pontos de passagem exclusivos vão manter-se pelo menos até 15 de Maio, revelou ontem o ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita.

Continua assim em vigor a regra de só poder passar de Espanha para Portugal e vice-versa quem tiver uma razão válida, não sendo permitida qualquer viagem de turismo. O Governo espanhol já tinha decidido prolongar o controlo de fronteiras com Portugal e França até ao dia 25 deste mês.

Eduardo Cabrita admitiu ainda que possa ser declarado um terceiro período do estado de emergência, sublinhando que, sobre esta matéria, o Governo está de acordo com Marcelo Rebelo de Sousa. "O Governo está inteiramente em sintonia com a posição do Presidente da República no sentido de que o estado de emergência deverá ser prorrogado num terceiro período: a partir do próximo dia 17, indo até ao início do mês de Maio. Teremos de encontrar a forma de retomar gradualmente, com segurança", explicou.

Já foram detidos 126 cidadãos

Após a sétima reunião da estrutura de monitorização do estado de emergência, o ministro revelou que foram detidos 126 cidadãos neste segundo período de estado de emergência, que dura há uma semana. Destas detenções, 28 foram por violação de confinamento, 59 por violação do dever geral de confinamento, ou por tentativa de violação das regras no período especial da Páscoa (limitação de passagem entre concelhos), 11 por manutenção de funcionamento irregular de estabelecimentos comerciais, sete por resistência às autoridades e 13 por violação das regras da cerca sanitária de Ovar.

Neste momento, existem 163 agentes da PSP e militares da GNR infectados com covid-19, revelou ainda o governante.

Cerca de quatro mil portugueses já foram repatriados e voltaram a Portugal num contexto "que não é fácil", afirmou o ministro, destacando "os últimos casos que vieram de países mais remotos".

A GNR, anunciou também Eduardo Cabrita, já procedeu à desinfecção de 30 lares por todo o país, acrescentando que as Forças Armadas disponibilizaram 60 equipas de desinfecção e já conseguiram mobilizar 1200 camas "para eventual deslocação de utentes ou trabalhadores de lares que sejam atingidos pela pandemia".

Já sobre o facto de em alguns pontos do país se terem realizado cerimónias religiosas à margem da lei – como aconteceu em Vila Verde, onde foi dada uma cruz a beijar a utentes de um lar de idosos –, o ministro afirmou que se trataram de iniciativas de cidadãos e acrescentou que há três casos já referenciados pela GNR. "Essas situações estão identificadas, as pessoas estão identificadas e serão alvo dos procedimentos legais aplicáveis", garantiu.

lalvarez@publico.pt

Inflação em Portugal sem variação homóloga em Março
Com uma variação nula face a Março de 2019, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresenta uma desaceleração que traduz "sobretudo a variação homóloga de -3,7% do índice relativo aos produtos energéticos (0,9% em Fevereiro)", avançou o INE.

Fiscalização laboral tem metade dos inspectores previstos

Em Março, houve 3 mil denúncias à ACT, um aumento de 50% face a Fevereiro. Faltam carros, protecção e poder. "Não poderemos ajudar quem nos procura", diz sindicato

Victor Ferreira

Sem pessoas suficientes, sem meios suficientes e sem poderes. Esta é a realidade da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), que dificilmente será o vigilante de serviço contra eventuais abusos laborais durante a pandemia de covid-19.

Depois de simplificar o *layoff* para os empresários, tornando-o quase imediato, o Governo de António Costa prometeu mais fiscalização, através da ACT. Basta raspar a superfície para se perceber que a ACT não está em condições de cumprir essa promessa. A primeira falha é no pessoal. O mapa prevê 442 inspectores. Mas o número real é 295. E 44 estagiários, que só ficarão habilitados em termos de formação em Setembro.

Se fossem 295 (ou mesmo 339 já contando com os 44 estagiários), os constrangimentos "já seriam graves", aponta a presidente do Sindicato dos Inspectores do Trabalho, Carla Cardoso, inspectora na ACT há 19 anos. Mas a realidade é ainda pior. É preciso descontar "cerca de meia centena, que estão noutras funções": os 32 responsáveis pelos serviços desconcentrados; e cerca de uma dezena de inspectores que presta apoio à direcção da ACT ou que está noutros serviços. A própria ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, que estava na ACT, assim como mais duas inspectoras que estão actualmente no Ministério do Trabalho, têm de ser "descontadas" daqueles 295.

Feitas as contas, sobrariam uns 250 inspectores. Todavia, ainda é preciso subtrair os que estão em casa a cuidar de filhos menores de 12 anos; e os que têm problemas de saúde e, por isso, não sairão para o terreno porque estão em risco acrescido em tempos de pandemia.

Portanto, sobra quase metade dos inspectores previstos no mapa. Um número que fica muito longe da norma da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A regra da OIT, de um inspector por 100 mil trabalhadores, implicaria que a ACT tivesse 491 inspectores. Ao invés, terá nesta altura só cerca de 50% desse número.

3 mil denúncias em Março

Os números da ACT em Março, pedidos pelo PÚBLICO, permitem antecipar que vêm aí tempos complicados. Em Março (dados até 9 de Abril), a ACT registou 3 mil denúncias. A maioria eram pedidos de informação. Não é possível uma comparação homóloga porque "em Março de 2019 não havia registo centralizado de denúncias", diz a ACT. Mas pode-se comparar com Fevereiro de 2020, que teve cerca de 2 mil denúncias.

Isto dá um aumento de 50% em cadeia. Desse universo, 25% das denúncias diziam respeito a segurança e saúde no trabalho, 14% a retribuições e 12% a situações de crise empresarial ou extinção de posto de trabalho. Portanto, 360 denúncias em Março estavam relacionadas com "crise empresarial" ou "extinção de posto de trabalho". Uma média de 16 queixas desta natureza por dia útil nesse mês.

A ACT esclarece ainda que 37% das denúncias eram "pedidos de informação ou situações sem indícios de irregularidade", pelo que foram concluídas e arquivadas. Desde o início de Março até 9 de Abril, foram ainda abertos 939 procedimentos inspectivos. Um valor ainda "muito baixo", considera Carla Cardoso, para quem o pior ainda está para vir. "Só quando as empresas deixarem o *layoff* e tentarem regressar à normalidade é que se vai perceber o efeito da crise e aí os problemas vão surgir em força", admite. O problema é que, para os inspectores, muitas vezes nem carro há. Ou equipamentos de protecção individual (EPI).

Concursos de carros à pressa

Nos últimos dias, foram lançados concursos urgentes para tapar alguns buracos. No portal Base, que regista a contratação pública, há um contrato de 1 de Abril para a "aquisição urgente" de 250 *headsets*, para atendimento de chamadas em teletrabalho. Outro com data de 30 de Março é para o aluguer de curta duração de 40 veículos, por 82 dias.

A ACT tentou no passado resolver o problema crónico da falta de carros através de aluguer de longa duração, mas o concurso ficou deserto.

Ontem, o Governo voltou a prometer "serviços públicos mais capacitados" para combater abusos laborais. A Direcção-Geral do Emprego e Relações do Trabalho passa a partilhar, com a ACT e com o IEFP, os despedimentos colectivos que lhe são comunicados. "A ACT terá mais um instrumento à sua disposição para, mais rapidamente e num maior número de casos, verificar indícios de ilegalidade", diz o ministério.

Para Carla Cardoso, isto "é mera propaganda". "A senhora ministra conhece bem esta casa, sabe bem que não temos pessoas, não temos meios, não há sequer garantias de que haverá EPI adequados, em número e em qualidade, para as viagens inspectivas que terão de ser feitas", atira.

A última vez que a ACT adquiriu EPI foi em 2015, segundo o portal Base. Terá havido entretanto garantias de que já foram entregues agora equipamentos em todos centros locais.

491

A regra da OIT, de um inspector por 100 mil trabalhadores, implicaria que a ACT tivesse 491 inspectores. Ao invés, terá nesta altura só cerca de metade desse montante

Inconstitucional, diz Ordem

Nem nos supostos poderes reforçados da ACT há consenso. O Governo legislou no sentido de a ACT poder travar despedimentos ilegais apenas com uma notificação. Para a comissão executiva do conselho geral da Ordem dos Advogados, que analisou o decreto, é uma medida "inconstitucional". Diz o parecer que "permitir que uma autoridade administrativa decrete suspensões de despedimentos, com base em indícios de ilegalidade dos mesmos, é inconstitucional por violar a competência dos Tribunais de Trabalho". Para os inspectores sindicalizados, é uma "ficção".

"O conjunto de leis que têm surgido no mundo laboral não trazem qualquer benefício para o trabalhador",

Açores admitem que pandemia pode influenciar venda da SATA
O Governo Regional dos Açores ainda não tomou uma decisão acerca da privatização da SATA, (venda de 49% da Azores Airline, anulada em 2018), mas admitiu ontem que "o cenário mudou" com a pandemia de covid-19, podendo influenciar o processo.

100
mil pessoas foram contratadas pela Amazon no último mês, nos EUA, para dar resposta ao volume de encomendas *online*

Operadores de mercados abastecedores vendem *online*
Os operadores grossistas dos mercados abastecedores das regiões de Lisboa, Braga, Évora e Faro (grupo SIMAB, da *holding* estatal Parpública) estão a vender produtos directamente aos consumidores finais, através de uma plataforma *online*.

Banco Asiático triplica ajuda para 20 mil milhões de euros
O Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) anunciou ontem um programa de cerca de 20 mil milhões de euros para os países-membros emergentes, o triplo do avançado há um mês, para ajudar a superar o impacto económico da pandemia.

MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

assegura Carla Cardoso. "Não temos competência para travar despedimentos e não poderemos, infelizmente, ajudar quem nos procura", continua.

A culpa, conclui o sindicato, é do Governo e da direcção da ACT, "que é nomeada pelo Governo e por isso tenta agradar ao poder quando fala em público sobre a situação" naquela instituição. "Estão a ser criadas expectativas de que a ACT vai resolver os problemas, mas infelizmente essas expectativas têm de ser desmistificadas, porque há barreiras legislativas e operacionais que nos impedem de as cumprir."

Os reforços de pessoal andam a ser prometidos desde 2015 e 2016, sem nunca se concretizarem.

Medidas excepcionais

Na resposta inicial à crise empresarial provocada pela pandemia, o Governo legislou no sentido de facilitar o recrutamento temporário de inspectores noutros serviços. Para inspectores e técnicos juristas contactados pelo PÚBLICO, trata-se de uma "má opção" e uma "falácia". "Um inspector de outro serviço desconhece o direito do trabalho. Precisará de formação. Demorará meses até estar preparado", vaticina Carla Cardoso.

A ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, também já trabalhou na Autoridade para as Condições do Trabalho

O reforço com o concurso interno de há cinco anos foi prometido pelo Governo anterior em 2017 e 2018. Apenas em 2019, os 44 escolhidos (e não 43 como disse o Ministério na semana passada) começaram estágio. A parte teórica terminou em Fevereiro. Todos passaram. Faltam seis meses de estágio prático.

Melhor seria "dar-lhes posse imediata", diz a sindicalista. Anota que a componente prática afinal "está comprometida devido à covid-19". "Dada a situação excepcional, propusemos uma medida "excepcional" à direcção da ACT. "Estes 44 já conhecem o direito e as regras. Seria uma forma mais célere de conseguir alguns reforços." Até agora, esta alternativa não mereceu reacções, assegura.

Outros 80 inspectores já deveriam ter chegado através de um concurso externo lançado em 2016. Foram prometidos em 2018 e em 2019, até pelo próprio primeiro-ministro. Porém, até agora, nada.

A explicação oficial é a de que houve 9 mil candidatos e muitas reclamações. Mas a dirigente do SIT contrapõe que outros concursos "com muitos mais candidatos" na administração pública "não demoraram quatro anos". "O problema na ACT são concursos mal feitos e a incompetência. Quem dirige concursos são inspectores que, naturalmente, desconhecem as regras de recrutamento público", frisa Carla Cardoso. Pior: "Cada inspector tem um objectivo anual para cumprir na fiscalização. Quem é colocado nos concursos não fica isento desse objectivo. O que leva a mais atrasos. Alguns preferem empurrar com a barriga um concurso a falhar o objectivo anual."

Na ACT também faltam técnicos juristas. Um deles, ouvido pelo PÚBLICO (sob a condição de anonimato, com receio de represálias), garante que cada concurso deixa centros locais sem juristas. Dá Évora como exemplo. "Um jurista ganha 1200 euros. Um inspector ganha 1750. Quando há oportunidade de mudar de carreira, muitos apresentam-se ao concurso porque naturalmente acham uma injustiça ganharem menos", afirma. Os que mudam deixam para trás lugares vazios, acrescenta.

Carla Cardoso confirma o cenário, mas rejeita a proposta de os técnicos superiores passarem a inspectores, após formação prática. Essa ideia já foi sugerida por um grupo de juristas da ACT aos partidos no Parlamento e ao Governo. "Resolveria dois problemas de uma só vez: reforçar o quadro de inspectores e valorizar o salário destes trabalhadores, que ganham menos 500 euros por mês."

voferreira@publico.pt

"Choque inimaginável" faz subir défice em 6 mil milhões

Sérgio Aníbal

A economia portuguesa está "quase parada" e a "sofrer um choque inimaginável", afirmou ontem à noite o ministro das Finanças, antecipando perdas no PIB anual de 6,5% por cada 30 dias úteis de contenção na actividade semelhantes aos actuais e um impacto orçamental situado entre 6 mil e 7 mil milhões de euros.

Em entrevista à TVI, Mário Centeno preferiu não avançar com novas previsões para a economia e para as contas públicas, mas avançou com números parciais que deixam claro que, dentro do Governo, já não existem dúvidas de que a queda na economia este ano vai bater todos os máximos de que há registo, com as finanças públicas a sofrerem por causa disso.

Centeno disse, por um lado, que, no segundo trimestre deste ano, a quebra irá ser "quatro a cinco vezes maior" do que a maior queda trimestral registada na anterior crise, em 2012, quando o PIB caiu 4,3% no segundo trimestre. O que significa que, no actual trimestre, poderemos estar perante uma variação homóloga do PIB da ordem dos 20%.

Para o total do ano, as contas de Centeno são menos assustadoras, mas, ainda assim, continuando a bater recordes por margem confortável. O ministro diz que, por cada 30 dias úteis (ou cerca de um mês e meio, contando com todos os dias) de paragem da actividade como a que se verifica actualmente, se regista uma quebra do PIB anual de 6,5%.

A paragem já se verifica desde meados de Fevereiro, o que significa, usando os números do ministro, que, se a presente situação de contenção se prolongar para lá do início de Maio, a descida anual do PIB se começa a aproximar da marca dos 10%. Ainda assim, numa das poucas notas de optimismo que decidiu arriscar, o ministro disse acreditar que a redução anual do PIB em 2020 "não chegará aos dois dígitos".

Outra gota de optimismo foi dada quando lhe perguntaram quando é que a economia regressará aos níveis de 2019. "Provavelmente, ao fim de dois anos", projectou Centeno.

Com a economia "parada" e a precisar do apoio do Estado, as contas públicas vão inevitavelmente ressentir-se. E os números que Mário Centeno decidiu avançar revelam que, depois de um excedente em 2019, Portugal poderá regressar já este ano a um défice acima de 3%.

O ministro explicou que as contas públicas vão ser afectadas não só pelo aumento da despesa e diminuição da receita associadas às medidas tomadas pelo Governo, mas principalmente pelo efeito da queda da economia no Orçamento. São os chamados "estabilizadores automáticos" – que incluem a perda de receita fiscal e o aumento das despesas sociais associadas à crise económica – e que, somados com o custo das medidas tomadas, deverão conduzir, disse, a um impacto situado entre 6 mil e 7 mil milhões de euros. Isto significa uma deterioração do saldo orçamental entre 3% e 3,5% do PIB. Tendo em conta que, no OE 2020, a projecção inicial era de um excedente de 0,2%, o valor final para o défice poderá ficar próximo, e talvez acima de 3%.

No actual trimestre, poderemos estar perante uma variação homóloga do PIB de 20%

Ainda assim, Centeno não quis mostrar grande preocupação relativamente ao que será preciso fazer para voltar, no futuro, as contas públicas para o equilíbrio. "O paciente está em melhor estado do que na crise anterior", disse, defendendo: "Estamos perante uma crise de natureza diferente e temporária e o que temos de garantir é que há dinheiro para acudir à fase aguda da crise."

sergio.anibal@publico.pt

Primeiros casos numa prisão brasileira são em Brasília
Há 20 presos e 18 guardas prisionais infectados pelo coronavírus na prisão de Papuda, em Brasília, noticia o *El País Brasil*. São os primeiros casos confirmados no sistema prisional brasileiro, onde há 800 mil reclusos em prisões sobrelotadas.

Uma fábrica não reabre num dia, e em Vigo a economia mexe devagar

Em Espanha, voltou a ser permitida a actividade de alguns sectores que encerraram duas semanas por causa da pandemia. Mas nem todas as indústrias estão prontas a retomar o trabalho

Reportagem
Patrícia Carvalho (texto) **e Manuel Roberto** (fotos), **em Vigo**

O portão que dá acesso ao complexo industrial em que está instalada a fábrica do grupo PSA – Peugeot Citroën, em Vigo, na Galiza, está aberto, mas lá dentro não há sinais de movimento. O segurança que guarda o acesso aproxima-se e confirma: apesar de, desde ontem, as fábricas de serviços não essenciais poderem voltar à laboração, em Espanha, isso ainda não se nota por ali. "Continua fechada, só estão algumas pessoas da manutenção, como têm estado. Uma unidade destas não se põe a trabalhar de um dia para o outro, ainda vai levar algum tempo", diz.

A semana começou com algum alívio no confinamento a que os espanhóis têm estado sujeitos. Sectores como a indústria e a construção podem voltar ao trabalho, pondo fim a duas semanas de encerramento motivado pela pandemia da covid-19. O retorno à actividade pressupõe, contudo, algumas regras. Logo pela manhã, bem cedo, as autoridades distribuíram dez milhões de máscaras nos transportes públicos de todo o país, tentando ampliar a protecção dos que usam autocarros ou o metro para se deslocarem para o trabalho e que, por isso, têm mais dificuldade em cumprir a distância recomendada de pelo menos dois metros entre as pessoas. Além disso, há recomendações para que as empresas reforcem a higiene e tomem medidas para evitar aglomerações nos locais de trabalho, recorrendo, por exemplo, a turnos diversificados.

E isto não se faz de repente. À porta da fábrica de automóveis de Vigo, o segurança vai dizendo que é preciso negociar com os sindicatos como será reorganizado o trabalho e também é necessário instalar alguns dispositivos, como "sensores que medem a temperatura", antes de a produção ser retomada. Enquanto tudo isto não estiver pronto e as máquinas não forem reactivadas, a fábrica continuará fechada. O que pode significar mais uns dias ou mais uma semana.

Não é caso único. Na zona industrial de Caramuxo, não muito longe dali, ainda há muitas fábricas fechadas. Algumas fornecem componentes para a PSA Vigo e, tal como a grande fábrica-mãe, continuam encerradas. À porta de uma delas, um homem que prefere não ser identificado diz que não sabe quando será retomada a actividade, antes de voltar para dentro, rosto escondido por uma máscara.

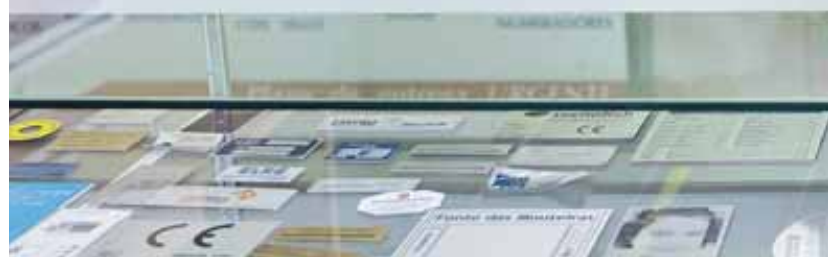
Na porta ao lado, há movimento, mas ali sempre houve, diz António Vidal, gerente do Grupo Recalvi, espaço de comercialização de componentes de automóveis. "Tivemos sempre algumas pessoas a trabalhar, porque tínhamos encomendas a que dar resposta. Mas a maioria das pessoas está em casa. Temos entre oito e dez pessoas a trabalhar, o que significa pouco mais de 10% do total dos trabalhadores", diz.

Lá dentro, diz, todas as recomendações das autoridades de saúde espanholas são cumpridas: usa-se máscara e luvas e lava-se as mãos com frequência. O regresso à normalidade da empresa é que ainda não tem data. É esperar para ver como evoluem as coisas, assume, resignado.

"Para nós é bom"

Não muito longe dali, Bea Lopez é a única pessoa na zona de vendas da empresa de artes gráficas Rotular. Por trás daquele espaço, está a fábrica em que são produzidas as peças que ali se vendem e todos regressaram ao trabalho ontem. "Somos só cinco, por isso é fácil manter o distanciamento entre as pessoas", sorri, depois de ter puxado para o rosto a máscara de protecção que tinha pousada na secretária.

Apesar de haver muitas críticas à decisão do Governo de Pedro Sánchez de permitir este alargamento de actividade, pelo receio de que o número de infecções pela covid-19 possa voltar a subir, Bea Lopez vê a medida com bons olhos. "Para nós, é bom. A economia está a afundar-se. Se pudermos manter a actividade, recorrendo às medidas de protecção, é bom", diz, enquanto vai respondendo às chamadas telefónicas que lhe caem no auricular.

Sem filhos, assegura que ela e o marido estão a aguentar bem as restrições impostas pela pandemia e mantém sempre um sorriso

O regresso à normalidade está ainda distante em Vigo. É esperar par ver como evoluem as coisas, como diz António Vidal

Director da OMS "confia" no financiamento de Trump
Tedros Adhanom Ghebreyesus, o director-geral da Organização Mundial de Saúde, diz manter-se "confiante" de que os EUA vão continuar a financiar a agência, apesar das ameaças feitas por Donald Trump. Washington é o maior financiador da OMS.

29%

dos norte-americanos crêem, erradamente, que o novo coronavírus foi criado num laboratório, diz estudo da Pew

Marinheiro de porta-aviões dos EUA morreu com covid-19
Morreu um marinheiro do navio porta-aviões norte-americano *Theodore Roosevelt*, ancorado em Guam, em que há mais de 500 casos de covid-19. Este caso desencadeou uma polémica que levou à demissão do secretário da Marinha do Governo dos EUA.

enquanto fala. "É uma experiência mais na vida. Há quem tenha passado por guerras, nós temos isto. Espero que no final aprendamos a valorizar mais o que temos", afirma.

Naquela zona quase não há tráfego e a casa onde mora não fica longe, por isso diz que não consegue avaliar se ontem foi um dia com mais movimento nas ruas da cidade. Mas não se admiraria se assim fosse, mesmo sem o alívio trazido pela abertura de mais empresas. É que a Semana Santa, que agora terminou, sempre foi época de paragem para muitos por ali – até a pequena empresa costuma, habitualmente, fechar para férias –, por isso, a segunda-feira depois da Páscoa já é, tradicionalmente, dia de regresso de mais confusão.

Mas não é só isso, garante Ricardo Miranda, da empresa de pinturas Morgasa, também naquela zona industrial. "Nota-se que há empresas que estão a retomar a actividade, porque já tivemos mais movimento e encomendas hoje", diz.

Até ontem, o espaço esteve a vender à porta fechada. Aceitava encomendas pelo telefone e abria a porta apenas para entregar o produto a quem o ia buscar. A partir desta semana já podem deixar entrar o ar que vem da rua. A porta voltou a abrir-se, mas não para todos. "Só estamos a vender para profissionais e empresas", explica o funcionário. O regresso dos compradores particulares ainda não está previsto, afirma.

Alejandro Moreno, responsável pela Morgasa, quer saber como está a situação da covid-19 em Portugal. "Agiram muito depressa lá", diz, acenando com a cabeça. "Aqui, o Governo devia ter actuado mais rapidamente. Eles têm acesso a mais informação do que nós, deviam ter sido mais rápidos", critica.

Já a reabertura parcial da actividade empresarial tem a sua aprovação. "As pessoas também têm de ser responsabilizadas. Se se puder ir abrindo, com responsabilidade e medidas concisas, deve-se fazê-lo", defende.

Ali perto, a fábrica especializada em caldeiras industriais e navais, Vicalsa, está a laborar. Entre as portas abertas de um grande armazém, vêem-se dois homens em cima de um barco e há máquinas a movimentarem-se mais ao fundo. Mas na recepção dizem que não há ninguém disponível para falar com jornalistas.

No centro de Vigo, as mudanças trazidas pelo dia de ontem notam-se ainda menos. A distribuição de máscaras aconteceu manhã cedo e, ao início da tarde, os autocarros que passam circulam com poucas pessoas. Muitas levam máscaras, mas não todas. Entre um supermercado, uma frutaria ou uma padaria que mantêm as portas abertas, há muitos outros espaços de portas fechadas. Lavandarias, centros de estética, lojas de roupa, seguradoras, agências de viagens continuam encerradas com avisos similares colados nas montras: "Fechados até novo aviso." Até um grande prédio em construção não tem qualquer sinal de movimento, apesar de este ser um sector cuja actividade pode ser agora retomada.

Na rua há pouca gente e a cidade parece adormecida. A situação não muda no grande pólo industrial de As Gándaras, em Porriño. Portas fechadas, poucos veículos parados no exterior, ausência de ruído e até de movimento. Só um ou outro camião vai passando.

De um dos grandes armazéns sai um homem, de máscara bem colocada sobre a cara. Ali trabalha-se hoje como sempre se trabalhou, garante, porque a empresa fornece a indústria farmacêutica e não foi abrangida pelo encerramento decretado às empresas não essenciais.

Ali ao pé, numa outra empresa de portas abertas, um dos seguranças diz o mesmo. "Nós sempre estivemos abertos, por isso para nós, hoje, não há diferença." Para chegar ali, percorre parte do pólo industrial e ontem não viu qualquer mudança nas várias empresas por onde passou. "As que estavam abertas continuam abertas, as que estavam fechadas estão na mesma. Só se a fábrica de pedra ali para cima estiver aberta, não sei", atira.

Não está. Enormes blocos de pedra ocupam uma grande área a céu aberto atrás dos muros baixos da empresa, mas não há ninguém para operar a enorme máquina que as pode deslocar. A mudança faz-se lentamente por aqui.

patricia.carvalho@publico.pt

Europeus preparam desconfinamento

Com as economias paralisadas e um cansaço crescente da quarentena, muitos governos europeus tentam levantar as restrições de isolamento social. Mas se o fizeram cedo demais a crise pandémica pode prolongar-se, avisa a Organização Mundial de Saúde.

Espanha. Encerrou toda a actividade económica duas semanas, reabrindo ontem parcialmente. Mas o estado de emergência mantém-se até 26 de Abril.

Itália. Algumas lojas, serviços de lavandaria e fábricas reabrem hoje e o uso de máscara será obrigatório, mas a maior parte dos serviços só reabre a 4 de Maio.

Alemanha. O Governo federal debate amanhã com os chefes dos governos dos estados federados os próximos passo. Especialistas de saúde têm aconselhado a reabertura de escolas primárias.

Áustria. Foi o primeiro país a avançar com o levantamento de medidas. As pequenas lojas vão reabrir hoje e, a partir de 1 de Maio, as restantes lojas, centros comerciais e cabeleireiros. Restaurantes e hotéis reabrem em meados de Maio.

Dinamarca. Creches e escolas primárias reabrem amanhã e o Governo vai discutir uma data com os patrões para se regressar ao trabalho.

Grécia. Planeia um levantamento das medidas entre Maio e Julho. Os mais idosos e grupos de risco não serão abrangidos numa primeira fase.

Holanda. O executivo anunciará os seus planos na semana de 28 de Abril, quando termina o confinamento.

Suíça. O Governo prolongou as restrições até 26 de Abril, mas anunciou que começará a aliviar as medidas a partir de meados do mês.

França. O Presidente, Emmanuel Macron, anunciou ontem que vai ser prolongado o confinamento até 11 de Maio. A partir dessa data, creches e escolas devem reabrir, de forma progressiva.

> **A economia está a afundar-se. Se pudermos manter a actividade, recorrendo às medidas de protecção, é bom**
>
> **Bea Lopez**
> Empresa de artes gráficas

ESPAÇO PÚBLICO

Sérgio Rebelo

Numa altura em que vários países estão a preparar o regresso a uma certa normalidade (apesar dos avisos da OMS), levantando restrições, e outros avançam com alguma actividade económica (em Portugal, a pressão já se faz, explícita numa carta assinada por 167 personalidades), mas nem todos concordam. Como o economista Sérgio Rebelo, que concluiu num estudo que uma decisão desse tipo trará efeitos económicos de longa duração negativos. (Págs. 26/27) **J.J.M.**

Joaquim Miranda Sarmento

O PSD, que tem tido um comportamento colaborativo face ao coronavírus (ao ponto de ser elogiado em Espanha), criou um grupo de trabalho, coordenador do Conselho Estratégico Nacional do partido, para avaliar o impacto estrutural da pandemia na economia portuguesa com o objectivo de apresentar um conjunto de medidas para o seu relançamento. O partido trabalha em dois pacotes de medidas: um para as empresas e para as famílias; outro para o país. (Pág. 20) **J.J.M.**

A qualidade da democracia durante a pandemia

Amílcar Correia
Editorial

O consenso institucional em Portugal sobre como lidar com os efeitos desta pandemia, com os principais órgãos de soberania a partilharem a mesma estratégia, transmite confiança nestes tempos de incerteza e é reflexo de maturidade democrática. O tal bloco central existe e habita Belém e São Bento.

A declaração do estado de emergência, acompanhada de medidas inéditas e drásticas como a impossibilidade de transitar entre concelhos, não suspendeu nem a democracia nem a divergência. As medidas foram respeitadas globalmente, depois daqueles dias de praia e de passeios nos centros comerciais nas primeiras semanas de Março, e foram e são determinantes para impedir as réplicas em Portugal do que aconteceu em Itália e Espanha.

O consenso que existe na sociedade portuguesa, para o qual contribuíram também forças partidárias e várias instituições da sociedade civil, e uma evolução controlada da expansão do vírus, sem a corrosão irremediável da resposta hospitalar, geraram uma percepção positiva do país no exterior.

Tivemos tempo para tomar consciência do alastramento da covid-19, estávamos numa época mais baixa do turismo e, claro, somos periféricos. Essa percepção está à vista quando se olha para a forma como em Espanha se acompanha a situação portuguesa ou quando reportagens da Globo olham para Portugal como o bom exemplo de controlo à evolução do coronavírus na Europa.

Mas há um outro factor, e que não é nada despiciendo, a contribuir para essa percepção positiva: a prontidão como que o país procedeu à regularização extraordinária de imigrantes, garantindo-lhes igualdade de acesso a cuidados de saúde e protecção social (apesar do inominável homicídio de um cidadão num aeroporto chamado Humberto Delgado).

Portugal foi mesmo o único a fazê-lo. O facto de o país ter subido três lugares no ranking das democracias liberais do V-Dem Institut, onde surge na sétima posição, tem muito que ver com consenso e humanismo – os responsáveis daquele organismo consideram que Portugal e França foram os dois países da Europa do Sul com maiores preocupações em assegurar a qualidade da democracia em "tempos de pandemia".

Não nos faltam exemplos de como a pandemia pode ser argumento para tentações autoritárias, a ponto de, pela primeira vez, o número de autocracias ser superior ao número de democracias.

Certamente que saberemos resistir a ou combater qualquer veleidade de controlo dos nossos passos em nome de uma pretensa segurança sanitária.

acorreia@publico.pt

Prioridade à covid-19 põe em risco doentes não urgentes

As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

As minhas felicitações, prof. Arlindo Oliveira

Não posso deixar de felicitar, vivamente, o professor Arlindo Oliveira pelo excelente artigo intitulado "Vírus e elefantes", dado à estampa aqui, no PÚBLICO, no dia 6 de Abril. Aliás, refira-se, que todos os artigos de sua autoria que são publicados neste jornal são interessantíssimos e o PÚBLICO bem se pode orgulhar de ter Arlindo Oliveira como colaborador. A abordagem feita pelo docente, no texto em apreço, à evolução dos vírus ao longo de milhares de milhões de anos e ao facto de "termos sido criados pela evolução natural, por um algoritmo que, ao longo de milhares de milhões de anos, optimizou os seres vivos na sua luta pela sobrevivência", só evidencia e demonstra como a teoria evolutiva de Charles Darwin se tornou subsidiária e fundamental para a compreensão do fascinante mundo da evolução dos seres vivos, contribuindo para que pesquisas e estudos científicos ulteriores desvendassem novos caminhos complementares e novas perspectivas afins.

Actualmente, cientistas e investigadores ainda debatem se os vírus serão organismos vivos. Será certo que são estruturas simples que se reproduzem no interior das células sem as quais não podem existir. Os vírus são cem vezes mais pequenos que as bactérias e medem à volta de uma centésima de micómetro! De facto, só com microscópios electrónicos se podem observar. Como muito bem afirmou no seu admirável texto e à guisa de conclusão. "É a inteligência humana que nos permitirá ultrapassar mais esta batalha pela sobrevivência." Só que esta "ultrapassagem" comportará enormíssimos sacrifícios de dor e de mortes para milhares e milhares de pessoas. E aí, dolorosamente, agiganta-se a teoria da selecção natural de Charles Darwin.

António Cândido Miguéis, Vila Real

Solidariedade europeia

Já que não vem de paragens mais conjecturáveis, talvez a solidariedade europeia deva começar por nós, mesmo sem possuirmos as riquezas que outros arrecadaram com a adopção do euro. De que vale virmos agora retaliar contra quem nos tratou mal, devolvendo-lhes as invectivas? Neste momento (e tudo pode ainda alterar-se...), em que a realidade do número de mortos pela pandemia instalada fala por si, seria fácil dizer que os holandeses estão a "pagar" pela sua arrogância, não expressa por todos, evidentemente, mas por alguns dos seus dirigentes políticos, como o ministro das Finanças e o respectivo chefe. Melhor será solidarizarmo-nos com a população dos Países Baixos, lamentando terem eleito tal gente, que parece gostar mais de dinheiro do que do seu próprio povo. Tanto pouparam, em constantes vénias ao controlo orçamental, cortando nos "luxos" da saúde, que agora não conseguem ocorrer a todos os infectados que, infelizmente, morrem mais do que por estas nossas bandas.

José A. Rodrigues, V.N. Gaia

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores

João Pedro Matos Fernandes

Num país onde muitos cursos de água têm sido desprezados, o Ministério do Ambiente vai avançar, quando se ultrapassar a pandemia, com um programa de reabilitação de leitos e margens de ribeiras em todo o país que deverá abranger 6 mil km de linhas de água e custar 75 milhões de euros. Este investimento vai beneficiar do trabalho feito em territórios afectados pelos grandes incêndios de 2017, cujos resultados foram bastante positivos. (Pág. 24) **J.J.M.**

Donald Trump

Trump é o Presidente que tem tido declarações irresponsáveis sobre a pandemia, Anthony Fauci é o imunologista, e principal figura no combate à covid-19, que nas conferências de imprensa da Casa Branca tem sido uma espécie de consciência ponderada do homem que lidera os EUA e lhe vai pondo freios. Trump, que quer um regresso rápido à normalidade e não confia nos cientistas, partilhou uma mensagem no Twitter que apela ao seu despedimento. (Pág. 28) **J.J.M.**

ESCRITO NA PEDRA

O valor que não tem por fundamento a prudência chama-se temeridade, e as façanhas dos temerários devem atribuir-se mais à sorte do que à coragem
Miguel de Cervantes (1547-1616), escritor

SEM COMENTÁRIOS NOVA IORQUE, ESTADOS UNIDOS

JOY MALONE/REUTERS

EM PUBLICO.PT

Usar ou não usar máscara?

A DGS recomenda o uso pela população de máscaras "sociais" em locais fechados após o confinamento. O PÚBLICO tem um vídeo e uma infografia *online* que mostram como se fazem as máscaras
publico.pt/infografias

Não há mais aves no céu, "há é mais olhos a vê-las"

Nós cá dentro, presos nas nossas "gaiolas", enclausurados. Elas lá fora, em liberdade. As aves aproveitam o silêncio, o espaço e uma liberdade invulgar publico.pt/fugas

Sai de tribo isolada e encontra um mundo em isolamento

Após um mês incontactável para fotografar uma tribo indígena na Amazónia, Paulo Múmia foi surpreendido no regresso ao Rio de Janeiro publico.pt/p3

O primeiro Abril

Miguel Esteves Cardoso
Ainda ontem

Sentimos o tempo de uma maneira diferente daquela que a meteorologia tem. As impressões que temos podem ser erradas de um ponto de vista meteorológico mas isso não é estranho. Estranho seria se não fossem.

A sensação que se tem do tempo durante a pandemia é de silêncio. Mas não é silêncio. É um silêncio que permite ouvir os insectos, os pássaros, as plantas.

A sensação que se tem do ar é de limpeza. Mas não é limpeza. É só a ausência da sujidade do costume. Respira-se bem? Não sei, respira-se menos mal, não há no ar tantos venenos como costuma haver. É como o alívio de quem deixa de dar marteladas na cabeça: sabe bem, até parece um prazer – mas seria melhor se nunca tivesse dado marteladas na cabeça. E, por sua vez, à pessoa que nunca deu marteladas na cabeça não ocorre pensar que está bem só por causa disso.

Imagino assim que no mês de Abril o tempo aproveitou a ausência das nossas sujidades para ser Abril. É como se o princípio da Primavera se tivesse libertado. Está mais fresco sem o aquecimento podre dos escapes e dos exaustores. Há mais água, o sol passa mais limpinho, o vento vai mais leve, as nuvens andam menos penduradas.

A impressão que tenho deste mês de Abril é ser o mês mais Abril e águas mil desde que me lembro. Parece-me ser o Abril verdadeiro que só pôde nascer porque nós fomos impedidos de o boicotar com todos os nossos gases deletérios. Não se pense que é a ausência de máquinas que é tão hospitaleira para a natureza: é a ausência de seres humanos, sujando tudo por onde passam.

Aproveitemos.

"Os humanos não são Deus", ou como a pandemia transformou Harari num novo Fukuyama

Paulo Rangel
Palavra e Poder

1 Em Junho de 2018, em Munique, moderei um debate em que o orador convidado para lançar o tema era o cardeal Reinhardt Marx. As palavras com que abriu a sua palestra nunca mais me largaram e, desde que iniciámos o transe global da pandemia, ecoaram em mim mais sonoramente. Cito de cor: "Há uma asserção em que, julgo, crentes e não crentes estão de acordo e que pode ser o postulado de partida de qualquer entendimento e mesmo de uma ética universal: os humanos não são Deus; os humanos não são deuses."

2. Muitos recordam certamente o furor que fez, no rescaldo da queda do Muro de Berlim, o livro de Fukuyama *O Fim da História e o Último Homem*. A sua tese, inspirada na dialéctica hegeliana, consistia na apologia de que a queda do bloco socialista significava o triunfo global e irreversível das democracias liberais e das suas economias de mercado. Depois de uma primeira onda democrática, que se iniciara com a revolução do 25 de Abril, seguiram-se as vagas da América Latina e a da Europa de Leste. A partir daqui, com a derrota do modelo socialista, a democracia liberal e a economia de mercado tomariam conta do planeta e ditariam o fim da história. O fim da história não era propriamente o fim do mundo; era o início de um tempo em que não mais se questionaria o modelo político e o modelo económico. Eis a simplificação do pensamento de Fukuyama, bem mais complexo e rico. A ideia que passou à história – à história das ideias – foi esta: o devir histórico chegara ao seu final. Diante da improcedência manifesta da tese, Fukuyama corrigiria as interpretações, defendendo que a palavra "fim" não fora usada na acepção de "termo" ou de "final", mas de "finalidade" ou de "sentido". Algo, diga-se, não muito fácil de conciliar com a escolha da segunda parte do título do livro: "o último homem" (a não ser que dê à palavra "último" uma conotação escatológica).

Logo à época, foram muitos – entre os quais me incluía – os que consideraram uma tal tese totalmente infundada, entre o ingénuo e o ideologicamente apologético. Era mesmo preciso desvalorizar (e desconhecer) a história para propugnar que havia chegado ao fim. Ou até, numa leitura mais benévola, que tinha cumprido o seu fim, encontrado o seu sentido. A história não é de sentido único. Os anos seguintes, com o 11 de Setembro de 2001 ou com a crise financeira de 2008, encarregar-se-iam de evidenciar o que já quase todos sabiam: enquanto houver mulheres e homens, não há fim da história, embora possa consumar-se a história do fim.

3. Nos anos recentes, tem feito caminho a "narrativa-visão" de Yuval Harari, nos livros *Sapiens*, *de Animais a Deuses* e *Homo Deus*, depois relativamente adocicada em *21 Lições para o Século XXI*. O entusiasmo que gerou é diferente do fenómeno Fukuyama; tem um alcance mais geral, que evoca *A Terceira Vaga*, de Alvin Toffler, e os anos oitenta. A cultura, a informação e o pensamento de Harari são poderosos e valem seguramente mais do que a "percepção" pública que perpassa e faz sucesso. Mas a mensagem inscrita nos seus escritos atractivos e sensuais, mais uma vez, não é inocente. Também ela é deliberada.

Harari justifica-se com a ideia de que a pandemia se deve a uma 'falha humana' e não à nossa incapacidade de controlo ou domínio da mesma

Seguindo as passadas do transhumanismo – largamente antecipado no pensamento sistémico, designadamente por Luhmann, para quem a pessoa não passa de um "sistema psíquico" –, Harari nega (e renega) os fundamentos milenares do humanismo. O que faz, procurando demonstrar que o salto tecnológico – em particular, com a inteligência artificial e com os *big data* – força uma evolução do *Homo sapiens* para um novo ser. Um ser que já não será humano, como atestam os exemplos da conexão de um cérebro a um computador para lá da morte física ou da criação de uma Internet de cérebros. Um ser que não se distinguirá pela inteligência, pois esta será apropriada pelas máquinas numa escala indisputável pela mente humana. Um mundo em que os grandes dilemas morais dos mitos gregos ou das narrativas fundacionais são remetidos para a instância algorítmica, num assomo de "digitolatria". Uma orbe em que o poder dispõe de recursos capazes de conhecer o cidadão, de o conhecer no sentido quase bíblico, isto é, na intimidade, porventura ainda melhor do que ele próprio, abrindo-se o caminho para a ditadura digital ("digitocracia"). Um planeta em que, mercê da parafernália tecnológica, seremos capazes de "dominar a fome, as pragas e a guerra". Tudo o que culmina num "admirável mundo novo" em que haverá uma cesura na espécie humana: de um lado, a massa informe de humanos *sapiens* imprestáveis e, do outro, uma nova espécie, selecta e restrita, de "super-homens" ou de "homens-deuses". Espécie essa que, aliada ao poderio das máquinas inteligentes, controlará todas as instâncias da vida. Ao contrário da hipótese de Fukuyama, esta não é uma visão antropologicamente optimista, porque não é antropológica (é talvez "algorítmica") e, muito menos, optimista.

4. Um dos esforços de Harari não é entrever o mundo futuro, é convencer-nos de que ele já está presente. Mas a confiança na omnipotência tipicamente divina da evolução tecnológica sai muita abalada das proporções "totais" e "quase totalitárias" desta pandemia. Afinal, como nos mitos gregos ou nas histórias bíblicas, um vírus ínfimo e vulgar põe em guarda toda uma civilização. E, embora seja cedo para fazer vaticínios, questiona muitas das premissas do que ele julgava ser o futuro. A 3 de Abril, em entrevista ao *South China Morning Post*, Harari justifica-se, citando o *Homo Deus*, com a ideia de que a pandemia se deve a uma "falha humana" e não à nossa incapacidade de controlo ou domínio da mesma. O ponto é mesmo esse, é todo esse: falha humana. *Errare humanum est*. Ou muito me engano – o que será sempre e irredutivelmente humano – ou vai acontecer à previsão da nova espécie de Harari o que aconteceu ao fim da história de Fukuyama.

O cardeal Marx tem razão, razão compreensiva e razão compassiva: "Os humanos não são Deus." Nem deuses.

Eurodeputado (PSD). Escreve à terça-feira
paulo.rangel@europarl.europa.eu

ATHIT PERAWONGMETHA/REUTERS

SIM

Papa Francisco O perdão de dívida aos países mais pobres, o apelo sobre os refugiados e o apoio a soluções solidárias e inovadoras na UE. Todo um programa de "conversão" global.

NÃO

Ministério da Saúde Falta transparência a todos os números: dos mortos e infectados até à aquisição e distribuição de equipamentos. E a sonegação às autarquias é incompreensível.

Pandemia, crise, democracias e ditaduras

João Paulo Avelãs Nunes

Face à pandemia e às sequelas sociais e económicas, será mais eficaz adoptar uma estratégia semelhante à do pós-II Guerra Mundial

PAULO PIMENTA

Começo por agradecer àqueles que, em Portugal e nos outros países, enquanto cidadãos eleitos ou na qualidade de profissionais, intervêm directa e efectivamente para atenuar ou para resolver problemas gerados pela actual pandemia. Saúdo, igualmente, todos os que, em termos de saúde ou no plano económico e social, sofrem as terríveis consequências desta pandemia. Enquanto historiador e professor de história contemporânea, limito-me, no presente texto, a contribuir para a reflexão sobre escolhas colectivas que teremos de fazer quando for superada a presente situação de emergência sanitária.

Recorrendo a projectos de investigação historiográfica e de outras ciências sociais já concretizados e divulgados – ou seja, a esforços de reconstituição e contextualização, comparação e análise que avalio como objectivantes –, é possível antever possíveis cenários futuros através da observação do modo como Portugal, a Europa e o mundo lidaram com o pós-Primeira Grande Guerra e com o pós-Segunda Guerra Mundial. Lembro que a pandemia de Gripe Pneumónica (ou "Gripe Espanhola") – 1918 a 1920, com entre 50 e 100 milhões de mortos – coincidiu tanto com a etapa final da Primeira Grande Guerra como com o imediato pós-guerra.

Proponho que se considere que os anos 1919 e seguintes foram marcados pela hegemonia, à escala mundial, de concepções e de práticas fundadas em lógicas de "egoísmo irracional". Isto é, assistiu-se à reprodução ou à introdução generalizadas de medidas de cariz unilateral e proteccionista ou autárcico, socialmente segregacionista e/ou colonialista, xenófobo e racista. Mesmo a Sociedade das Nações, organização internacional fundada por países com regimes demoliberais, potencialmente multilateral e multivectorial, acabou por ter grande parte das suas potencialidades anuladas em nome de nacionalismos isolacionistas, defensivos ou agressivos.

Depois do sofrimento causado pela Primeira Grande Guerra e pela pandemia de Gripe Pneumónica, o Tratado de Versalhes e outros tratados visaram, sobretudo, limitar os países derrotados (antes de mais, a Alemanha); os EUA optaram, em termos geoestratégicos, pelo "isolacionismo continental" e a Rússia – depois URSS – assumiu o figurino de regime totalitário comunista. A permanência do predomínio da teoria económica marginalista abriu as portas ao corporativismo e ao estalinismo; à hiperinflação alemã da primeira metade da década de 1920 seguiu-se a Crise de 1929. A radicalização ideológica e política no âmbito nacional (com destaque para a ascensão dos fascismos) levaram ao irredentismo e ao militarismo; a violência de massas à escala nacional e os conflitos militares localizados evoluíram para a Segunda Guerra Mundial e para o Holocausto.

> **A transferência negociada de recursos em favor dos indivíduos e dos países com maiores dificuldades é fundamental**

Num sentido – parcialmente – oposto, os anos de 1944 e seguintes conheceram a supremacia, pelo menos nos países capitalistas desenvolvidos ou de desenvolvimento intermédio e sob a liderança dos EUA, do "egoísmo racional". Ou seja, verificou-se a adopção de soluções de natureza multilateral e promotoras da integração económica. Baseadas na teoria económica keynesiana, as referidas políticas implicaram a implementação do modelo de Estado-providência e a atenuação das desigualdades sociais, a condenação da xenofobia e do racismo, o reconhecimento do direito à autodeterminação e da necessidade de estratégias de apoio ao desenvolvimento.

Ainda em plena Segunda Guerra Mundial, o Reino Unido aprovou o Plano Beveridge (1943) e os EUA promoveram a realização das Conferências de Filadélfia (1944), de Bretton Woods (1944) e de São Francisco (1945). A partir do fim do conflito, foram instituídas a ONU e as respectivas agências especializadas; os EUA dinamizaram a criação da OECE e concretizaram o Plano Marshall, bem como um programa de apoio à reconstrução do Japão; a CEE, a EFTA e a UE garantiram níveis substanciais de integração económica e alguns apoios específicos ao desenvolvimento, tanto dos países europeus mais semiperiféricos, como, embora em menor grau, de países periféricos de outras zonas do mundo.

Mesmo tendo em conta quer as limitações decorrentes das características dos regimes comunistas (ditaduras totalitárias) quer as sequelas da opção dos EUA e das potências intermédias do Bloco Ocidental no que concerne aos países capitalistas subdesenvolvidos – recusa da teoria económica estruturalista, crescimento económico dependente e com manutenção de desigualdades sociais extremas, ditaduras tendencialmente totalitárias no seguimento de golpes militares –, as décadas de 1950 a 1980 foram, assim, uma conjuntura inabitual de desenvolvimento e de melhoria das condições de vida, de multilateralismo e de consensualização/estabilização de regimes democráticos, de pluralismo cultural e de governação menos discriminatória da multiculturalidade.

Se concordarmos com este esboço de reconstituição e análise, se pensarmos que as respostas à Crise de 2008 foram, muitas vezes, globalmente ineficazes e injustas, não poderemos deixar de defender que, face à actual pandemia e às respectivas sequelas sociais e económicas, será mais eficaz e mais justo adoptar uma estratégia semelhante à do pós-Segunda Guerra Mundial. Numa situação de emergência social e económica generalizada, a transferência negociada de recursos em favor dos indivíduos e dos países com maiores dificuldades é fundamental para os próprios mas, também, para os indivíduos abastados e para os países desenvolvidos.

Caso não pretendamos observar uma nova catástrofe social, política e geoestratégica, a informação e os argumentos aqui sumariados (fruto da actividade profissional de historiadores e de outros cientistas sociais) devem ser mais tidos em consideração. Considerados, nomeadamente, pelas "sociedades civis", pelos aparelhos de Estado e pelos sistemas políticos da União Europeia, dos EUA e do Japão, da Alemanha e do Reino Unido, da Holanda e da Finlândia, da Polónia e da Hungria, do Brasil e do México, da Índia e do Paquistão – mesmo da China e da Rússia, do Irão e da Turquia, etc.

Director do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; co-coordenador do Grupo 1 — História e Memória do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX/Universidade de Coimbra

PSD apresenta programa para relançar economia em Junho

Presidente do Conselho Estratégico Nacional, Joaquim Miranda Sarmento, lidera grupo de trabalho que já está a trabalhar há três semanas e a avaliar o "impacto estrutural" da pandemia na economia portuguesa

Partidos
Margarida Gomes

O PSD está a avaliar o "impacto estrutural" da crise pandémica na economia nacional para preparar um conjunto de medidas para o relançamento económico. A *task force* de economistas e gestores anunciada pelo partido liderado por Rui Rio já está a desenhar o programa de recuperação da economia e de aumento da competitividade, através do investimento, exportações e emprego.

Na quinta-feira, em entrevista à SIC, Rui Rio levantou o véu sobre o trabalho que o partido, através do Conselho Estratégico Nacional (CEN), está a preparar. "Vai ter de ser tudo avaliado para relançar a economia", declarou o líder social-democrata, que está a acompanhar o trabalho que o CEN está a fazer.

Joaquim Miranda Sarmento, que preside ao CEN, é o coordenador do grupo de trabalho que está a elaborar o programa que incluirá um conjunto de propostas para colmatar as brechas que esta crise vai deixar, mas também para atacar alguns dos problemas que a economia carrega há muito tempo. "Há 25 anos que a economia portuguesa não cresce", salienta Joaquim Miranda Sarmento.

É na conjuntura económica que o PSD acredita que o Governo encontrará mais dificuldades, acabando por assistir a um aumento do descontentamento dos portugueses. É nisso que os sociais-democratas estão a apostar, em termos de combate político, ao mesmo tempo que se mostram disponíveis para colaborar com o executivo de António Costa no combate à crise de saúde pública. "O Governo continua a ter o nosso apoio, e mesmo incentivo, para escalar as medidas de combate à covid-19", escreveu Rui Rio no Twitter, a 15 de Março. Na entrevista à SIC, voltou a evidenciar espírito construtivo.

O núcleo duro da *task force* do PSD, do qual fazem parte "sete a oito pessoas", já começou a trabalhar há cerca de três semanas. O primeiro documento produzido foi o pacote de 12 medidas que Rui Rio apresentou ontem, no Porto, e que propõe um reforço nas linhas de crédito de apoio às empresas, o adiamento de pagamentos fiscais (IVA, IRC e TSU) e isenções de comissões bancárias para as pequenas empresas, a redução do IMI para empresas e famílias, bem como a possibilidade de as empresas decretarem um período de férias aos trabalhadores nesta fase da crise. As medidas foram apresentadas como "contributos" do PSD para atenuar a crise em resultado da covid-19, e entregues em mão ao primeiro-ministro na quarta-feira.

MIGUEL MANSO

Joaquim Miranda Sarmento coordena grupo que integra sociais-democratas mas também elementos da Academia

PSD tem dois pacotes

Entre as propostas está o alargamento das linhas de crédito às empresas e empresários em nome individual para um valor na ordem dos dez mil milhões de euros (três mil milhões, como anunciou o Governo, "não chegam", alega o PSD), a fixação da garantia do Estado de 90% nos créditos concedidos, o aumento do montante máximo de empréstimo por empresa (nas microempresas passaria de 50 mil para cem mil euros, por exemplo).

"O segundo pacote é o programa para o país. Estamos a trabalhar de uma forma articulada, ouvindo pessoas que têm dado muito contributos, desde economistas, gestores, empresários, pessoas ligadas à Academia e à administração pública", disse o presidente do CEN do PSD, realçando que tem havido "grande receptividade" por parte das pessoas.

"As pessoas que estão a dar contributos não são todas sociais-democratas", disse ao PÚBLICO uma outra fonte do PSD, notando que a "filosofia" que preside a esta *task force* é a mesma que esteve subjacente ao Conselho Estratégico Nacional que contou com contributos de muitas pessoas de fora do partido para as diferentes áreas. "Temos tido imensas pessoas a querer colaborar", revela Joaquim Sarmento, realçando que todos os contributos são importantes, porque, sublinha, a questão "é bastante difícil".

Para já, Joaquim Sarmento desconhece a dimensão da "pancada" que a pandemia do novo coronavírus vai deixar na economia portuguesa, mas mostra-se apostado em apresentar ao país um pacote de medidas que "permitam ajudar as empresas e as famílias a superar" a crise económica.

Em tempo de pandemia, as "conversas são virtuais" na *task force*: fazem-se via Skype, WhatsApp, Zoom ou por *email*, conta o presidente do CEN, que prefere não dizer, para já, o nome das pessoas que estão a colaborar com o PSD. "Algumas pessoas darão a cara mais à frente."

Joaquim Miranda Sarmento prevê que este programa de relançamento da economia seja apresentado no mês de Junho, quando os efeitos económicos da pandemia já forem mensuráveis e quando já se tiver uma ideia clara da resposta existente no plano europeu.

mgomes@publico.pt

PGR avisa MAI de que é proibido à PSP e GNR exigir teste de gravidez na admissão de mulheres

Contratações
Maria Lopes

Parecer é lapidar na crítica a critérios de recrutamento que discriminam mulheres na admissão às forças e serviços de segurança

A GNR e a PSP não podem exigir testes de gravidez ou a apresentação de qualquer documento que ateste que as candidatas à admissão naquelas forças de segurança não estão grávidas. Nem tão-pouco podem preferir uma candidata não grávida em detrimento de uma grávida e apenas por esse motivo. Se o fizerem estão a violar a Constituição por desrespeitarem o princípio da igualdade.

O aviso é feito pelo conselho consultivo da Procuradoria-Geral da República (PGR) num parecer emitido há um mês mas apenas publicado ontem em *Diário da República*. O parecer é uma resposta ao ministro da Administração Interna que há onze meses, no rescaldo do concurso que impedia que grávidas, portadores de VIH e portadores de sinais distintivos concorressem para guardas-florestais, pediu um parecer à PGR sobre os critérios usados nos concursos de admissão para as forças e serviços de segurança, argumentando estarem a ser usados os mesmos "procedimentos de recrutamento" nas Forças Armadas.

Eduardo Cabrita questionava se os "requisitos de admissão respeitantes à aptidão física e psíquica (...) destinados à identificação de limitações de ordem funcional susceptíveis de constituir incapacidade ou diminuição para a capacidade para o serviço, ou a gravidez detectada nos métodos de selecção ou até à data de iniciação do curso respectivo", violam a Constituição e a lei geral do trabalho em funções públicas.

"Não sendo a GNR, incluindo a carreira de guarda-florestal, ou a PSP reservadas apenas a homens, a discriminação entre uma mulher grávida e uma mulher não grávida, com a consequente exclusão da primeira, viola, pois, o princípio da igualdade. Aquele estado não é fundamento material suficiente para a tratar de forma radicalmente tão diferente. Só assim não será se durante a fase inicial (eventualmente de formação prévia ao exercício efectivo de funções) tiver de ser submetida a provas incompatíveis com a sua saúde e a saúde do nascituro. De todo o modo, jamais poderá ser prejudicada."

A PGR não tem dúvidas sobre a questão dos testes de gravidez, cita decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia, e até lembra ao ministro da Administração Interna que Portugal ratificou a última convenção de protecção da maternidade da OIT em que se comprometeu a garantir que a maternidade não é usada como discriminação em matéria de emprego.

"A gravidez é uma situação temporária, finda a qual a candidata poderá desempenhar em pleno as suas funções", lê-se no parecer da PGR.

maria.lopes@publico.pt

PEDRO CUNHA

Pedir teste de gravidez é proibido, defende PGR

Prisões: as costas largas da covid-19

Opinião
André Coelho Lima

1. A Assembleia da República (AR) aprovou na semana passada um diploma proposto pelo Governo que permite a libertação de até 2700 reclusos do sistema prisional português, cerca de 20% da população prisional atual. O objetivo do diploma é "salvaguardar a vida e a integridade física dos reclusos que, pela especial vulnerabilidade do seu estado de saúde, estão mais expostos ao risco de contração da doença covid-19".

2. É importante saber-se que não há um único recluso com covid-19 nas cadeias portuguesas (o único caso reportado já foi detido com o vírus). E ainda que, nos dizeres da própria ministra da Justiça, "as prisões são provavelmente, neste momento, o espaço mais seguro". Se assim é, porquê libertar?

3. É preciso acrescentar que, segundo a ministra, não há sobrelotação nas cadeias. Temos uma lotação de 97%, sendo reconhecida a sobrelotação nos Estabelecimentos Prisionais de Paços de Ferreira, Setúbal e Linhó. Este diploma não foi antecedido de qualquer plano para evitar situações de crise nas cadeias nem apresentada qualquer estratégia para proteger os profissionais que aí se encontram.

4. Dito isto, é preciso perceber, com rigor, porque propôs o Governo um perdão de penas (1) aos reclusos condenados por penas de duração igual ou inferior a dois anos e ainda (2) aos reclusos aos quais faltem apenas dois anos para cumprimento integral da pena (independentemente da duração desta); um "indulto excecional" nos termos do qual se permite, ao Presidente da República, indultar os reclusos que se integrem nos grupos de risco, isto é, maiores de 65 anos e "portadores de doença, física ou psíquica no contexto desta pandemia".

Para ambas as situações, excecionam-se aqueles que tenham sido condenados por crimes de maior gravidade, como homicídios, crimes de natureza sexual, entre outros.

5. Daqui resulta que o Governo vai perdoar penas a um conjunto alargado de reclusos sem nenhum critério relacionado com a covid-19. Todos aqueles que serão libertados por aplicação direta do diploma são-no por critérios temporais (penas até dois anos ou de que falte cumprir dois anos). Por outro lado, o Governo deixa ao Presidente da República o ónus de proceder à libertação daqueles que efetivamente interessaria tirar da cadeia: os que integram os grupos de risco.

6. Esta opção legislativa é

O Governo deixa ao Presidente o ónus de proceder à libertação daqueles que efetivamente interessaria tirar da cadeia: os que integram grupos de risco

demonstrativa de uma desconsideração institucional. Por um lado, porque sendo o indulto uma competência própria do Presidente da República, o diploma assume um claro imiscuir nas funções do chefe de Estado, balizando e condicionando a decisão de concessão de indulto, que deveria seguir – apenas e só – os seus critérios. Por outro lado, todas as declarações da ministra da Justiça assumem os números de reclusos a indultar pelo Presidente como um facto consumado, como se se tratasse de um simples ato administrativo e o Presidente o seu mero executor. E ainda porque, objetivamente, a opção do Governo constitui uma espada de Dâmocles sobre o chefe de Estado.

7. Como sabemos – e o Governo também sabe –, o instituto do indulto tem critérios contidos e sensatos, não sendo a figura adequada à libertação de centenas (talvez mais de um milhar) de prisioneiros. Por isso, impõe-se uma pergunta: e se o Presidente da República tomar a decisão normal e não indultar "a torto e a direito"?

8. Ora isto revela o maior absurdo deste diploma! Porque se o Presidente da República cumprir com a filosofia subjacente ao instituto do indulto, vão ser libertados ao abrigo do diploma milhares de prisioneiros que nada têm que ver com a covid-19, fazendo com que permaneçam nas cadeias aqueles que se justificava que saíssem. E o pior é que o Governo toma esta opção bem sabendo que dificilmente poderá o Presidente atribuir indultos a centenas de prisioneiros. Na prática, o Governo guardou o indulto para si, deixando para o Presidente a retirada da cadeia daqueles que se impunha como decisão da AR e do Governo.

9. Precisamente por isto é que o PSD, na sua proposta, fazia com que fosse o Governo a assumir a libertação dos prisioneiros que integram os grupos de risco (não sob a forma de perdão de pena mas sob a forma de prisão domiciliária, em substituição da prisão efetiva), deixando o instituto do indulto ao critério exclusivo do Presidente. Sem balizas nem condicionamentos.

10. Isto já para não falar no atropelo absoluto ao funcionamento da Justiça. Proponho que leiam as palavras da ministra da Justiça: "Portugal é um dos países da União Europeia com maior taxa de encarceramento por cem mil habitantes. Somos o segundo país com penas mais longas da Europa." Creio não restarem dúvidas de que o Governo exerce um juízo moral sobre as decisões judiciais e pretende um controlo *a posteriori* sobre o que elas implicam, trazendo-o para números que considera normais. Com um só diploma, reduzem-se os órgãos de soberania a apenas a dois: Governo e Parlamento.

11. Com esta postura legislativa, o Governo alega "evidentes razões humanitárias" mas mantém os grupos de risco dentro das cadeias. Tudo isto demonstra à saciedade que esta iniciativa, de facto, não promove uma atuação humanitária ... mas, sim, uma redução arbitrária.

Deputado e vice-presidente do PSD

APAV recebeu 699 denúncias de pornografia infantil em 2019

Por semana, 28 crianças foram vítimas de crimes, bem como 26 idosos e 192 adultos, dos quais 161 mulheres. Relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima é publicado hoje

Violência
Ana Dias Cordeiro

PAULO PIMENTA

A maior parte das imagens está alojada em servidores fora do país

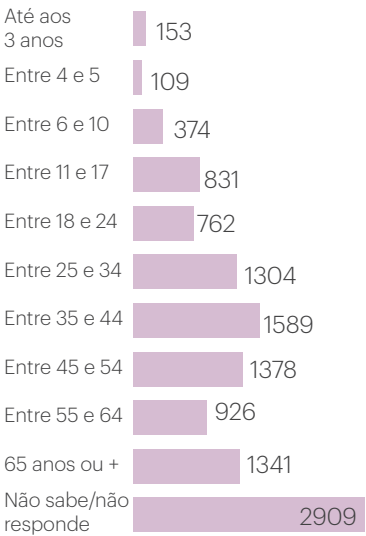
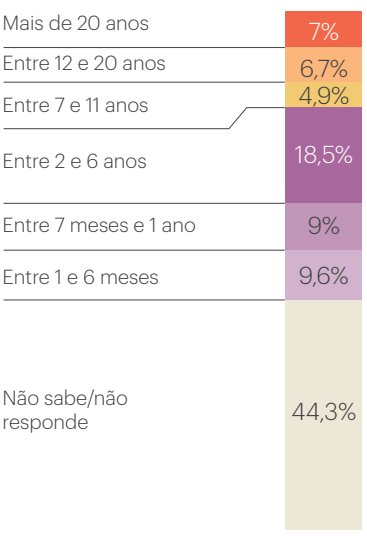
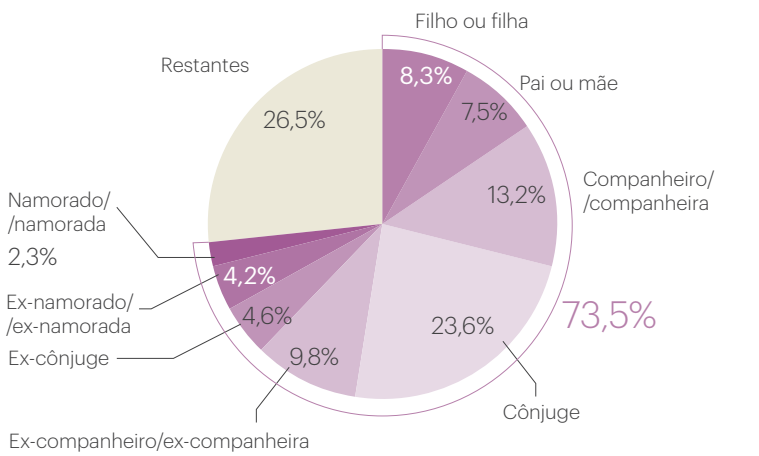
O relatório anual publicado hoje das estatísticas da APAV, que englobam muitos outros crimes e traçam um perfil das vítimas, contabiliza 699 denúncias em 2019. E este é "um número muito elevado" só por si, explica Ricardo Estrela, o responsável da linha Internet Segura, da APAV, mas também porque cada uma destas quase 700 denúncias envolve muitas crianças a nível mundial.

Ricardo Estrela explica que seguindo o rasto de cada denúncia, estas 699 transmitidas à APAV são apenas uma pequena parte do todo, ao conduzir os analistas a um universo pornografia infantil que existia na Dark Web, proveniente de incontáveis países, e que aumenta a cada ano. "Isso é muito preocupante", diz.

Quando Ricardo Estrela se refere às 699 denúncias como um número muito elevado, explica que cada uma destas denúncias leva os analistas, como ele, a analisar todas as imagens contidas nesse conteúdo. "Às vezes encontramos centenas de imagens diferentes, e isto pode corresponder a milhares de crianças à escala mundial."

A maioria das 699 denúncias de pornografia recebidas em 2019 pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) chegou através de pessoas que já estão na Dark Web (a parte mais oculta da Internet que só é possível aceder através de navegadores próprios), onde existem *sites* para além daqueles que envolvem crimes com crianças.

São pessoas que sabem que estão a fazer uma coisa não recomendável, mas que denunciam "porque acham de mais o que encontram" quando se deparam com imagens que indiciam violência ou aproveitamento de crianças para pornografia infantil, explica Ricardo Estrela.

Não está disponível um termo de comparação, pois estes dados (as 699 denúncias) são tratados pela APAV desde que a associação ficou responsável pela linha Internet Segura, em 2018. Antes disso, a entidade do Estado ligada à Fundação para a Ciência e Tecnologia que o fazia apresentava os dados por percentagens e não por números absolutos. Nessa altura, no conjunto das denúncias de todo o tipo de crimes na Internet, a pornografia infantil rondava os 23%.

"O nosso grande foco, por cada análise que fazemos é perceber qual é o conteúdo novo" e identificá-lo. E a grande preocupação é que "estes *sites* referenciados estão a ser alimentados alguns diariamente, alguns semanalmente".

"Cada vez que há um conteúdo novo, há uma nova criança que está a ser abusada, e isto é um grande problema neste contexto de pandemia em que as crianças passam o tempo todo em casa.

"Sempre que um *site* está a ser alimentado com um conteúdo novo, a um ritmo diário ou semanal, está a acontecer uma de duas coisas; ou é uma criança que está a ser abusada por um adulto e são imagens que não fazem parte das já conhecidas; ou há uma criança que está a ser aliciada, sem saber, por um adulto que criou um perfil falso, a expor imagens suas com cariz sexual que podem ser fotografias ou vídeos.

PJ investiga

Desse modo, Ricardo Estrela alerta para um perigo em que as próprias crianças se colocam sem saberem que o estão a fazer: "Hoje em dia o que acontece é que são crianças, no conforto das suas casas, a alimentar estas redes de pornografia infantil sem o saberem."

Por isso, diz, embora não tenha sido feita uma contabilização dos novos conteúdos por dia ou semana, uma tendência começa a ser reconhecida.

Identificada pela rede internacional INHOPE, a tendência, sobretudo a partir de 2018, revela ser "extremamente grave" pois indica que "são crianças cada vez mais novas, entre os 0 e os 13 anos, que estão a ser abusadas para fins de pornografia infantil". Destas, a grande maioria são do sexo feminino – à volta de 80%, acrescenta Ricardo Estrela.

Na área da pornografia de menores, o trabalho da APAV não é ouvir as vítimas, como nos outros crimes, pois as vítimas não são conhecidas, mas contribuir juntamente com outros países, que integram a INHOPE, para chegar à fonte: o *link* no Website que depois é removido e através do qual se poderá chegar aos responsáveis. É sobretudo um trabalho de contenção de um crime difícil de localizar e que tem vindo a crescer, diz Ricardo Estrela.

Depois de uma triagem dos casos suspeitos, o trabalho da APAV, e de outras associações ligadas à rede internacional, é perceber onde está alojado o conteúdo, identificar o país e accionar as respectivas autoridades. Uma denúncia feita em Portugal pode estar a apontar para a Holanda, ou a Alemanha ou muitos outros países. As autoridades contactadas removem definitivamente o Website e promovem a investigação criminal.

De todas as denúncias, apenas uma era de um conteúdo alojado num Website ou num prestador de serviços em Portugal, o que foi comunicado à Polícia Judiciária.

No total dos crimes, em 2019, houve 11.676 vítimas de um total de 29.818 crimes e outras formas de violência. Para cada vítima pode haver mais de um autor ou autora. O total destes é de 11.893. E entre os quase 30 mil crimes identificados 23.586 foram de maus tratos físicos ou psíquicos em contexto de violência doméstica. As relações entre casais juntos ou separados, com relações íntimas duradouras ou de namoro continua a sobressair porque representam mais de metade (57%) da ligação entre vítima e autor ou autora do crime.

No seu relatório de 2019, a APAV sublinha no entanto a relevância que assumiram crimes em que a vítima é pai ou mãe de quem cometeu o crime – em 7,5% dos casos – ou em que são filhos, em 8,3% das situações.

Em conclusão, por semana, 28 crianças foram vítimas de crimes, bem como 26 idosos e 192 adultos, dos quais 161 mulheres – números que revelam um aumento significativo nos últimos cinco anos.

acordeiro@publico.pt

São já 45 as vítimas da *legionella* que assinaram acordos para receber oito mil euros

Surto
Jorge Talixa

A pandemia levou algumas vítimas a aceitarem a compensação. Vítimas do surto de 2014 sentem-se esquecidas pelo Estado

ENRIC VIVES RUBIO

Há 73 vítimas do surto reconhecidas na acusação, mas há centenas excluídas desta negociação

Os acordos de compensação propostos pelas empresas envolvidas já foram aceites por 45 das 73 vítimas do surto de *legionella* de Vila Franca de Xira reconhecidas na acusação deduzida há três anos pelo Ministério Público (MP). De fora das negociações mantêm-se outras 330 pessoas igualmente infectadas pela bactéria da *legionella*, cuja relação com a estirpe detectada numa torre de refrigeração da ADP-Fertilizantes não foi confirmada. Pelo meio, o processo-crime está "parado" no Tribunal de Loures e a associação que os representa afirma que as vítimas têm sido "esquecidas" e "discriminadas" pelo Estado.

Dos 403 infectados identificados pela Direcção-Geral da Saúde, catorze acabaram por morrer e a maioria dos restantes ficou com sequelas respiratórias graves. Sofreram pneumonias causadas pela bactéria e a sua vida e saúde nunca mais foram as mesmas.

Mas, mais uma vez, o problema das vítimas deste surto parece esquecido. O Estado, ao contrário do que fez em casos como os incêndios de Pedrógão Grande e a derrocada de Borba, nunca deu apoio às 403 vítimas. A Justiça também se tem revelado muito lenta e o processo-crime instaurado em 2014 está ainda numa fase inicial da instrução. A juíza responsável suspendeu a tramitação da instrução em Novembro passado, alegando que importava aguardar pelo desenvolvimento das negociações entre as duas empresas acusadas (ADP e GE Power Control) e as vítimas para eventuais indemnizações e desistências de queixas. Ficou previsto que essa suspensão vigoraria até Janeiro, mas, segundo Ana Severino, advogada que representa a Associação das Vítimas da Legionella de Vila Franca de Xira (AVLVFX), não constam do processo mais diligências para além da aceitação da comunicação de acordos com algumas das vítimas.

"Muitos já aderiram a esses acordos", diz Ana Severino ao PÚBLICO, admitindo que a pandemia levou mais algumas pessoas a aceitarem estas compensações e a desistirem de ficar anos à espera das decisões finais da Justiça. O PÚBLICO sabe que o último valor-base proposto pelas duas empresas ronda os 8050 euros. Mas a proposta abrange apenas as 73 pessoas citadas na acusação, em que o MP considera que as análises confirmam que foram infectadas pela mesma estirpe da *legionella* encontrada numa torre de refrigeração da ADP. As restantes 330 vítimas foram "excluídas", porque não lhes foram feitas análises ou revelaram estirpes diferentes. "As pessoas perderam muita da sua saúde, perderam qualidade de vida, perderam expectativas de vida e o Estado nunca lhes deu grande apoio. Têm de pagar tudo, consultas, tratamentos, medicamentos, é tudo caríssimo. Sentem que foram completamente ignoradas", constata Ana Severino.

> **"Acabámos sempre por ficar para trás. Nunca houve nenhum tipo de apoio, nem nunca nos deram uma palavra, uma justificação", diz Nuno Silva**

Em risco com a covid-19

O presidente da AVLVFX tem o mesmo sentimento. Nuno Silva esteve 10 dias em coma e viu seriamente agravadas as suas condições de saúde, com enfisemas pulmonares que lhe limitam a vida do dia-a-dia. Agora, com a pandemia, sabe que tem de tomar as máximas cautelas. "Estamos no grupo de maior risco. Ficámos com sequelas graves a nível respiratório. A pandemia só veio agravar a situação de saúde destas pessoas, que já era má." Nuno Silva lamenta que o Estado nunca tenha assumido as suas responsabilidades no surto de 2014.

"Acabámos sempre por ficar para trás. Nunca houve nenhum tipo de apoio, nem nunca nos deram uma palavra, uma justificação", acrescenta, lembrando que a associação escreveu ao Presidente da República, ao Governo e aos grupos parlamentares, mas não teve respostas. "Mesmo a nível do Presidente da República recebemos apenas uma resposta a dizer que o assunto tinha sido encaminhado para o Governo. Se não formos nós a tentar fazer alguma coisa, somos sempre esquecidos." Nuno Silva vinca que muitas das vítimas atravessam grandes dificuldades porque deixaram de poder exercer a sua actividade profissional e têm encargos muitos maiores com a saúde.

Também por isso, alguns acabaram por se convencer a aceitar o acordo proposto pela ADP e pela GE. "Até meados de Março eram cerca de 45 pessoas que já tinham feito o acordo. Não eram nem de perto nem de longe os 73. Não sei se com o problema da covid-19 houve mais pessoas a aderir. Com esta incerteza toda, pode ter havido mais alguma pessoa a aceitar", admite.

O PÚBLICO procurou também obter esclarecimentos junto dos advogados da ADP e da GE – o MP acusou ainda sete funcionários destas empresas. "Neste momento, as defesas entendem que não é oportuno prestar quaisquer declarações", disse Pedro Duro, advogado que representa a ADP neste processo.

Registo de nascimento pode ser feito pela Internet

Cidadania

Medida foi aprovada para evitar que, em tempos de pandemia, os pais tenham de se deslocar a uma conservatória

Desde ontem que o registo de nascimento passou a ser possível via Internet, uma medida para evitar que os pais tenham de se deslocar a uma conservatória para registar o bebé, anunciou o Ministério da Justiça.

Este serviço era actualmente assegurado apenas em casos urgentes, "mediante agendamento prévio, de acordo com as medidas de combate ao surto de covid-19, definidas pelo Governo para a área governativa da Justiça", fosse numa conservatória ou num Balcão Nascer Cidadão, um serviço disponível em 48 hospitais e maternidades do país, explica a nota do ministério.

Em comunicado, a tutela explica que o pedido do registo de nascimento se faz agora no *site* Nascimento Online, através de autenticação com chave móvel digital ou com cartão de cidadão, neste caso, recorrendo a um leitor de cartões e dos códigos PIN da morada e de autenticação. De acordo com a legislação, o prazo obrigatório do registo até 20 dias após o nascimento está agora suspenso.

Integrado no programa de modernização administrativa Simplex+ em resultado de uma colaboração entre os ministérios da Justiça e da Saúde, o serviço Nascer Cidadão permite, desde Maio de 2016, registar os recém-nascidos imediatamente no próprio hospital ou maternidade logo após o nascimento, no Balcão Nascer Cidadão, perante um funcionário do registo civil que se desloca à unidade de saúde.

Os dados oficiais indicam que, entre os dias 1 de Janeiro e 29 de Fevereiro foram realizados 11.123 registos de nascimento e 7736 pedidos de cartão de cidadão com recurso aos balcões Nascer Cidadão, valores que elevam os números totais para 216.116 registos de nascimento e os 129.607 pedidos de cartão de cidadão, desde que o serviço foi disponibilizado. **Lusa**

Governo quer reabilitar seis mil quilómetros de ribeiras no país

Desde 2017, foram investidos 11,5 milhões de euros para intervir em quase mil quilómetros. A seguir há 75 milhões para multiplicar por cinco esse esforço, garante o ministro do Ambiente

Ambiente
Abel Coentrão

O Ministério do Ambiente prepara-se para avançar com um programa de reabilitação de leitos e margens de ribeiras em todo o país que deverá abranger cinco mil quilómetros de linhas de água e um investimento global de 75 milhões de euros, ao longo dos próximos anos. A iniciativa multiplica por cinco o trabalho realizado após os incêndios de 2017, que permitiu intervir, com soluções de engenharia de base natural, na recuperação de quase mil quilómetros de galerias ripícolas em 57 concelhos do Centro e Norte do país.

Em declarações ao PÚBLICO, o ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, adiantou que o programa de reabilitação de ribeiras avançará mal o país ultrapasse a actual situação de pandemia de covid-19 e será aberto a iniciativas em todo o país, já sem uma relação específica com territórios afectados por fogos rurais. O dinheiro poderá até ser aplicado em zonas urbanas, mas tudo dependerá do valor ambiental dos projectos, pois, explicou, a intenção passa não apenas por renaturalizar cursos de água mas reabilitar, nas suas margens, as galerias ripícolas, para as quais, em contexto urbano, muitas vezes já não há espaço.

Este segundo avanço para os ecossistemas ribeirinhos decorre da experiência dos últimos anos, centrada em territórios afectados por fogos florestais. Neste caso, o impulso foram os incêndios de Pedrógão, em 2017, que deixaram muitas encostas despidas de vegetação e um terreno propício à degradação dos cursos de água nos vales em vários concelhos. Mas cedo se percebeu, com o desastre de Outubro desse ano, e com o Verão de 2018, que seria necessário alargar o âmbito e o valor do investimento. Que acabou por se estender por 57 municípios, nos quais se realizaram, desde então, milhares de pequenas obras, sempre com recurso a engenharia de base natural.

A Agência Portuguesa do Ambiente concluiu por estes dias o relatório global destas intervenções, que mostra alguns números. Os projectos, executados pelos municípios com apoio técnico da APA, e financiados pelo Fundo Ambiental, abrangeram 591 quilómetros de linhas de água, mas beneficiaram uma extensão maior de ribeiras: 975 quilómetros. Nessas zonas foram feitos trabalhos em mais de 1100 passagens hidráulicas, em dezenas de açudes e pontões, recorrendo sempre a materiais enquadrados com o espaço natural do local, como sejam a madeira, geotêxteis e outros.

Distribuição geográfica das intervenções nas ribeiras

O Fundo Ambiental disponibilizou 12 milhões de euros, dos quais foram investidos 11,4 milhões em 57 municípios de três administrações de Região Hidrográfica (ARH)

ARH do Norte

Município	Valor
Alijó	159.000€
Almeida	125.000€
Arcos de Valdevez	100.000€
Braga	200.000€
Castelo de Paiva	100.000€
Chaves	50.000€
Fafe	100.000€
Fig. de Castelo Rodrigo	125.000€
Macedo de Cavaleiros	50.000€
Monção	159.000€
Murça	50.000€
Pinhel	125.000€
Ribeira de Pena	100.000€
Sabugal	50.000€
Torre de Moncorvo	125.000€
Trancoso	100.000€
Vieira do Minho	100.000€
Vila Nova de Foz Côa	100.000€
Guarda	963.000€

ARH do Centro

Município	Valor
Arganil	400.000€
Cantanhede	100.000€
Carregal do Sal	120.000€
Figueira da Foz	90.000€
Gouveia	350.000€
Leiria	60.000€
Lousã	100.000€
Mangualde	120.000€
Marinha Grande	160.000€
Mira	110.000€
Mortágua	110.000€
Nelas	110.000€
Oliveira de Frades	50.000€
Oliveira do Hospital	450.000€
Penacova	160.000€
Pombal	60.000€
Santa Comba Dão	105.000€
São Pedro do Sul	50.000€
Seia	430.000€
Tábua	110.000€
Tondela	180.000€
Vagos	70.000€
Vila Nova de Poiares	110.000€
Vouzela	200.000€

ARH do Tejo e Oeste

Município	Valor
Abrantes	119.000€
Alcobaça	211.000€
Castelo Branco	460.000€
Covilhã	340.000€
Ferreira do Zêzere	735.000€
Fundão	203.000€
Gavião	91.000€
Mação	752.000€
Nisa	86.000€
Oleiros	1.016.000€
Proença-a-Nova	423.000€
Sardoal	91.000€
Vila de Rei	183.000€
Vila Velha de Ródão	25.000€

Total por região

Fonte: APA PÚBLICO

O programa de reabilitação de ribeiras será aberto a iniciativas em todo o país e não só nos territórios afectados por fogos rurais

João Pedro Matos Fernandes
Ministro do Ambiente

Programa abrange Norte e Centro

Com estes trabalhos, procurou-se garantir o escoamento das linhas de água, minimizar a erosão e o arrastamento de solo e reduzir o efeito das cheias e inundações. Para além disso, nota o ministro, a reconstituição da vegetação nas margens permite maior sombreamento das ribeiras e, com isso, uma melhoria da qualidade da água. "E uma boa galeria ripícola é um excelente corta-fogo", acrescenta o ministro, lembrando que Portugal faz parte de uma coligação internacional de países que defende as soluções de base natural para efeitos de mitigação os impactos das alterações climáticas.

Antes deste investimento, que acabou por ser ligeiramente inferior aos 12 milhões de euros disponibilizados pelo Fundo Ambiental, Portugal tinha, em Mogadouro, no Douro internacional, um laboratório de técnicas de base natural para reabilitação de ecossistemas ribeirinhos. Graças a este programa, espalhados pelo país existem agora outros espaços que são exemplos, visitáveis, de como se pode recuperar este tipo de estruturas naturais, com informação, no local, sobre as técnicas utilizadas e respectivos materiais. São 16, no total, e estão localizados em Braga, Fafe, Macedo de Cavaleiros, Castelo de Paiva, Vagos, Seia, Almeida, Pinhel, Guarda, Marinha Grande, Penela, Sertã, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande e Pampilhosa da Serra.

Para além disso, o ministro do Ambiente destaca que este conjunto de trabalhos acabou por ajudar a desenvolver um saber-fazer na área das soluções de base natural (uma tradução do jargão inglês *Nature Based Solutions*), nos sectores da engenharia florestal e ambiental e da construção civil, que alargou o número de empresas aptas a executar este tipo de trabalho em Portugal. Firmas que, pelo menos nalguns casos, devem beneficiar do programa que vai ser brevemente lançado e que tem a ambição de recuperar o leito e as margens de cinco mil quilómetros de ribeiras.

acoentrao@publico.pt

Painel de Querubim Lapa em escola de Lisboa pode ruir "mais dia, menos dia"

Património
João Pedro Pincha

Na Secundária D. Luísa de Gusmão, os azulejos do ceramista vão-se despedaçando. Câmara diz que intervém este ano

O grande painel de azulejos que o mestre Querubim Lapa desenhou para a fachada da Escola Secundária D. Luísa de Gusmão, em Lisboa, corre o risco de desaparecer se não houver uma rápida intervenção. Apesar de os alertas sobre a obra se repetirem há mais de seis anos, os azulejos têm caído a um ritmo constante e nada foi feito. A Câmara de Lisboa diz agora que, mesmo não sendo da sua responsabilidade, vai intervir.

A situação tem-se agravado de tal modo que a direcção da escola decidiu cortar o acesso àquela zona do exterior, que fica junto à entrada, virada à Rua da Penha de França. "Está vedado por questões de segurança, porque os azulejos continuam a cair", diz Laurinda Pereira, directora do agrupamento de escolas Nuno Gonçalves, a que a D. Luísa de Gusmão pertence desde 2013.

Os alertas sobre a degradação do grande painel, que tem cerca de 400 azulejos em 30 metros de extensão, começaram por essa data. Primeiro caíram três quadradinhos, pouco depois já eram grandes bocados do conjunto que ameaçavam despedaçar-se.

Foi isso que aconteceu, também na mesma altura, na Escola Básica Mestre Querubim Lapa, em Campolide, para onde o ceramista também desenhou um painel de grandes dimensões. Nesse caso, "o painel caiu todo e teve de ser feito de novo", lembra Suzana Barros, viúva do artista (falecido em 2016) e presidente do Centro de Estudos Querubim Lapa. O seu receio é que suceda o mesmo com a obra da D. Luísa de Gusmão. "É uma vergonha. Começámos a mandar cartas ainda o Querubim era vivo."

Laurinda Pereira diz que "a situação está sinalizada e toda relatada à Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, à câmara e à Junta de Freguesia de Arroios", mas que nestes seis anos todos os passos foram infrutíferos. "Tive a oportunidade de falar com o mestre Querubim, falámos algumas vezes e a recuperação acabou por não se realizar", relata a directora do agrupamento.

Em 2014, a pedido do ceramista, um assentador de azulejos deslocou-se à escola para avaliar o estado do painel e concluiu que este podia cair a qualquer momento. Pôs alguma fita-cola a segurar os azulejos, mas nem essa já lá está e notam-se bem as clareiras na parede.

Fruto das conversas entre Querubim, Suzana e Laurinda, um construtor chegou a apresentar um orçamento de 1500 euros para retirada, limpeza e recolocação na fachada dos azulejos destacados, a que se somaria um montante para produção dos azulejos em falta. O silêncio da tutela ditou que a obra não avançasse e que os problemas se agravassem.

Em Janeiro deste ano, uma equipa da Protecção Civil esteve na escola e detectou um problema mais profundo na fachada. "Vai ser preciso que o painel seja todo retirado para ser recolocado. É preciso é que a obra avance, senão, mais dia, menos dia, deixamos de ter painel para recuperar", alerta Laurinda Pereira.

Na semana passada, o PÚBLICO questionou o Ministério da Educação, responsável pelo edifício, mas não obteve respostas. Foi o ministério que, em 2005, através de um concurso de valorização estética de escolas, patrocinou a colocação do painel na D. Luísa de Gusmão.

"Tenho insistido muito nisto. Mandei cartas para as juntas de freguesia, para a câmara, para o ministério. A única resposta que recebi foi da câmara a dizer que a escola ainda não era competência deles", diz Suzana Barros. Numa das missivas para a autarquia, de 2017, refere-se um parecer do Museu Nacional do Azulejo que "confirma a necessidade premente de intervenção, sob pena de ruína iminente e perda total de uma obra tão significativa".

No âmbito da descentralização de competências, a câmara vai em breve assumir a gestão dos edifícios de 32 escolas dos 2.º e 3.º ciclos e do secundário, estando em curso uma avaliação do LNEC para aferir a necessidade de obras em cada uma. A autarquia respondeu ao PÚBLICO que conhece a situação em que se encontra este painel de azulejos e que, "embora não seja da responsabilidade da câmara, vai intervir e recuperar os painéis no corrente ano".

joao.pincha@publico.pt

RUI GAUDÊNCIO

Os alertas sobre a degradação do grande painel começaram em 2013

Inventário está pronto

Criado em 2012 pela Câmara Municipal de Lisboa, o Programa de Investigação e Salvaguarda do Azulejo de Lisboa (PISAL) ainda pouco se mostrou, mas a autarquia garante que "até Setembro" fica visível uma das suas faces. O inventário de azulejaria em espaço público está pronto e vai estar disponível para consulta.

O trabalho de inventariação começou em meados de 2016, momento em que também arrancou o Banco Municipal do Azulejo previsto no PISAL, que conta com mais de 30 mil mosaicos.

O inventário é um acervo de imagens de todos os azulejos existentes no espaço público da cidade e estará acessível na plataforma *online* Lisboa Interactiva.

Campismo de Quarteira vai ser uma urbanização

Algarve
Idálio Revez

Câmara de Loulé reduz a menos de metade os índices de construção naquela área. O proprietário contesta

Não restam dúvidas sobre os objectivos do Invesfundo VII quanto à vontade de desalojar os 41 campistas residentes em Quarteira. "Quando forem levantadas as medidas do estado de emergência, acertaremos novamente [com a Orbitur, gestora do parque de campismo] um prazo para a entrega do terreno." A ordem de despejo, sublinham, tinha sido dada, e aceite, no final do ano passado. O Fundo Especial de Investimento, do grupo Novo Banco, proprietário do terreno, confirma a notícia avançada pelo PÚBLICO, declarando que existe "um projecto urbanístico para o local", bloqueado, temporariamente, por deliberação autárquica.

A Câmara de Loulé, em Fevereiro do ano passado, com base nos estudos sobre alterações climáticas nomeadamente, o aumento do nível médio do mar, decidiu aplicar as "medidas preventivas" previstas no Plano Director Municipal (PDM), em fase de revisão. Deste modo, num prazo que pode chegar aos três anos, fica suspensa a edificação naquela área. A cidade de Quarteira é que ficará sem parque de campismo pelo menos durante o próximo ano.

Os promotores imobiliários salientam que existe "um projecto urbanístico para o local na Câmara de Loulé desde 2011 e que obteve Declaração de Impacte Ambiental favorável em Dezembro de 2018". A questão de fundo prende-se com o que poderá, ou não, ser edificado junto a uma zona húmida, perto da praia do Trafal. A proposta urbanística previa 499 fogos. Naquele espaço, preconiza agora o PDM, os índices de construção caem de 0, 7 para 0,3/0,2. O investidor considera "premente" a realização de um "estudo técnico das características ambientais/bioclimáticas/urbanísticas" para compaginar os interesses privados com as causas públicas. "Este será apresentado depois da crise actual."

irevez@publico.pt

"Há empresas que deixaram de ser viáveis. Crédito não vai ajudar"

Sérgio Rebelo Professor da Kellogg School of Management alerta que Portugal tem pouca capacidade orçamental. Ainda assim, considera que "há algum espaço de manobra desde que o BCE esteja disponível para comprar dívida portuguesa"

Entrevista
Sérgio Aníbal
e Andrea Cunha Freitas

Abandonar a contenção e limitar pouco a actividade, apostando na chamada "imunidade de grupo", não é a melhor opção nem mesmo no plano económico, já que, mesmo podendo trazer aumentos temporários no consumo, os efeitos económicos de longa duração serão negativos. Esta é um das conclusões de um estudo publicado recentemente por Sérgio Rebelo, economista português residente nos Estados Unidos há várias décadas, em conjunto com Martin S. Eichenbaum e Mathias Trabandt. No trabalho, os especialistas analisam, com base nos dados da gripe espanhola de 1918, os equilíbrios entre a protecção de vidas humanas através de medidas de contenção da actividade e o impacto na economia dessas medidas.

Em resposta às perguntas enviadas por *email* pelo PÚBLICO, o professor da Kellogg School of Management defende que "de uma forma geral, os governos estão a fazer aquilo que é preciso para adequar o curso de epidemia à capacidade hospitalar". Do ponto de vista económico, afirma que aquilo que é necessário nesta fase é "tomar medidas que aliviem o sofrimento das famílias mais desprotegidas, que preservem as empresas viáveis e que mantenham os empregos", alertando contudo que "há infelizmente empresas que deixaram de ser viáveis e a essas o crédito não vai ajudar". Para o Estado, deixa um aviso: "Se a situação económica piorar vai ser preciso tomar mais medidas, mesmo que isso signifique um endividamento maior." O que é preciso, diz, é "preservar a capacidade produtiva".

No vosso artigo — "Pandemics Depress the Economy, Public Health Interventions Do Not: Evidence from the 1918 F lu" — falam, por um lado, na influência desta perturbação na economia com um possível aumento de mortes por suicídio e, por outro, numa redução de mortes nos acidentes de viação e poluição por causa do seu abrandamento. Porquê fazer este tipo de contas?
O modelo que construímos tem em conta os custos da recessão causada pela epidemia em si e pelas medidas de contenção adoptadas para reduzir o número de fatalidades. Mas um modelo é sempre uma simplificação da realidade em que tentamos incluir apenas aquilo que é crucial. No nosso caso, o modelo não leva em consideração aspectos como acidentes de viação e fluxos de poluição.

Onde é que se encontra, no presente caso, o ponto ideal entre a aplicação de medidas de contenção e a manutenção de alguma actividade económica?
É exactamente esse ponto ideal que o modelo permite determinar. É claro que é mais fácil fazer isto no computador do que na realidade. O modelo é apenas um instrumento para nos ajudar a pensar sobre escolhas que são muito difíceis de fazer.

Há muitas informações e variáveis que não conhecemos. Por exemplo, porque escolheu a (optimista) taxa de mortalidade de 0,5%, quando a OMS fala numa previsão de 2%?
A taxa de mortalidade é o número de pessoas que faleceram devido à covid-19 dividido pelo número de pessoas infectadas. Temos uma ideia razoável do numerador deste rácio, mas uma ideia muito imprecisa do denominador. Há muitas pessoas infectadas sem sintomas que não são incluídas no denominador. Isso resulta em estimativas da taxa de mortalidade que são artificialmente elevadas. Por esta razão, utilizámos os dados por escalão etário da Coreia do Sul, um país que usou um número muito grande de testes para aferir o número de infectados. Usámos depois a distribuição por idades nos Estados Unidos para adaptar a taxa de mortalidade à realidade americana. Excluímos pessoas com mais de 70 anos porque este grupo etário tem taxas muito baixas de participação no mercado de trabalho.

A análise que faz diz respeito aos EUA. Há motivos para pensar que pode ser diferente noutros países, noutras economias? No caso português, por exemplo?
As variáveis cruciais são a estrutura etária da população e a capacidade hospitalar. As razões pelas quais assistimos a situações dramáticas na Itália são que cerca de 30% da população tem mais de 60 anos e a capacidade hospitalar é bastante limitada.

As medidas de contenção actualmente em vigor na Europa e nos EUA são as adequadas? Os governos têm estado, a este nível, a reagir bem?
De uma forma geral, os governos estão a fazer aquilo que é preciso para adequar o curso de epidemia à capacidade hospitalar, reduzindo a taxa de mortalidade e ganhando algum tempo para ver se se descobre um tratamento eficaz ou uma vacina.

Quanto tempo é que, acredita, poderá durar este problema de termos a economia total ou parcialmente fechada?
Estamos nas mãos dos cientistas que desenvolvem terapias e vacinas. Se se encontrar um tratamento eficaz ou uma vacina a curto prazo, a economia vai recuperar rapidamente. Mas temos de nos preparar para a possibilidade de isso não acontecer e de a epidemia só parar por atingirmos *herd immunity* [imunidade de grupo], ou seja quando houver um número grande de pessoas que teve a infecção e adquiriu imunidade ao vírus. Na ausência de vacinas ou tratamentos só isso pode evitar um segundo surto de infecções. Se a solução for *herd immunity*, temos

de implementar políticas de contenção por um período de tempo muito mais alargado que um trimestre.

Que tipo de medidas devem ser tomadas?
É preciso tomar medidas que aliviem o sofrimento das famílias mais desprotegidas, que preservem as empresas viáveis e que mantenham os empregos para que a economia possa recuperar rapidamente quando a epidemia passar. Na Alemanha, o programa *Kurzarbeit* ("trabalho curto") permite às empresas reduzirem as horas de trabalho dos seus trabalhadores. O Estado dá uma compensação parcial aos trabalhadores que sofreram redução nas horas de trabalho e rendimento. Ao incentivar as empresas a não despedirem os seus trabalhadores o programa permitiu à Alemanha recuperar rapidamente em 2010 e 2011. Este programa foi revisto e adaptado para a situação actual.

Portugal ainda tem muitas feridas abertas na economia pelos tempos da crise de 2008 e da *troika*. Tem também níveis de

PAULO PIMENTA

dívida, pública e privada, muito elevados. Qual é que acha que será o impacto da epidemia na economia portuguesa?
Portugal tem pouca capacidade orçamental, por isso é preciso ser cuidadoso. Mas há algum espaço de manobra desde que o Banco Central Europeu (BCE) esteja disponível para comprar dívida portuguesa. A prudência na gestão da dívida durante expansões é importante para termos espaço de manobra nas recessões.

O Governo já anunciou uma série de medidas de apoio às famílias, desempregados, recibos verdes, empresários, etc. Desde moratórias para empréstimos a isenções de pagamentos de rendas, emissão de dívida e regras para *layoff* simplificados, entre outras acções. É isto que é preciso? Devia-se ir mais longe ou, pelo contrário, ter mais prudência no que diz respeito ao aumento do nível de endividamento?
É um balanço delicado entre aliviar o presente e sobrecarregar o país com dívidas a pagar no futuro. Portugal, tal como outros países, está a navegar à vista. Se a situação económica piorar vai ser preciso tomar mais medidas mesmo que isso signifique um endividamento maior, porque é preciso preservar a capacidade produtiva do país.

Uma parte importante das medidas consiste na concessão de crédito às empresas ou o adiamento de despesas para os particulares. Não se estará apenas a adiar uma factura?
O acesso ao crédito é muito importante porque ajuda a evitar que empresas viáveis vão à falência. Há, infelizmente, empresas que deixaram de ser viáveis e a essas o crédito não vai ajudar.

Estamos nas mãos dos cientistas que desenvolvem terapias e vacinas. Se se encontrar um tratamento eficaz ou uma vacina a curto prazo, a economia vai recuperar rapidamente. Mas temos de nos preparar para a possibilidade de isso não acontecer

É um balanço delicado entre aliviar o presente e sobrecarregar o país com dívidas a pagar no futuro. Portugal, tal como outros países, está a navegar à vista

A mutualização permite partilhar o risco de um choque comum de forma a que a retoma seja mais robusta

Quanto tempo vai ser preciso para nos recompormos disto tudo? Este tipo de crises deixa cicatrizes na economia no longo prazo?
Tudo depende da duração da crise. Se amanhã for descoberto um tratamento eficaz as cicatrizes vão ser pequenas. Muitos países vão acabar mais endividados e com economias mais fracas porque perderam empresas e empregos durante a epidemia. Há também mudanças de comportamento que provavelmente vêm para ficar: mais comércio electrónico e telemedicina, mais reuniões por videoconferência e ensino *online*, mais automação e menos *outsourcing* [subcontratação].

Na Europa, o debate económico tem estado centrado nos chamados "*coronabonds*". Acha que avançar para a mutualização de dívida é essencial para evitar o risco de uma nova fragmentação na zona euro?
Como sempre esta é uma questão política. Mas a mutualização permite partilhar o risco de um choque comum de forma a que a retoma seja mais robusta e que a circulação de pessoas na Europa possa recuperar mais rapidamente. Essa circulação é muito importante para Portugal dada a importância do turismo na nossa economia.

Um dos cenários em que se estará a trabalhar agora passa por "ir libertando" os sobreviventes da covid-19, ou seja, as pessoas que foram infectadas e recuperaram. A Alemanha avançou recentemente com essa ideia consistindo numa espécie de "certificado de imunidade" que permitia o regresso à vida "normal". Acha que essa é uma possível e boa solução? O regresso destas pessoas pode ter um efeito de alívio na economia?
Acho que se tem de evoluir rapidamente para estas soluções de *smart containment*, em que as pessoas imunes podem trabalhar e circular livremente. Para implementar esta solução é preciso ter a capacidade de fazer testes de imunidade em grande escala.

sergio.anibal@publico.pt
acfreitas@publico.pt

A Casa Branca tornou-se pequena para o Presidente e um cientista

Donald Trump partilhou uma mensagem no Twitter em que se apela ao despedimento do imunologista Anthony Fauci, a principal figura da equipa de combate ao novo coronavírus nos EUA

Estados Unidos
Alexandre Martins

Nos últimos dois meses, à medida que o novo coronavírus ia engolindo algumas das regiões mais importantes para a economia dos Estados Unidos, da Califórnia a Nova Iorque, o debate sobre o equilíbrio entre salvar vidas e salvar postos de trabalho foi ganhando forma à volta de duas figuras que partilham o palco nas conferências de imprensa diárias sobre a pandemia, o Presidente Donald Trump e o imunologista Anthony Fauci.

Mas foi só esta semana que surgiram os primeiros sinais claros de que a Casa Branca começou a ficar pequena demais para os dois: Trump partilhou no Twitter uma mensagem em que se apela ao despedimento de Fauci e deixou o país em *suspense* sobre o que vai acontecer nos próximos dias.

"Fauci anda a dizer que, se Trump tivesse ouvido os especialistas mais cedo, poderia ter salvado mais vidas", escreveu no Twitter DeAnna Lorraine, uma antiga instrutora de relacionamentos amorosos transformada em figura da direita ultraconservadora norte-americana.

"Mas, a 29 de Fevereiro, dizia que não havia razões para nos preocuparmos e que [o novo coronavírus] não era uma ameaça", acrescentou Lorraine, fechando a mensagem com um apelo ao despedimento do imunologista: "*#FireFauci*."

Menos de uma hora depois, Trump pegava nas palavras da sua apoiante para responder às críticas e lançar um aviso indirecto a Fauci, que trabalha às ordens do Presidente norte-americano.

"Se o Partido da Oposição das Notícias Falsas está a impingir, com todas as suas forças, o facto de que o Presidente Trump 'ignorou avisos iniciais sobre a ameaça', então porque é que os *media* e o Partido Democrata me criticaram tanto quando eu decretei uma proibição de viagens da China? Eles disseram que era 'extemporânea e desnecessária'. *Media* corruptos!", disse Trump.

Anthony Fauci, de 79 anos, é o director do Instituto Nacional de Alergias e Doenças Infecto-Contagiosas dos Estados Unidos desde 1984. Distinguiu-se nos estudos sobre o sistema imunitário, no combate ao VIH e no desenvolvimento de tratamentos para doenças reumatológicas raras como a poliarterite nodosa.

E é também, para muitos apoiantes de Trump, o responsável pela perda de milhões de postos de trabalho nas últimas semanas, por ser a face mais conhecida dos apelos da comunidade científica à imposição de medidas radicais, como o encerramento de empresas e o distanciamento social.

Um dos pontos de tensão entre os dois é o desacordo sobre uma data para o regresso à normalidade – Trump aponta agora para 1 de Maio, depois de o seu desejo de "reabrir o país" até à Páscoa ter falhado; e o imunologista diz que não consegue comprometer-se com uma data.

KEVIN DIETSCH/EPA

Muitos apoiantes de Trump culpam Anthony Fauci (à esquerda) pela perda de milhões de postos de trabalho

Reabertura do país

No sábado, numa entrevista à CNN, o imunologista reforçou os seus avisos contra uma reabertura total e rápida da economia.

"Não vamos carregar num botão e dizer OK, chegámos a Junho, ou Julho, ou seja quando for, e as coisas voltam a funcionar", disse o imunologista.

"Vai depender das regiões do país. Como é óbvio, em Nova Iorque, que está a passar por uma situação terrível, vai ser diferente do Arkansas e de outros estados na Costa Oeste, como Washington, que têm sido muito bem-sucedidos a prevenir um enorme aumento de casos."

Mas foi outra observação que terá motivado Trump a partilhar no Twitter a mensagem de apelo ao despedimento de Fauci.

"Se este processo tivesse começado mais cedo, poderíamos ter salvado vidas. Ninguém vai negar isso", disse Fauci. "Mas essas decisões são complicadas. É claro que, se tivéssemos encerrado tudo desde o início, as coisas talvez fossem um pouco diferentes. Mas nessa altura houve muita pressão contra os encerramentos."

No dia 31 de Janeiro, Trump anunciou a proibição da entrada de passageiros estrangeiros com origem em voos directos da China. Apesar de especialistas como Fauci terem levantado dúvidas sobre a proibição de viagens durante o mês de Janeiro, no final desse mês já era consensual que as medidas teriam de ser reforçadas.

No sábado, o *New York Times* noticiou que um conselheiro do Departamento de Veteranos, Carter Mercher, pediu medidas radicais a 28 de Janeiro – uma semana depois do primeiro caso do novo coronavírus no país e seis semanas antes de Trump começar a recomendar o distanciamento social, a 16 de Março.

alexandre.martins@publico.pt

ípsilon
F
Budapeste
A cidade *cool*
que sabe
Portugal, Património Mundial
As mil e uma histórias
de Évora
Público
P

Público
P
Pense bem,
pense Público

O cinema africano perdeu um dos seus olhares pioneiros

Sarah Maldoror (1929-2020) Sob o impulso da Negritude reivindicada por Aimé Césaire, foi testemunha activa, enquanto cineasta, das lutas de libertação em Angola e na Guiné-Bissau. Morreu em Paris, de covid-19

Obituário
Lucinda Canelas e Jorge Mourinha

Era de uma tenacidade incrível na defesa daquilo em que acreditava, sobretudo quando se tratava de dar mais visibilidade à mulher nas lutas anticoloniais e de levar mais longe a arte e a literatura africanas. Sarah Maldoror, encenadora e cineasta activista, militante, autora de títulos centrais do cinema anti e pós-colonial, morreu ontem, aos 91 anos, de covid-19. Sofria de problemas cardíacos e tinha sido internada a 29 de Março num hospital de Paris.

Nascida em França em 1929, filha de pai guadalupenho e mãe francesa, Sarah Ducados adoptou o nome artístico Sarah Maldoror em homenagem aos *Cantos de Maldoror* do poeta Lautréamont, e acompanhou activamente os movimentos de libertação das colónias africanas durante as décadas de 1960 e 1970. O seu cinema, que há um ano foi alvo de uma retrospectiva no Museu Rainha Sofia, em Madrid, tem circulado por todo o mundo devido ao crescente interesse suscitado pela produção cinematográfica africana dos períodos colonial e pós-colonial.

Anouchhka Pinto de Andrade, uma das suas duas filhas, também directora do Festival de Amiens e responsável pela gestão da obra de Sarah Maldoror, recorda ao PÚBLICO o "ponto zero" dessa redescoberta: a homenagem da documenta 14, em 2017, ano em que o instituto cinematográfico Arsenal (responsável pelo Fórum do Festival de Berlim) completou o restauro do seu filme *Monangambé*.

No ano passado, a cineasta, já frágil, viajou até Madrid para assistir à retrospectiva, organizada com a colaboração de Anouchhka – que recorda o "momento emocionante" em que mãe, filhas e neta assistiram pela primeira vez juntas à projecção de um filme de Sarah Maldoror. "Mostrou-se muito feliz por ver o seu trabalho num museu", testemunha a filha, lembrando que a dimensão activista da sua obra fazia muitas vezes esquecer a busca estilística e visual de uma realizadora que dizia querer filmar as lutas da libertação como Akira Kurosawa filmou *Os Sete Samurais*.

"A Sarah Maldoror mostrou, como muito poucos, o papel que o cinema podia ter no combate pela libertação", diz ao PÚBLICO Diana Andringa, jornalista que esteve pessoalmente envolvida na luta anticolonial, sublinhando o papel da realizadora na denúncia do que se passava nos territórios africanos então sob domínio português ou francês. "Graças aos seus contactos no meio intelectual e aos do seu companheiro [Mário Pinto de Andrade, fundador do MPLA e seu primeiro presidente], ela torna visíveis, a nível internacional e de forma extrema, os esforços de resistência dos povos lusófonos em África", acrescenta esta documentarista que tem vindo a estudar o período colonial.

É impossível, aliás, fazer uma história do cinema militante sem falar de Sarah Maldoror, acrescenta Maria do Carmo Piçarra, investigadora do Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa. "É uma cineasta extraordinária que impõe uma marca, que faz um cinema militante muito particular", garante a autora de *Angola, o Nascimento de uma Nação*. "A Sarah Maldoror não concebe um cinema que não seja político, mas também não o vê como um instrumento panfletário, e isso torna-a muito diferente da maioria dos que reagem ao cinema colonial antes e depois da libertação."

Este olhar singular vem, pelo menos em parte, da sua relação com as artes e a literatura, defende Afonso Dias Ramos, que dedica uma parcela dos seus estudos no Instituto de História de Arte da Universidade Nova ao cinema colonial e anticolonial. "A sua ligação ao teatro e à literatura, ao texto, influenciou muito a forma como fez cinema, como falou de movimentos que atravessavam países, que cruzavam fronteiras, a partir de histórias pessoais – a partir de personagens", diz este investigador que gosta de a descrever como uma "cineasta verdadeiramente radical". "Ela está no topo da cadeia alimentar quando se fala de cinema anticolonial. Está na linha da frente, lado a lado com cineastas como Gillo Pontecorvo."

Dar voz

Co-fundadora, em 1956, da companhia de teatro francesa Les Griots (a primeira inteiramente composta por actores negros ou afro-caribenhos), Sarah Maldoror encenou obras de Jean-Paul Sartre ou Aimé Césaire, poeta de quem ficou próxima. Nascido na Martinica, Césaire fora um dos impulsionadores da Negritude, movimento que sublinhava a identidade africana e que marcou indelevelmente a obra da cineasta, que lhe dedicou vários filmes.

Estudaria depois cinema em Moscovo, na prestigiada escola VGIK, sob a tutela de Mark Donskoi. Foi aí que se cruzou com um outro importante nome do cinema africano, o senegalês Ousmane Sembène.

Completados os estudos, foi assistente de Gillo Pontecorvo durante as rodagens de *A Batalha de Argel* (1965), documento seminal do anticolonialismo. Colaborou com o fotógrafo americano William Klein, outro nome importante do cinema activista dos anos 1960/1970, no documentário *Festival Panafricain d'Alger* (1969), e assinou em 1969 o seu primeiro filme, a curta-metragem *Monangambé*, rodada na Argélia e adaptada do conto *O Fato Completo de Lucas Matesso*, do escritor angolano Luandino Vieira.

A ligação de Maldoror ao universo ficcional de Luandino Vieira é outra

À esquerda, Sarah Maldoror fotografada em Paris, em 1970. Em baixo, uma imagem de *Monangambé*, o seu primeiro filme, e uma fotografia da rodagem de *Des Fusils pour Banta*, filme perdido

CORTESIA FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES/ARQUIVO MÁRIO PINTO DE ANDRADE

DR

CORTESIA FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES/ARQUIVO MÁRIO PINTO DE ANDRADE

Sarah Maldoror não concebe um cinema que não seja político, mas também não o vê como um instrumento panfletário, e isso torna-a muito diferente da maioria

Maria do Carmo Piçarra
Investigadora

das suas singularidades, sublinha Maria do Carmo Piçarra, uma singularidade que a tornou impopular: "Numa altura em que o cinema anti e pós-colonial militante fazia essencialmente documentário, Sarah Maldoror voltava-se para uma ficção ancorada na literatura."

Maldoror opta por falar do que é de todos (a luta contra o ocupante, o colonizador) a partir de percursos pessoais, normalmente de mulheres. "O que esperavam dela os movimentos de libertação, tão patriarcais quanto as estruturas que garantiram a manutenção da ordem colonial, era que fizesse um cinema panfletário, mas ela entende que esse cinema é tão enviesado como a produção colonial, e opta por um olhar poético que se aproxima das pessoas, por um cinema que dá voz aos indivíduos."

É justamente por darem voz aos indivíduos, opção que confere ao cinema de Sarah Maldoror uma sofisticação invulgar na produção africana desse período, que os seus filmes constituem, em si mesmos, uma crítica ao cinema anticolonial, explica Afonso Dias Ramos: "A sua visão autoral, subjectiva, que explora de forma teatral as relações, é contrária à filosofia dos movimentos de libertação, que defendem que o individual deve subjugar-se ao colectivo."

Monangambé integraria, em 1971, a Quinzena dos Realizadores do Festival de Cannes e a primeira edição do Fórum do Festival de Berlim, ao qual Sarah Maldoror regressaria dois anos depois com a sua segunda longa-metragem, *Sambizanga*, de novo adaptando Luandino Vieira (neste caso, *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*).

"Só vi esse filme uma vez, mas nunca esquecerei as suas imagens tão ousadas e tão bem iluminadas quanto as pinturas de Caravaggio", afirmou o escritor e realizador Mark Cousins quando em 2012 publicou, no diário britânico *The Guardian*, uma lista dos dez melhores títulos de sempre do cinema africano em que incluía *Sambizanga*. Foi nesse filme, dizia, que Sarah Maldoror "pegou no cinema africano pelos colarinhos e o obrigou a envolver-se com o feminismo, a perda e a estética".

Entre psicologia e política

A primeira longa-metragem de Sarah Maldoror, *Des fusils pour Banta*, uma encomenda do governo argelino sobre uma guerrilheira do PAIGC , rodada na Guiné-Bissau, acabaria por ficar inédita. Os materiais foram confiscados e a realizadora expulsa do país, julgando-se o filme perdido para sempre.

Maria do Carmo Piçarra defende que tal como esse outros filmes sobre o PAIGC desapareceram ou ficaram arredados devido à desintegração do partido. Entre eles, estão *Un Carnaval dans le Sahel*, *Un Carnaval en Guinée-Bissau* e *Fogo, L'île de Feu*. "O da ilha do Fogo centra-se num dos primeiros feriados do 1.º de Maio vividos em independência e mostra-nos como ela era uma mulher especialíssima que acreditava no poder transformador de um cinema com voz, com rosto", diz a investigadora.

Sarah Maldoror recusava-se a apagar as pessoas que filmava, a transformá-las em arquétipos, em bonecos, tal como se recusava a anular a sua própria voz. "O seu radicalismo está aí, no facto de ela ser uma mulher negra a filmar em África nas décadas de 60 e 70, oferecendo uma perspectiva feminina das lutas de libertação", continua Piçarra – perspectiva que mostra que nelas "as mulheres foram muito mais importantes do que muitos homens gostam de admitir", diz Afonso Dias Ramos. Ela está habituada a trabalhar "o drama psicológico", argumenta, algo que, naquele contexto, só está ao alcance de quem tem um entendimento muito profundo da realidade política.

Reivindicando embora a dimensão política do seu cinema, Sarah Maldoror recusava-se a ser entendida como uma cineasta marginal. A sua inscrição identitária, porém, nunca deixou de ser problemática, como recordava em 2016: "Os meus antepassados eram escravos. No meu caso, isso torna as coisas mais difíceis. Os antilhenses acusam-me de não viver nas Antilhas, os africanos dizem que não nasci no continente africano e os franceses criticam-me por não ser como eles."

Depois de *Sambizanga*, apenas rodaria mais uma longa-metragem, *Le Passager du Tassili* (1985). Dedicou o seu último filme, de 2009, à pintora colombiana Ana Mercedes Hoyos. Outra mulher. "Era uma mulher que gostava de mulheres e isso vê-se nos seus filmes", nota Maria do Carmo Piçarra. É sobre elas que lança "um olhar de amor" que só é possível a quem compreende que também nos pequenos gestos do dia-a-dia há muita capacidade de resistência.

Anouchhka de Andrade gosta de recordar uma bela frase da mãe que poderia servir como resumo da sua carreira: "Ao filmar, procuro abandonar a vida quotidiana e introduzir o sonho. Parto da luz de um quadro, por exemplo de Rembrandt, porque se temos medo não podemos ter uma luz brilhante. Quero que haja verdade, mas com uma pequena esperança. A realidade é demasiado triste..."

lucinda.canelas@publico.pt

Dr. PEDRO MANUEL MONTEIRO SALAZAR LEITE

Faleceu

Sua família, filhos e netos cumprem o doloroso dever de participar o seu falecimento e informam que, quando as circunstâncias o permitirem, será realizada uma missa e cerimónia em que os amigos possam estar presentes.

P.N. A.M.

Agência Funerária Magno - Cascais
Servilusa - Número Verde Grátis 800 204 222
Serviço Funerário Permanente 24 Horas

Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, especificamente constituída para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.
Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.
Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa - Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril
Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org
Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra
Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal - Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL
Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org
Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim - Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Núcleo de Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro - Complexo Social da Quinta da Moita - Oliveirinha, 3810 Aveiro
Tel. 23 494 04 80 - E-mail: geral.aveiro@alzheimeportugal.org

FARMÁCIAS

Lisboa
Serviço Permanente
Castro Suc. (Cortes - Rato) - Rua de S. Bento, 199 - A - Tel. 213960573 **Leonel Pinheiro** (Entre C.G.D. e Casa) - Rua D. Filipa de Vilhena, 9 - C - Tel. 217970324 **Vitex** (S. Domingo de Benfica) - Estrada de Benfica, 373 - B - Tel. 217782113 **Vila Rio** (Expo - Zona Sul) - Alameda dos Oceanos, Lt. 3.13.01 Loja C - Tel. 213543938

Outras Localidades
Serviço Permanente
Abrantes - Mota Ferraz **Alandroal** - Santiago Maior , Alandroalense **Albufeira** - Santos Pinto **Alcácer do Sal** - Misericórdia **Alcanena** - Ramalho **Alcobaça** - Epifânio **Alcochete** - Cavaquinha , Póvoas (Samouco) **Alenquer** - Catarino **Aljustrel** - Dias **Almada** - Pepo (Vila Nova da Caparica) **Almeirim** - Central **Almodôvar** - Aurea **Alpiarça** - Leitão **Alter do Chão** - Alter , Portugal (Chança) **Alvaiázere** - Ferreira da Gama , Castro Machado (Alvorge), Pacheco Pereira (Cabaços), Anubis (Maçãs D. Maria) **Alvito** - Nobre Sobrinho **Amadora** - Confiança da Damaia (Damaia) , Carenque (Mina) **Ansião** - Medeiros (Avelar) , Rego (Chão de Couce), Pires (Santiago da Guarda) **Arraiolos** - Vieira **Arronches** - Batista , Esperança (Esperança/Arronches) **Arruda dos Vinhos** - Da Misericórdia **Avis** - Nova de Aviz **Azambuja** - Miranda , Peralta (Alcoentre), Ferreira Camilo (Manique do Intendente) **Barrancos** - Barranquense **Batalha** - Moreira Padrão , Silva Fernandes (Golpilheira) **Beja** - Santos **Belmonte** - Costa , Central (Caria) **Benavente** - Miguens **Bombarral** - Miguel **Borba** - Central **Cadaval** - Misericórdia **Caldas da Rainha** - Rosa **Campo Maior** - Central **Cartaxo** - Pereira Suc. **Cascais** - Das Fontainhas , da Madorna (Madorna), do Junqueiro (Parede) **Castelo Branco** - Morgado Duarte **Castelo de Vide** - Roque **Castro Verde** - Alentejana **Chamusca** - Bonfim , S. Pedro **Constância** - Vila Farma Constância , Carrasqueira (Montalvo) **Coruche** - Misericórdia **Covilhã** - da Alameda **Cuba** - Da Misericórdia **Elvas** - Calado **Entroncamento** - Terra **Estremoz** - Grijó **Évora** - Avó **Faro** - Almeida , Da Penha **Ferreira do Alentejo** - Salgado **Ferreira do Zêzere** - Graciosa , Soeiro, Moderna (Frazoeira/Ferreira do Zezere) **Figueiró dos Vinhos** - Campos (Aguda) , Correia Suc. **Fronteira** - Costa Coelho **Fundão** - Vitória **Gavião** - Mendes (Belver) , Pimentel **Golegã** - Lusitano **Grândola** - Pablo **Idanha-a-Nova** - Andrade (Idanha A Nova) **Loulé** - Almancil (Almancil) , Martins, Algarve (Quarteira) **Loures** - Faria (Santo António dos Cavaleiros) , Flor de Lis (Unhos) **Lourinhã** - Correia Mendes (Moita dos Ferreiros) , Leal (Rio Tinto) **Mação** - Saldanha **Mafra** - Medeiros (Fânzeres) , Falcão (Vila Franca do Rosário) **Marinha Grande** - Roldão **Marvão** - Roque Pinto **Mértola** - Nova de Mértola **Monchique** - Moderna **Monforte** - Jardim **Montemor-o-Novo** - Freitas (Lavre/Montemor-O-Novo) **Montijo** - Giraldes **Mora** - Canelas Pais (Cabeção) , Falcão, Central (Pavia) **Moura** - Nova de Moura **Mourão** - Central **Nazaré** - Sousa , Maria Orlanda (Sitio da Nazaré) **Nisa** - São Damião **Óbidos** - Vital (Amoreira/Óbidos) , Senhora da Ajuda (Gaeiras), Oliveira **Odivelas** - Sena Belo , Aniceto Ferronha (Urb. Bons Dias - Odivelas) **Oeiras** - Costa Pinto (Queijas) **Oleiros** - Martins Gonçalves (Estreito - Oleiros) , Garcia Guerra, Xavier Gomes (Orvalho-Oleiros) **Olhão** - Progresso **Ourique** - Nova (Garvão) , Ouriquense **Pedrógão Grande** - Baeta Rebelo **Penamacor** - Nova **Peniche** - Central **Pombal** - Torres e Correia Lda. **Ponte de Sor** - Sousa **Portalegre** - Esteves Abreu Lda **Portel** - Misericordia **Portimão** - Carvalho **Porto de Mós** - Lopes **Proença-a-Nova** - Roda , Daniel de Matos (Sobreira Formosa) **Redondo** - Holon Redondo **Reguengos de Monsaraz** - Moderna **Rio Maior** - Ferraria Paulino **Salvaterra de Magos** - Costa (Foros de Salvaterra/Salvaterra de Magos) **Santarém** - Pereira **Santiago do Cacém** - Corte Real **Sardoal** - Passarinho **Serpa** - Central **Sertã** - Lima da Silva , Farinha (Cernache do Bonjardim) **Sesimbra** - Lopes **Setúbal** - Brasil , Viso **Silves** - Dias Neves , Ass. Soc. Mutuos João de Deus **Sines** - Monteiro Telhada (Porto Covo) , Central **Sintra** - Belas (Belas) , Central (Cacém), Silveira Mem Martins (Mem Martins) **Sobral Monte Agraço** - Moderna **Sousel** - Mendes Dordio (Cano) , Andrade **Tavira** - Central **Tomar** - Torres Pinheiro **Torres Novas** - Pereira Martins (Pedrogão) **Torres Vedras** - Torres Vedras **Vendas Novas** - Nova **Viana do Alentejo** - Viana **Vidigueira** - Costa **Vila de Rei** - Silva Domingos **Vila Franca de Xira** - Mercado (Alverca) , Moderna **Vila Nova da Barquinha** - Tente (Atalaia) , Carvalho (Praia do Ribatejo), Barquinha **Vila Real de Santo António** - Carrilho **Vila Velha de Rodão** - Pinto **Vila Viçosa** - Torrinha **Alvito** - Baronia **Ansião** - Moniz Nogueira **Ourém** - Avenida **Redondo** - Alentejo

FICAR

CINEMA

Cafarnaum
TVCine Edition, 16h15
Em tribunal, decidido a processar os próprios pais, Zain de 12 anos, pergunta porque é que eles o trouxeram ao mundo se não tinham condições, emocionais ou económicas, para cuidar dele. Em retrospectiva, num cenário de devastação e pobreza algures no Líbano, é revelada a sua história e as razões que o trouxeram ali. Em competição pela Palma de Ouro no Festival de Cinema de Cannes (onde mereceu uma ovação de pé e o Prémio do Júri) e nomeado para o Óscar de Melhor Filme Estrangeiro, um filme dramático com assinatura da realizadora libanesa Nadine Labaki.

Fúria
AXN, 19h59
Abril de 1945. Tudo aponta para a vitória dos Aliados, que culminará no tão ansiado fim da Segunda Grande Guerra. Atrás das linhas do inimigo, em pleno território alemão, o sargento Don “Wardaddy” Collier tem a seu cargo um pequeno grupo de homens valentes e um único tanque de guerra. O grande objectivo é matar o maior número de inimigos e sair vivo daquele inferno. E o único consolo é o espírito de camaradagem e a esperança do fim iminente. Um filme de guerra sobre o valor da amizade, escrito e realizado por David Ayer. O elenco conta com Brad Pitt, Shia LaBeouf, Logan Lerman, Jon Bernthal, Michael Peña, Jason Isaacs e Scott Eastwood.

Três Cartazes à beira da Estrada
Fox Movies, 22h49
Foi um dos filmes-sensação de 2017. Venceu dois Óscares dos sete para que foi nomeado: Melhor Actriz Principal para Frances McDormand e Melhor Actor Secundário para Sam Rockwell. E, nos meses seguintes, desencadeou acções de protesto semelhantes à retratada nesta história. McDormand é Mildred Hayes, mãe de uma adolescente brutalmente assassinada. Revoltada e inconformada com a falta de empenho da polícia na resolução do caso, resolve erguer três cartazes que desafiam e apontam directamente o dedo às autoridades. É o início de uma batalha que vai envolver toda a cidade. Também com Woody Harrelson, John Hawkes e Peter Dinklage no elenco, o filme foi escrito e realizado por Martin McDonagh.

Televisão

lazer@publico.pt

Os mais vistos da TV
Domingo, 12

		% Aud.	Share
Jornal da Noite	SIC	17,7	28,1
Primeiro Jornal	SIC	15,2	29,1
Grande Cinema	SIC	14,7	26,3
Cinema Encantado	SIC	14,2	23,7
Jornal das 8	TVI	12,4	19,6

FONTE: CAEM

RTP 1
6.30 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **13.00** Jornal da Tarde **14.30** Cuidado com a Língua! **14.52** Solteira e Boa Rapariga **15.18** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo **18.56** O Preço Certo **19.54** Direito de Antena **19.59** Telejornal **21.00** Especial Estado de Emergência **21.43** Joker **22.36** Fabrico Internacional **22.58** David Attenborough e a Grande Barreira de Coral **23.55** Idiotas, Ponto **0.25** Quarto para Dois **2.06** Europa Minha **2.22** Faz Faísca **2.58** O Sábio **3.42** Televendas **5.59** Manchetes 3

RTP 2
6.32 Repórter África - 2.ª Edição **7.00** Espaço Zig Zag **12.09** Vamos à Descoberta **12.35** A Mentira da Verdade **13.04** Os Daltons **13.19** A Ilha dos Desafios **13.41** Chovem Almôndegas **13.52** Folha de Sala **14.00** Sociedade Civil **15.03** A Fé dos Homens **15.35** Visita Guiada - Sé de Braga **16.05** O Outro Lado do Paraíso **16.59** Espaço Zig Zag **20.28** Merlí **21.30** Jornal 2 **22.04** Folha de Sala **22.11** Acredita, Faith **23.04** Nada Será como Dante **23.32** Com os Nervos em Franja **0.21** MãePaiFilho **1.19** Sociedade Civil **2.21** E2 - Escola Superior de Comunicação Social **2.48** Euronews **5.49** Os Nossos Dias

SIC
6.00 Edição da Manhã **9.10** Alô Portugal **10.10** O Programa da Cristina **13.00** Primeiro Jornal **14.55** Amor Maior **16.15** Júlia **18.15** Amor à Vida **19.15** Amigos Improváveis Famosos **19.57** Jornal da Noite **21.50** Nazaré **22.30** Terra Brava **23.25** Amor de Mãe **0.20** Passadeira Vermelha **1.55** Amigos Improváveis Famosos **2.45** Alô Portugal **3.35** Televendas **5.35** Malucos do Riso

TVI
6.00 Batanetes **7.00** Notícias **8.00** Diário da Manhã **10.12** Você na TV! **13.00** Jornal da Uma **14.52** Destinos Cruzados **16.15** A Tarde É Sua **18.00** Morangos com Açúcar **19.12** Ver p´ra Crer **19.57** Jornal das 8 **21.52** Quer o Destino **22.44** Na Corda Bamba **23.35** Casos da Vida: Noivas de Maio **1.30** 1000 à Hora **2.34** Chicago Fire **3.20** Mar de Paixão **4.07** Saber Amar

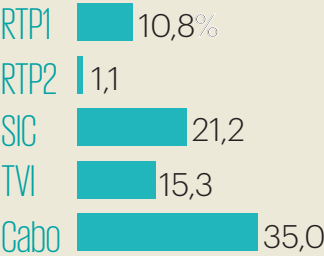
TVCINE TOP
10.25 Extremamente Perverso, Escandalosamente Cruel e Vil **12.20** Bumblebee **14.20** Correio de Droga **16.20** Uma Família no Ringue **18.10** Pokémon Detetive Pikachu (VO) **20.00** Grinch (VO) **21.30** Programa da Noite **23.15** Bucha & Estica **0.55** Silvio e os Outros **3.30** Cinetendinha **3.40** Yardie

FOX MOVIES
10.40 O Réptil **12.40** Ladrão Que Rouba a Ladrão **14.13** Shane **16.08** Duelo de Fogo **18.08** Hondo **19.31** O Apache Branco **21.15** Esporas de Aço **22.49** Três Cartazes à Beira da Estrada **0.40** Alien 3 - A Desforra **2.26** A Forma da Água **4.22** Alien - O Oitavo Passageiro

CANAL HOLLYWOOD
10.40 Imperador **12.25** Sem Rumo e sem Remos 2: A Natureza Chama **14.00** Voo da Fénix **15.50** Ladrão e Polícia **17.25** A Força da Verdade **19.30** Mundo Jurássico **21.30** Eliza Graves - A Experiência **23.25** As Cinquenta Sombras de Grey (Versão Alargada) **1.35** Tropa de Elite 2: O Inimigo Agora É Outro **3.30** Tudo o que Sonhei

AXN
13.16 Mentes Criminosas **13.58** Batalha do Pacífico **16.05** O Código da Vinci **18.31** Chicago Fire **19.59** Fúria **22.05** The Good Doctor **22.55** The Blacklist **0.28** Guerra **2.08** Chicago Fire **3.37** The Rookie **5.48** Investigação Criminal

AXN MOVIES
13.35 Amigos Coloridos **15.25** RoboCop 2 **17.17** Os Goonies **19.08** O Último Grande Herói **21.15** Encontros e Desencontros do Amor **22.37** Sex Tape - O Nosso Vídeo Proibido **0.11** Sahara **2.12** Babel **4.54** Hook

AXN WHITE
13.17 Pan Am **14.03** S.I.S. - Força de Elite **15.25** A Escolha de Um Pai **16.54** Momentos Perdidos **18.23** Palco Principal **19.54** Inesquecível **20.38** Inesquecível **21.25** Pan Am **22.09** Injustiçada - A História de Sandra Chase **23.41** Pan Am **0.26** A Princesa e o Fuzileiro **1.55** A Teoria do Big Bang **3.01** Inesquecível **3.47** O Mentalista

FOX
9.39 Investigação Criminal: New Orleans **10.19** Hawai Força Especial **11.45** Chicago P.D. **14.33** Investigação Criminal: Los Angeles **15.56** Hawai Força Especial **17.24** C.S.I. Miami **19.17** Investigação Criminal: Los Angeles **20.44** Hawai Força Especial **22.15** Magnum P.I. **23.05** Investigação Criminal: New Orleans **23.52** Assalto à Casa Branca **1.44** C.S.I. Miami

FOX LIFE
9.08 A Christmas to Remember **10.35** Primavera nos Corações **12.01** Anatomia de Grey **13.26** Chicago Med **14.08** Lei & Ordem: Unidade Especial **14.52** Deadly Daycare **16.17** Aposta de Casamento **17.43** Amber Alert **19.09** Em Risco **20.46** Lei & Ordem: Unidade Especial **21.29** Chicago Med **22.20** Bull **23.58** Killer in Law **1.28** Lei & Ordem: Unidade Especial **2.07** Anatomia de Grey **3.30** Chicago Med

DISNEY
15.00 A Irmã do Meio **15.47** Acampamento Kikiwaka **16.33** Coop & Cami **17.20** Star Contra as Forças do Mal **17.43** Miraculous - As Aventuras de Ladybug **18.30** Os Green na Cidade Grande **19.15** Gravity Falls **20.05** Sadie Sparks **20.55** Gabby Duran Alien Total **21.18** Coop & Cami

DISCOVERY
17.45 Alasca: A Última Fronteira **19.20** Expedição ao Passado **2.15** Curiosidades da Terra **3.00** Segredos do Universo com Morgan Freeman

HISTÓRIA
17.23 Alienígenas **19.27** A Maldição de Oak Island **20.50** Forjado no Fogo **1.03** Alienígenas **2.28** 11 de Setembro: a Bordo do Air Force One **3.53** 11 de Setembro: Escapar das Torres

ODISSEIA
17.36 Zâmbia Selvagem **18.23** The Explorers: Inventário do Planeta **19.14** Rio Resgate **19.59** Top 10 Combate **20.44** Engenharia Letal **23.00** The Weekly **23.29** Engenharia Letal **1.01** The Weekly **1.30** Engenharia Letal **2.16** Top 10 Combate **3.02** A Origem das Coisas **3.52** The Weekly

O Vigilante
AMC Portugal, 23h08
Um *thriller* de Francis Ford Coppola sobre um homem solitário cuja profissão é vigiar as pessoas e as suas vidas. Um dia, fica intrigado com uma frase de uma pessoa, que dá a entender que há um casal sob ameaça. Decide interferir no caso e não entregar a fita ao chefe. Mas, após uma noite de copos, as fitas são roubadas. Datado de 1974 e protagonizado por Gene Hackman, *O Vigilante* foi nomeado para três Óscares e valeu a Coppola a Palma de Ouro e o prémio do Júri em Cannes.

DOCUMENTÁRIO

David Attenborough e a Grande Barreira de Coral
RTP1, 22h58
Uma viagem pelo ecossistema da Grande Barreira de Coral, que há décadas é um dos locais que mais fascina David Attenborough. É ele quem conduz este mergulho, em busca de mais conhecimento sobre os pequenos seres que tornam esta comunidade tão viva e colorida. Produzida pela BBC, em 2015, a série documental é composta por quatro episódios. No primeiro, conhecemos os *Construtores*. A seguir, virão *Visitantes*, *Sobrevivência* e *Making of*.

SÉRIES

Acredita, Faith
RTP2, 22h11
Estreia da segunda temporada da premiada série dramática galesa que acompanha a saga de Faith (Eve Myles), uma mãe e advogada cujo marido desapareceu sem deixar rasto. À medida que foi tentando localizá-lo e investigar o sucedido, foi desvendando informações tão surpreendentes quanto inquietantes sobre o companheiro. Reencontramo-la depois de ele ter reaparecido finalmente. Mas o tormento dela está longe de terminar e ainda há muito por revelar.

Hinterland
Fox Crime, 22h55
Estreia da terceira temporada de Hinterland, série de crime *noir* passada em Aberystwyth, País de Gales, onde o detective Tom Mathias (Richard Harrington) se refugia em busca de sossego – sem sucesso. No primeiro dos novos episódios, o caso da morte violenta de um pároco vai desenterrar segredos da comunidade local e levar Mathias ao limite emocional.

EM DESTAQUE

DR

Cinema

Cinemateca reforça programação online

A Cinemateca Portuguesa vai reforçar a programação *online*, com filmes portugueses, conteúdos para os mais novos e ensaios sobre cinema, numa altura de "silêncio das salas". Em nota de imprensa, o director, José Manuel Costa (na imagem), explica que decidiu abrir "uma nova frente de contacto com o seu público", através do *site* da instituição. *Lisboa, Crónica Anedótica* (1930), de José Leitão de Barros, e *Os Verdes Anos* (1963), de Paulo Rocha, são as primeiras obras disponibilizadas, acessíveis até 16 de Abril. Sobre as semanas seguintes, a Cinemateca apenas indica que exibirá filmes dedicados à revolução de 25 de Abril de 1974, incluindo a obra colectiva *As Armas e o Povo*. Em articulação com a Cinemateca Júnior, há conteúdos para os mais novos, como a exibição do registo de um dos espectáculos de Lanterna Mágica e a divulgação de objectos pré-cinema, que fazem parte da colecção da casa. No *site* é possível pesquisar, consultar e visualizar cerca de 170 filmes "da produção portuguesa de não-ficção do período 1896-1931", além de fotografias, cartazes e textos de época. **PÚBLICO/Lusa**

Teatro

Noite Viva *no Teatro Aberto*

Anna Eremin, Bruno Bernardo, Filipe Vargas, Rui Mendes e Vítor Norte trazem *Noite Viva* ao sofá de cada um, cortesia do Teatro Aberto nestes dias de recolhimento. A obra, escrita pelo dramaturgo irlandês Conor McPherson em 2013 e estreada neste teatro em Dezembro de 2017, é apresentada na versão de Vera San Payo de Lemos, com encenação de João Lourenço. O espectáculo apresentado cruza as linguagens do teatro e do cinema e conta a história de um homem que salva uma prostituta e a leva para casa. *Noite Viva* está em cena até dia 15, das 16h às 24h, no Teatro Aberto em Casa. Até ao final do mês, nesta sala virtual, sobem ao palco, também com o cunho de João Lourenço, *O Preço*, de Arthur Miller (16 a 22 de Abril) e *Amor e Informação*, de Caryl Churchill (23 a 29 de Abril). **C.A.M.**

Formação

Muito tempo livre e nada para fazer? Há cursos online *para ajudar*

Desde Harvard à Nikon, da animação ao marketing, reunimos alguns *sites*, gratuitos, para quem quer aprender mais nesta quarentena. Do Egipto Antigo a uma língua nova, há uma série de plataformas que disponibilizam cursos e que podem ser uma boa

companhia nos próximos tempos. A universidade norte-americana Harvard disponibiliza 132 cursos de diferentes áreas, desde arte e design, negócios e medicina, a humanidades, programação e ciência. Na Pixar in a Box, uma parceria da Pixar Animation Studios com a Khan Academy, poderá aprender a fazer bolas saltar, construir uma multidão de robôs ou pôr fogo-de-artifício virtual a rebentar. O Speak, projecto que pretende integrar imigrantes nas cidades através do ensino de línguas, passou as aulas para a Internet e abriu-as a todos os interessados. As aulas de uma hora e meia acontecem todos os dias, de segunda a sexta, durante dez dias. Há grupos a abrir todas as segundas-feiras, até final de Maio. Em tempos incertos, a Nikon quer manter os criativos inspirados e motivados. Por isso, disponibilizou os cursos de fotografia – que até agora eram pagos – durante todo o mês de Abril. Os tutoriais ensinam a criar conteúdos de vídeo, a utilizar correctamente uma Nikon, a fotografar retratos ou os fundamentos de fotografia. Os cursos *online* da empresa americana Coursera também já não são novidade. Há de diversas áreas, das artes, negócios, ciências da computação, matemática, ao desenvolvimento pessoal, basta aceder ao site para usufruir dos cursos criados por universidades e empresas de renome. A Faber-Castell, empresa alemã de material de escritório, apresenta uma série de tutoriais de arte gratuitos. Do desenho realista à criação de uma agenda personalizada ou aprendizagem de vários tipos de *lettering*, há cursos para todos os níveis de competências. Muito virado para criativos, o SkillShare apresenta, numa área de cursos recomendados, um de ilustração, outro de análise de negócios, essenciais de marketing, ícones de negócios e até sobre a arte de tricotar. Mas há muito mais para explorar. **Mariana Durães**

Concurso

O melhor cantor de sofá do país

No duche, no carro, enquanto cozinham ou tratam das lides domésticas. Fora dos palcos, as cantorias cabem em todo o lado, à medida do jeito e vontade de cada um. A pensar nisso, a LG Electronics Portugal, em parceria com a #OneStep4MusicFest, lançam um desafio digital a todos os que gostam de cantar. Para entrar no #SofaCoverSongContest só precisa de escolher a canção (não vale temas originais) e ter um sofá no cenário onde vai fazer a actuação. Quem fizer a *cover* mais original – "todos os géneros serão admitidos, desde que a performance reúna boas energias" – ganha o título nacional de Melhor Cantor de Sofá e uma coluna portátil LG XBOOM PK5. Os vídeos devem ser enviados para onestep4musicfest@gmail.com até ao dia 15 de Abril. O regulamento completo pode ser consultado na página www.onestep4musicfest.com. **C.A.M.**

JOGOS

CRUZADAS 10.947

Horizontais: 1. (...) von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia. Ponto cardeal. **2.** Reduzir a pó. Navio da República Portuguesa (sigla). Pessoa notável na sua especialidade. **3.** "Somos Todos (...)", uma linha de apoio para pôr idosos online e em segurança. **4.** Sociedade Anónima. Enguia. Devoto. **5.** Grande caixa com tampa plana. Espécie de serpente venenosa das regiões tropicais, cujo pescoço se dilata quando o animal se enfurece. **6.** Andar de um edifício. Símbolo de miliampere. **7.** Que fica ao nível do rés-do-chão. Deus do Amor entre os Gregos. **8.** (...) Semmelweis, médico húngaro do século XIX que descobriu que lavar as mãos salvava vidas. Na moda. **9.** Ouro (s.q.). Pequeno fruto oblongo da família dos citrinos, de cor alaranjada. **10.** Galicismo (abrev.). Divindade. Avenida (abrev.). **11.** O âmago. Da Ibéria ou a ela relativo.

Verticais: 1. A unidade. Capital do Chile. **2.** Girar. Fêmea do cavalo. **3.** Estou informado. Laboratório Europeu de Física de Partículas. Rio chinês muito visitado por turistas. **4.** Requeria pressa. Pseudónimo de André Allen Anjos, músico vencedor de um Grammy para a Melhor Remistura (2017). **5.** Seguir até. Que tem pés grandes. **6.** (...) Mota, reconhecido autor de literatura para crianças e jovens. Símbolo de nordeste. **7.** Tocas ao de leve. Neste lugar. **8.** Prefixo (sobre). (...) Exotic, o rei dos tigres que cativou o mundo. Tipo de conexão que permite a ligação automática de vários periféricos a um computador. **9.** Sociedade Portuguesa de Autores (sigla). Espécie de albufeira. **10.** Basta! (interj.). Colocar-se sobre uma cavalgadura. **11.** Para já, apenas 250 mil alunos poderão regressar a elas. Eternidade.

Solução do problema anterior:
Horizontais: 1. RuiPinto. Ra. **2.** Os. Sai. Roer. **3.** Comum. Jante. **4.** EP. Mútuo. **5.** OE. Emale. Ma. **6.** Dor. Ri. Sem. **7.** Turismo. Ill. **8.** Aa. Ore. Pl. **9.** Crer. Aval. **10.** Adi. Cooper. **11.** Rosca. Haste.
Verticais: 1. Rocio. Tacar. **2.** Uso. Eduardo. **3.** Me. Or. Eis. **4.** PSuperior. **5.** Iam. Sr. Ca. **6.** Ni. Marmelo. **7.** Júlio. Oh. **8.** Orate. Papa. **9.** ONU. Silves. **10.** Retomei. Art. **11.** Are. Amial.

BRIDGE

Dador: Sul
Vul: NS

NORTE
♠Q52
♥J543
♦Q5
♣AQJ6

OESTE
♠J103
♥KQ1098
♦K1084
♣4

ESTE
♠K9876
♥7
♦763
♣9753

SUL
♠A4
♥A62
♦AJ92
♣K1082

Oeste	Norte	Este	Sul
			1ST
passo	2♣[1]	passo	2♦
passo	3ST	Todos passam	

Leilão: Qualquer forma de Bridge. 1. Stayman

Carteio: Saída: K♥. Qual o seu plano de jogo?

Solução: Existem sete vazas certas, quatro paus e três ases, faltam duas. No naipe de ouros podemos vir a apurar pelo menos uma das que faltam e o Valete de copas poderá também vir a ser uma vaza. Por outro lado, há que prevenir um ataque a espadas, que poderá levar a defesa a realizar cinco vazas antes de nós termos apurado as vazas que nos faltam. Os dados estão lançados, qual deverá ser o nosso plano de acção? O ideal é conseguir evitar que Oeste tenha a mão prematuramente, um ataque a espadas desse lado pode colocar o nosso contrato em perigo.
A chave do jogo é evitar fazer a passagem a ouros e jogar desde logo um ouro da nossa mão em direcção ao Valete do morto. Se for Este a fazer o Rei, não poderá atacar espadas do seu lado sem ceder uma vaza para a Dama do morto, jogar copas também não adiantará por nos apurar a nona vaza. Se for Oeste a ter o Rei de ouros, estará perante uma situação de chantagem, se entra com o Rei passamos a ter duas vazas adicionais a ouros, o Valete e a Dama, se deixa o Valete do morto fazer a vaza nós jogamos agora um pau para a nossa mão e uma copa em direcção ao Valete do morto, a defesa não conseguirá impedir-nos de fazer as nove vazas.
Os jogos de segurança podem ser muito úteis, mesmo em torneio de pares, como foi o caso deste jogo.

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
		1♣	?

Interviria, ou não, com a mão seguinte?
♠J9865 ♥AK2 ♦QJ5 ♣K5

Resposta: Marque uma espada. O naipe é mau é verdade, mas a sua força de jogo permite cumprir com outro dos grandes requisitos para se poder intervir: boas perspectivas de vir a ganhar o leilão.

João Fanha (bridgepublico@gmail.com e fanhabridge.com)

SUDOKU

Problema 9668
Dificuldade: Fácil

3			9	7			2	
2				6		8		
			8					
	1		5	4	8			
4	5	9	2		7	6	3	8
			3	9	6		1	
					4			
		1		3				2
	6			8	9			4

Solução do problema 9666

2	8	7	5	4	6	3	1	9
5	6	1	2	9	3	4	7	8
4	9	3	8	7	1	6	5	2
8	3	9	6	5	2	1	4	7
7	5	4	9	1	8	2	6	3
1	2	6	4	3	7	8	9	5
3	7	8	1	6	9	5	2	4
6	4	2	7	8	5	9	3	1
9	1	5	3	2	4	7	8	6

Problema 9669
Dificuldade: Difícil

		2	8				5	
8								
			5	1				7
				7		9		3
		8	6		3	4		
6		3		5				
1				9	7			
								1
	6				4	7		

Solução do problema 9667

7	5	4	8	3	1	2	6	9
6	9	1	2	7	5	8	4	3
3	8	2	9	4	6	5	1	7
5	4	3	1	8	9	7	2	6
1	6	9	7	2	4	3	5	8
2	7	8	5	6	3	4	9	1
9	2	7	6	5	8	1	3	4
4	1	5	3	9	7	6	8	2
8	3	6	4	1	2	9	7	5

© Alastair Chisholm 2008 and www.indigopuzzles.com

TEMPO PARA HOJE

Marés

	Leixões		Cascais		Faro	
Preia-mar	08h46 ▲	2,7	08h22 ▲	2,7	08h23 ▲	2,7
	21h13 ▲	2,8	20h49 ▲	2,8	20h51 ▲	2,7
Baixa-mar	14h46 ▼	1,4	14h21 ▼	1,5	14h05 ▼	1,4
	03h43* ▼	1,3	03h23* ▼	1,4	03h13* ▼	1,3

Fonte: www.AccuWeather.com — *de amanhã

SE PUDESSE, QUERIA SABER COMO TUDO ACABA?

WATCHMEN: A COLECÇÃO

Eis o final da saga apocaliptica que junta os heróis da DC aos Watchmen! Com o mundo à beira de uma guerra internacional de meta-humanos, Ozymandias põe em acção o seu plano final. Sucedem-se os confrontos entre heróis e vilões dos dois universos, mas nada se compara ao derradeiro choque de titãs que irá decidir o rumo do Universo DC: Super-Homem versus Dr. Manhattan! Um homem de acção contra um todo-poderoso que nada faz. A esperança em rota de colisão com o desespero. Irá o Super-Homem destruir o Dr. Manhattan? Ou irá o Dr. Manhattan destruir tudo? Falta um minuto para a meia-noite. É agora! Para coleccionar, todos os sábados, uma obra de uma extraordinária densidade psicológica e a mais definitiva desconstrução das histórias de super-heróis de sempre.

Quer receber o seu livro ou a colecção completa em casa?
Encomende online em loja.publico.pt, ou através de coleccoes@publico.pt e 808 200 095/ 210 111 020
Quer saber quais os pontos de venda activos na sua área de residência? Ligue para 808 200 095/ 210 1 11 020

THE END IS HERE

VOL. 10
A HORA FINAL
Inclui os capítulos 11-12 de *Doomsday Clock*

+9,90€
SÁBADO, 18 ABR
COM O PÚBLICO

EM CAPA DURA E COM HISTÓRIAS INÉDITAS EM PORTUGUÊS

TM & © 2020 DC Comics. All Rights Reserved.

A MAIS ACLAMADA NOVELA GRÁFICA DE TODOS OS TEMPOS

Colecção de 10 volumes, 6 dos quais inéditos em português. PVP unitário: 9,90 €. Preço total da colecção:99 €.
Periodicidade semanal ao sábado, entre 15 de Fevereiro e 18 de Abril de 2020. Stock limitado.

Carta ao Governo abre guerra entre FPF e Liga de clubes

A entidade que organiza os campeonatos profissionais pediu medidas de urgência para o futebol. Federação e Sindicato dos Jogadores lamentam não ter sido consultados. Liga justifica-se com "falha de comunicação"

OCTAVIO PASSOS/LUSA

Os tempos de paragem do futebol nacional têm motivado algum desencontro de posições entre as entidades que o dirigem

Futebol
Paulo Curado

Estão cada vez mais tensas as relações entre os organismos de topo do futebol nacional. O mais recente episódio envolve uma carta enviada pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP) – que representa os clubes da I e II Liga – ao Governo a solicitar um conjunto de medidas de urgência para minimizar os efeitos da crise do novo coronavírus. A Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e o Sindicato de Jogadores já lamentaram esta iniciativa unilateral junto do executivo, garantindo não terem sido ouvidos.

Informados pelo próprio gabinete do secretário de Estado da Juventude e Desporto, João Paulo Rebelo, do conteúdo do documento assinado por Pedro Proença, os dois órgãos criticaram a atitude pouco transparente do presidente da Liga. "Foi com alguma surpresa que tomámos conhecimento do conteúdo [do ofício da Liga]", admitiu Fernando Gomes numa carta dirigida ao titular da pasta do Desporto, na última sexta-feira, a que o PÚBLICO teve acesso.

"Foi preocupação da direcção da FPF, ainda antes da declaração oficial do estado de emergência, constituir um grupo especial de acompanhamento da evolução da pandemia de covid-19 em Portugal", prosseguiu o líder federativo, salientando que a Liga integrava estes trabalhos, numa lógica que inclui "todo o edifício do futebol".

No ofício enviado por correio electrónico ao Governo a 4 de Abril, consultado pelo PÚBLICO, a Liga apela à adopção de um conjunto de "medidas excepcionais e temporárias de protecção do futebol profissional", que tenham em conta a especificidade deste sector da economia.

Entre as "normas especiais" propostas, conta-se o alargamento "extraordinário" do período legal de 12 meses para o termo da época desportiva, tendo em linha de conta os efeitos da actual suspensão das competições. Pretende-se também que seja fixada uma data de início das provas da temporada 2020-21, tendo em conta um eventual adiamento para o encerramento da actual.

Alterações ao calendário competitivo que a Liga pretende que tenham reflexos nos prazos estipulados legalmente para o termo e início dos contratos de trabalho dos jogadores, de forma a não poderem ser invocadas por estes para uma rescisão contratual por justa causa.

Acesso ao *layoff*

A Liga sensibiliza ainda o Governo para a "possibilidade de aplicação pelos clubes e sociedades desportivas dos mecanismos de resposta à redução de actividade das empresas previstos na lei". Ou seja, garantir o recurso ao *layoff* simplificado – mecanismo de apoio extraordinário para mitigar os efeitos da crise financeira provocada pela pandemia – para futebolistas profissionais.

O documento foi posteriormente remetido pelo secretário de Estado da Juventude e Desporto à FPF e ao Sindicato dos Jogadores, solicitando pareceres. Em resposta, Fernando Gomes sublinhou que as questões levantadas pela Liga "não são exclusivas" das competições profissionais, mas "transversais a todo o quadro competitivo da FPF", merecendo, por isso, que a discussão tivesse lugar no grupo de acompanhamento criado para o efeito.

"Temos consciência de que se vivem tempos difíceis e, por esse motivo, a direcção da FPF não deixará de tomar as decisões que lhe competem, desde logo, no que ao termo da época em curso e início da próxima diz respeito, janelas de inscrição de jogadores e publicação do calendário oficial de provas para a época 2021-22, competência que a Lei lhe comete", reforça Fernando Gomes.

Salientando que a carta enviada ao executivo foi elaborada pelo gabinete de trabalho jurídico da Liga, com a contribuição das 18 Sociedades Anónimas Desportivas (SAD), o organismo não deixa de lamentar o sucedido [falta de comunicação com a FPF], apesar de justificar que estavam em causa "interesses específicos" do futebol profissional.

"Houve aqui uma falha de comunicação, fruto do isolamento [imposto pelo estado de emergência], e o documento não foi partilhado com a FPF", explicou ontem ao PÚBLICO a directora executiva da Liga, Sónia Carneiro. Mesmo assim, a responsável garantiu que Fernando Gomes foi avisado.

Sindicato critica

Surpreendido com a carta de Pedro Proença ficou ainda o Sindicato dos Jogadores, que criara com a Liga um grupo de trabalho na sequência da crise pandémica.

"Estas propostas não foram consensualizadas nem no grupo de trabalho para a monitorização do impacto de covid-19 no futebol português, criado pela FPF, nem no grupo de trabalho para a discussão das propostas potencialmente conciliáveis em sede de negociação colectiva de trabalho, que [a Liga] mantém com o Sindicato dos Jogadores", lamentou Joaquim Evangelista, presidente do organismo.

"Trata-se de uma posição unilateral da Liga que, desde já, contestamos", prosseguiu, antes de criticar o teor do documento. "As propostas da Liga violam garantias legais e constituem um abuso de direito, agravadas por não merecerem o consentimento dos visados (jogadores)."

Uma resposta que a Liga contesta. "Tudo o que ali está são exactamente os mesmos termos que nós quisemos levar a concertação colectiva com o sindicato. O sindicato não foi surpreendido. Todos estes temas que levantámos ao Governo levantámos também ao sindicato", salientou Sónia Carneiro.

Nacional contracorrente

Num outro campo, o Nacional resolveu ontem promover o regresso aos treinos do seu plantel contra as indicações da Liga. Uma decisão da SAD do clube madeirense que vai em sentido oposto àquele que tem sido adoptado por outros adversários dos escalões profissionais, que deram férias aos seus jogadores. São 13 os clubes actualmente nestas circunstâncias, dez na I Liga e três da II Liga.

"O Nacional comunicou-nos esta intenção na última quinta-feira. Foi veementemente aconselhado a não o fazer, face ao que era a posição quer da Direcção-Geral de Saúde (DGS) quer da Liga", revelou Sónia Carneiro.

pcurado@publico.pt

Breves

Olimpismo

Bach rejeita que adiamento de Tóquio 2020 tenha sido tardio

O presidente do Comité Olímpico Internacional (COI), o alemão Thomas Bach, rejeita que a decisão de adiar os Jogos de Tóquio 2020, devido à pandemia de covid-19, tenha sido tomada demasiado tarde. "Levámos apenas três dias para chegar a um acordo sobre o adiamento e outros seis dias para anunciar as novas datas. Isso fala por si", disse. O antigo campeão olímpico de esgrima revelou também que, apesar de ainda existir um sentimento de incerteza sobre o futuro, a OMS apoiou a escolha das novas datas dos Jogos Olímpicos de Tóquio — estavam marcados para 24 de Julho e 9 de Agosto de 2020, mas foram adiados um ano.

Ciclismo

Tour nunca irá para a estrada antes do mês de Agosto

Emmanuel Macron prolongou ontem o confinamento obrigatório em França até 11 de Maio e proibiu "eventos com larga audiência" até meio de Julho. Com base nesta declaração do Presidente gaulês, o Tour, que estava agendado de 27 de Junho a 19 de Julho, não terá condições para avançar na data prevista, ainda que falte a confirmação oficial do adiamento pela organizadora, a ASO, e pela UCI, que deverá chegar hoje. Ora, os ciclistas exigem provas para se poderem preparar para a corrida francesa pelo que não será expectável que a Volta a França, a principal corrida da modalidade, possa ser disputada sem uma preparação adequada noutras provas, o que empurra o Tour, pelo menos, para Agosto.

SERGIO PEREZ/REUTERS

João Félix no Atlético de Madrid: Portugal é um dos principais mercados de recrutamento de Espanha

Portugal é o único país com três clubes no top 10 dos que mais exportam

Futebol internacional
David Andrade

Benfica, Sporting e FC Porto são dos clubes que mais jogadores formados localmente cederam às cinco maiores Ligas da UEFA

O 54.º relatório mensal do Observatório de Futebol do Centro Internacional de Estudos Desportivos (CIES) foi conhecido ontem e coloca Portugal como o único país com três clubes no top 10 dos que mais exportam para as cinco principais Ligas da UEFA: Espanha, Inglaterra, Alemanha, Itália e França. Benfica (2.º), Sporting (4.º) e FC Porto (7.º) estão nos dez primeiros de um ranking liderado pelo Ajax.

O relatório do CIES destaca os clubes que mais abastecem os "*big 5*" do futebol europeu e no topo da lista das formações que têm servido de trampolim para os principais campeonatos da UEFA está o Ajax: há 22 jogadores formados no clube de Amesterdão a competir em Espanha, Inglaterra, Alemanha, Itália ou França.

Logo atrás dos holandeses, está o Benfica. Segundo o CIES, o clube "encarnado" exportou 21 atletas para as cinco maiores Ligas. O pódio é fechado pelos austríacos do RB Salzburg 20), que têm no ranking mais três jogadores do que o Sporting e o Castilla, a equipa B do Real Madrid.

Não muito longe dos sportinguistas está o FC Porto, que, a par do PSV Eindhoven e do Basileia, ocupa o 7.º lugar com 15 jogadores formados no Olival a actuarem nos principais palcos do futebol do "velho continente".

Nesta tabela tornada pública pelo CIES surgem ainda o V. Guimarães (5 jogadores), Sp. Braga (4), Nacional (2), Belenenses SAD (2), V. Setúbal (2), Desp. Aves (1), Feirense (1), Marítimo (1), Paços de Ferreira (1), Estoril (1) e Rio Ave (1).

O relatório do Observatório do Futebol do CIES detalha ainda que o Sporting, com sete atletas, é o segundo clube que mais jogadores coloca na Premier League – o PSV lidera –, enquanto o Benfica ocupa a vice-liderança dos que mais exportam para o campeonato espanhol – há 12 jogadores "*made in*" Seixal a competirem na Liga vizinha, marca que só é superada pelo local Castilla (13).

Na Bundesliga, a supremacia é dos vizinhos austríacos (RB Salzburgo) e suíços (Basileia), enquanto na Serie A os clubes recrutam mais reforços no Ajax e no Dínamo de Zagreb. A Liga francesa, com menos recursos, prefere apostar na "prata da casa": Tours, Le Havre e Clermont estão no top 3.

Outro pormenor relevante é que Portugal é, por larga margem, o país que mais exporta para Espanha: 25 jogadores, mais do que o dobro da Argentina (12), que surge na segunda posição. O campeonato português é, também, o que mais atletas fornece ao francês, mas neste caso a diferença é curta para o belga: 22 para Portugal, menos dois para a Bélgica.

Na Premier League, a Liga lusa surge na terceira posição, atrás de Holanda e Bélgica. Na Itália, a tendência é recrutar na América do Sul: Argentina e Brasil são os principais mercados dos italianos.

Numa análise global, embora Portugal seja o único país com três clubes no top-10 do ranking, segundo o relatório do CIES o campeonato português não é o que mais exporta para as principais Ligas europeias. Na liderança está a Holanda, que em Março tinha 75 jogadores a competirem no "*big 5*". A Liga portuguesa surge logo a seguir, com 74.

dandrade@publico.pt

Selecção doa metade do prémio de ida ao Euro 2020

Futebol

A verba prevê a distribuição de 4,7 milhões de euros às associações distritais e clubes de futebol não profissional

A selecção portuguesa de futebol vai dar metade do prémio de qualificação para o Campeonato da Europa de 2020 ao fundo de apoio às competições não profissionais, canceladas devido à pandemia de covid-19, anunciou ontem a Federação Portuguesa de Futebol (FPF).

Em comunicado, a FPF revelou que "os jogadores da selecção, a equipa técnica, os dirigentes de topo da FPF e o *staff* da equipa nacional decidiram ceder metade do prémio de qualificação para o Euro 2020 ao fundo criado para auxiliar o futebol amador".

"A verba reforçará o fundo de apoio às competições criado pela FPF e que prevê a distribuição de 4,7 milhões de euros às associações distritais e clubes de futebol não profissional, para que jogadores e treinadores possam ser apoiados até ao final da época 2019/20", detalha o organismo.

O Campeonato de Portugal [terceiro escalão do futebol nacional] e as restantes competições seniores não profissionais foram cancelados na quarta-feira, devido ao estado de emergência provocado pelo novo coronavírus.

As competições profissionais, I Liga e II Liga, continuam suspensas, após 24 das 34 jornadas, bem como a Taça de Portugal, que tem Benfica e FC Porto como finalistas.

A selecção portuguesa, campeã da Europa, dedicou uma mensagem aos jogadores das competições organizadas pela FPF, que, devido ao "não-profissionalismo, sentem um impacto ainda maior da pandemia de covid-19 nas suas vidas", reiterando "a vontade de continuar a ajudar, quer individualmente, quer colectivamente, os portugueses afectados".

A UEFA atribui um prémio de participação de 9,25 milhões de euros a cada uma das 24 selecções presentes na fase final do Euro 2020, que deveria realizar-se em 12 países entre 12 de Junho e 12 de Julho e foi adiada para 2021. **Lusa**

BARTOON LUÍS AFONSO

O RESPEITINHO NÃO É BONITO

Há demasiada unanimidade no ar. E isso é péssimo

João Miguel Tavares

O primeiro-ministro e o ministro da Educação apresentaram no final da semana passada as medidas para o futuro deste ano lectivo, cuja consequência é esta: um milhão de miúdos metidos em casa até Setembro, mais outros tantos pais a cuidar deles e a estudar ao seu lado. Todos estão condenados a penar mais uma dezena de semanas em ambiente de aprendizagem digital, que não passa de homeopatia educativa (sobretudo para quem está no ensino básico), auxiliados agora por um provecto canal de telescola, cuja grelha esteve várias décadas congelada, tal como o Capitão América, até ser descoberta pelos génios da 5 de Outubro.

Perante isto, qual foi a reacção do país? Pois bem: aplauso generalizado. O Governo foi louvado pela sua prudência, pelo seu bom senso e pela sua magnífica sabedoria. É curioso que as mesmas pessoas que ainda há duas semanas estavam contra o estabelecimento de quaisquer datas para a reabertura do país, porque os dados científicos não o permitiam, achem agora que existem dados científicos que sustentam a absoluta impossibilidade de os miúdos voltarem às aulas na segunda metade de Maio ou no início de Junho. Pergunto: há mesmo? Ou a única coisa que o Governo está a fazer neste momento é responder a um pânico social desproporcionado e àquilo que antecipa ser a recusa dos professores em regressar às escolas sem as devidas garantias de segurança?

Expliquem-me devagarinho, como se eu fosse muito burro: 1) se o crescimento diário das infecções com coronavírus estabilizou abaixo dos 5%; 2) se as medidas de contenção já revelaram a sua eficácia; 3) se tudo indica que se tenha atingido o planalto da epidemia; 4) se a nossa capacidade hospitalar ainda está longe do limite; 5) se há mais meios a caminho (nomeadamente ventiladores) para reforçar essa capacidade; 6) se o número de pessoas internadas nos cuidados intensivos tem vindo a diminuir; 7) se só vai existir vacina daqui a pelo menos um ano; 8) se a população aos poucos precisa de ganhar imunidade; 9) se a população activa terá em breve de sair de casa; 10) se os coronavírus tendem a recuar nos meses de Verão para depois regressarem no Inverno; 11) se a prioridade deve ser a economia, porque a saúde parece controlada; 12) se já todos percebemos que vamos ter de aprender a viver com isto – se esta dúzia de factos está agora bem à frente dos nossos olhos, expliquem-me, por favor, qual é exactamente a razão para o Governo nos dizer que só o 11.º e o 12.º anos é que podem regressar às aulas antes de Setembro, e nem sequer isso está assegurado?

RUI GAUDÊNCIO

Vejo muitos a abanar a cabeça em sinal de reverente obediência a decisões que não justificam este consenso. Haveria certamente outras opções para escolas e alunos que mereciam um debate que não existiu

Sinceramente, não percebo. Mas, mais do que não perceber, aquilo que me está a irritar sobremaneira é a unanimidade instalada. Com a ilustre excepção de meia dúzia de teimosos que levam pancada com fartura, vejo demasiada gente a abanar a cabeça em sinal de reverente obediência a decisões que não justificam este grau de consenso. Que mais não seja, haveria certamente outras opções para escolas e alunos que mereciam um debate que não existiu. Por que não olhar para os números de infecções no início de Maio? Por que não prolongar as aulas até ao final de Julho? Por que não ganhar nos meses de Verão aquilo que podemos vir a precisar, em novas quarentenas, nos meses de Inverno? Onde quase todos vêem prudência, eu vejo falta de ambição – e, sobretudo, um enorme défice de discussão e de confronto de ideias alternativas. Se toda a unanimidade é burra, mais umas semanas como estas e acabamos a zurrar.

Jornalista
jmtavares@outlook.com

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Lotaria clássica
6 1 1 7 2 **1.º Prémio** 1.200.000€

Contribuinte n.º 502265094 | **Depósito legal n.º 45458/91** | **Registo ERC n.º 114410** | (E14A97B4-0DF9-4766-8624-79D9D71E3BC7: Ângelo Paupério **Vogais:** Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral **E-mail** publico@publico.pt **Estatuto Editorial** publico.pt/nos/estatuto-editorial **Lisboa** Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.:210111000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 210111015; Dir. Editorial 210111006; Redacção 210111008; Publicidade 210111013/210111014 **Porto** Rua Júlio Dinis, n.º270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 **Madeira** Telef.: 963388260 e/ou 291639102 **Proprietário** PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia. Capital Social €4.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. **Impressão** Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Telef.: 227537030; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa senhora da Conceição, nº. 50- Morelena – 2715-029 Pêro Pinheiro Telf.: 219677450 **Distribuição** VASP – Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Agualva Cacém, Telef.: 214 337 000 Fax : 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt **Assinaturas** 808200095 Tiragem média total de Março **26.671 exemplares Membro da APCT**

VISAPRESS© Direitos de Autor Protegidos

5 601073 016032 10947